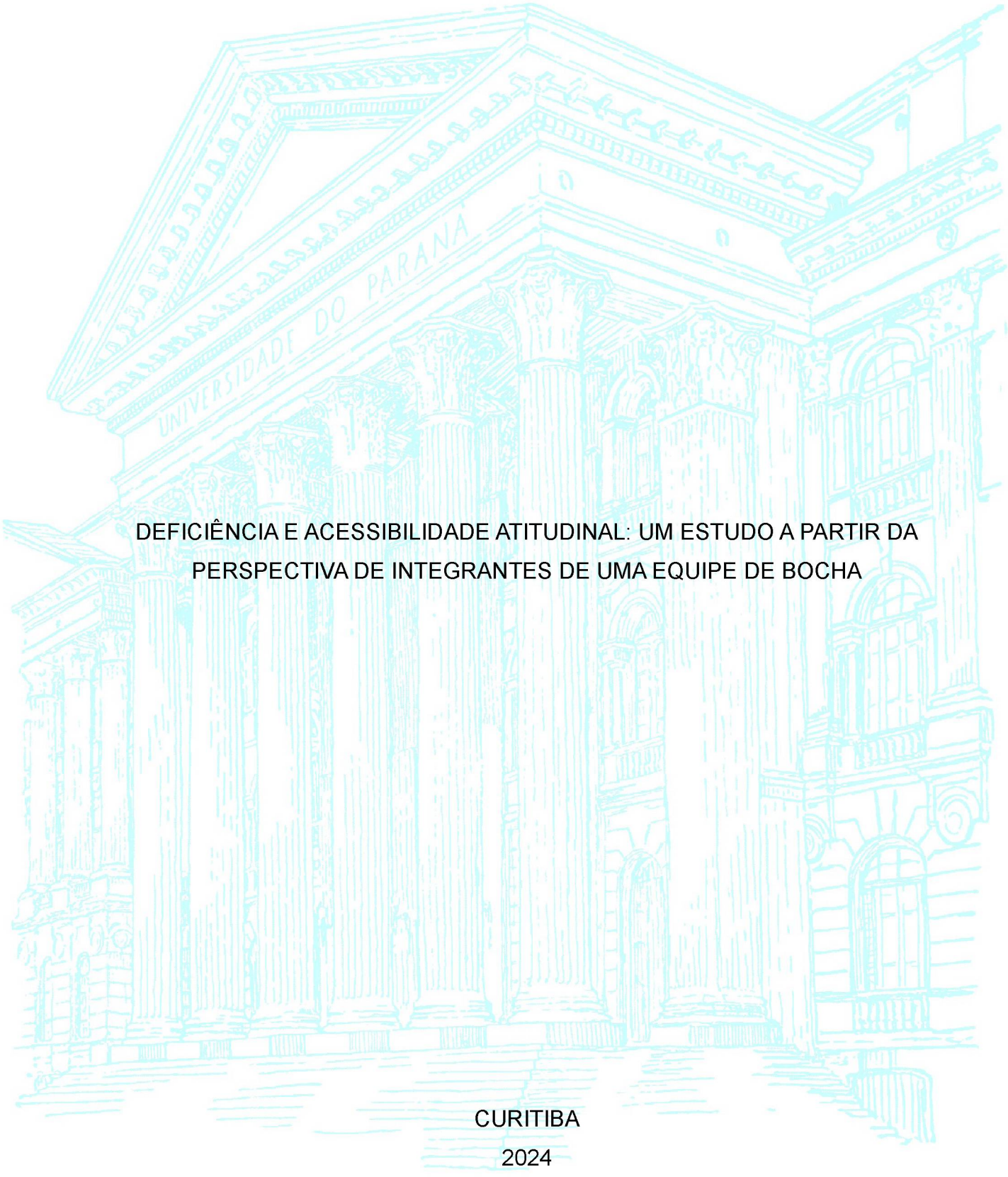
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO



DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE ATITUDINAL: UM ESTUDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE INTEGRANTES DE UMA EQUIPE DE BOCHA

CURITIBA

2024

FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO

DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE ATITUDINAL: UM ESTUDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE INTEGRANTES DE UMA EQUIPE DE BOCHA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física, no Setor de Ciências Biológicas, na Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Orientadora: Profª Drª Doralice Lange de Souza

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Sampaio, Felipe Roberto Ribeiro
Deficiência e acessibilidade atitudinal : um estudo a partir da perspectiva de integrantes de uma equipe de bocha / Felipe Roberto Ribeiro Sampaio. – Curitiba, 2024.
1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Educação Física.
Orientadora: Profª Drª Doralice Lange de Souza.

1. Bocha (Jogo). 2. Acessibilidade (Direitos humanos). 3. Pessoa com deficiência. 4. Esportes para pessoas com deficiência física. 5. Paradesporto. I. Souza, Doralice Lange de II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. III. Título.

Bibliotecária: Giana Mara Seniski Silva. CRB-9/1406

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO FÍSICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO** intitulada: **DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE ATITUDINAL: UM ESTUDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE INTEGRANTES DE UMA EQUIPE DE BOCHA**, sob orientação da Profa. Dra. DORALICE LANGE DE SOUZA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 22 de Julho de 2024.

Assinatura Eletrônica
22/07/2024 20:24:55.0
DORALICE LANGE DE SOUZA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
23/07/2024 11:07:49.0
BRUNA BARBOZA SERON
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Assinatura Eletrônica
24/07/2024 14:05:35.0
ADRIANA MARIA VALLADÃO NOVAIS VAN PETTEN
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 382905
Para autenticar este documento/assinatura, acesse https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp e insira o codigo 382905

Dedico esta dissertação, primeiramente, a Deus, que sempre foi minha força. Depois, à minha família e aos amigos próximos. E, por fim, dedico à memória das pessoas que deixaram meu coração enlutado nos últimos tempos: tia Luiza, avó Eveltina, tio Augusto, tia Cida e tio Ti.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Agradeço a Deus por este tempo, pelos dias bons e pelos dias maus. A Deus toda a honra e toda a glória!

Agradeço ao meu pai, Roberto Sampaio, e à minha avó, Ana Sampaio, pelo suporte e apoio.

Agradeço aos meus pacientes pela motivação.

Agradeço aos meus amigos e irmãos em Cristo: Neusa Lazzarotto, Marisa Klein, Luiz Carlos Klein, Aurea Romagnoli, Elias Romagnoli, Maria Inez Dimambro, Carolina, Thiago e Tatiane. Obrigado pelo encorajamento e apoio.

Agradeço aos participantes da pesquisa que tornaram isso possível.

Agradeço, em especial, a Ruth Cidade e Rafael Reis por ajudarem a tornar esta dissertação possível.

E agradeço a mim mesmo por persistir, apesar de tudo. Não conseguiram me fazer desistir.

Não a nós, Senhor, não a nós, mas ao teu nome seja toda a glória, por teu amor e por tua fidelidade.
Salmos 115:1

Eu poderia pedir à escuridão que me escondesse, e à luz ao meu redor que se tornasse noite, mas nem mesmo na escuridão posso me esconder de Ti. Para Ti, a noite é tão clara como o dia; escuridão e luz são a mesma coisa.
Salmos 139:11-12

Não retribuam mal por mal, nem insulto com insulto. Ao contrário, retribuam com uma bênção. Foi para isso que vocês foram chamados, e a bênção lhes será concedida.
1 Pedro 3:9

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo explorar a acessibilidade atitudinal a partir da perspectiva de integrantes de uma equipe paranaense de bocha. Adotamos uma abordagem qualitativa, buscando entender como as atitudes de indivíduos e grupos podem influenciar a acessibilidade para pessoas com deficiência (PcD), especificamente no contexto esportivo. A pesquisa é fundamentada em uma análise das experiências vivenciadas pelos participantes em diferentes esferas, incluindo a vida em sociedade, a dimensão familiar e o âmbito esportivo. O trabalho contextualiza a acessibilidade atitudinal como um conceito central para a inclusão de pessoas com deficiência, ressaltando que as barreiras atitudinais podem ser tão limitantes quanto as barreiras físicas. Produzimos dados através de entrevistas semiestruturadas com dezesseis membros de uma equipe de bocha adaptada e realizamos uma análise temática indutiva dos dados coletados. Observamos que, embora haja avanços no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, ainda existem lacunas significativas na prática cotidiana. Em relação à acessibilidade atitudinal no âmbito social, destacaram-se as atitudes de estranhamento e preconceito em relação às PcD. O estranhamento inclui reações como curiosidade, medo e surpresa, refletindo falta de compreensão sobre a deficiência. Já o preconceito é mais consolidado, resultando em negligência, infantilização, discriminação e pressão por isolamento social. Sobre as especificidades do contexto familiar, foi revelado que a acessibilidade atitudinal dos atletas com deficiência está fortemente ligada ao acolhimento, suporte emocional e prático, fatores que influenciam diretamente sua participação, desempenho e permanência no esporte. O envolvimento familiar, especialmente de mães e cuidadores, foi identificado como fundamental para fornecer suporte material, como transporte e equipamentos, além de promover autoconfiança e resiliência. A respeito do contexto esportivo adjacente à equipe de alto rendimento de bocha, a investigação revelou que a acessibilidade atitudinal é influenciada por fatores como apoio familiar, coesão da equipe e estratégias pessoais para lidar com o nervosismo e a pressão por resultados, que afetam o desempenho e o controle motor dos atletas. Para lidar com esses desafios, os atletas desenvolveram estratégias variadas. Concluímos que a acessibilidade atitudinal é um componente indispensável para a inclusão social, exigindo um esforço contínuo para modificar percepções e comportamentos. A pesquisa contribui para o campo ao oferecer insights valiosos que podem orientar a formulação de estratégias educacionais e políticas que visem a superar as barreiras atitudinais.

Palavras-chave: bocha; paradesporto; acessibilidade atitudinal; deficiência.

ABSTRACT

This dissertation aims to explore attitudinal accessibility from the perspective of members of a boccia team from Paraná. We adopted a qualitative approach, seeking to understand how the attitudes of individuals and groups can influence accessibility for people with disabilities (PwD), specifically in the sports context. The research is grounded in an analysis of the experiences of the participants in different spheres, including life in society, family dynamics, and the sports environment. The study frames attitudinal accessibility as a central concept for the inclusion of people with disabilities, emphasizing that attitudinal barriers can be as limiting as physical barriers. Data were collected through semi-structured interviews with sixteen members of an adapted boccia team, followed by an inductive thematic analysis of the collected data. We observed that, although there have been advances in recognizing the rights of people with disabilities, there are still significant gaps in everyday practice. Regarding attitudinal accessibility in the social sphere, attitudes of estrangement and prejudice towards PwD were highlighted. Estrangement includes reactions such as curiosity, fear, and surprise, reflecting a lack of understanding of disability. Prejudice, on the other hand, is more entrenched, resulting in neglect, infantilization, discrimination, and pressure for social isolation. In terms of the specifics of the family context, it was revealed that the attitudinal accessibility of athletes with disabilities is strongly linked to emotional and practical support, factors that directly influence their participation, performance, and persistence in sports. Family involvement, especially from mothers and caregivers, was identified as crucial in providing material support, such as transportation and equipment, in addition to fostering self-confidence and resilience. Regarding the sports context of the high-performance boccia team, the investigation revealed that attitudinal accessibility is influenced by factors such as family support, team cohesion, and personal strategies to cope with nervousness and performance pressure, which affect athletes' performance and motor control. To manage these challenges, athletes developed various strategies. We conclude that attitudinal accessibility is an indispensable component for social inclusion, requiring continuous efforts to modify perceptions and behaviors. The research contributes to the field by offering valuable insights that can guide the formulation of educational strategies and policies aimed at overcoming attitudinal barriers.

Keywords: boccia; parasports; attitudinal accessibility; disability.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 FUNDAMENTAÇÃO 17

2.1 SOBRE A BOCHA 17

2.2 DEFICIÊNCIA EM FOCO 18

2.2.1 Concepções de deficiência 19

2.2.2 Abordando alguns modelos de deficiência 21

2.2.3 O modelo biomédico da deficiência 21

2.2.4 O modelo social da deficiência 22

2.2.5 O modelo biopsicossocial da deficiência 23

2.2.6 Estudos e pesquisas sobre a deficiência 25

2.3 ACESSIBILIDADE 30

2.3.1 Acessibilidade atitudinal 34

2.4 BARREIRAS ATITUDINAIS 42

2.4.1 Barreiras atitudinais: causas e manifestações 42

2.4.2 Capacitismo 48

2.4.2.1 O Conceito de capacitismo 48

2.4.2.2 Implicações do capacitismo 52

2.5 FACILITADORES ATITUDINAIS 54

3 METODOLOGIA 60

4 ARTIGO 1: DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE ATITUDINAL NO ÂMBITO SOCIAL: EXPLORANDO A PERSPECTIVA DE INTEGRANTES DE UMA EQUIPE DE BOCHA 62

4.1 INTRODUÇÃO 62

4.2 METODOLOGIA 64

4.3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 66

4.3.1 Atitudes de estranhamento: reações sociais e pessoais à diferença 67

4.3.2 Atitudes preconceituosas e estratégias de enfrentamento..... 75
4.4 CONCLUSÃO.....83
5 ARTIGO 2: ACESSIBILIDADE ATITUDINAL: AS ATITUDES DA FAMÍLIA E AMIGOS DE ATLETAS COM DEFICIÊNCIA DE UMA EQUIPE DE BOCHA.....85
5.1 RESUMO.....85
5.2 INTRODUÇÃO..... 85
5.3 SOBRE A BOCHA.....88
5.4 METODOLOGIA.....89
5.5 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS..... 91
5.5.1 1) Acolhimento x Falta de Acolhimento.....91
5.5.2 2) Suporte Emocional x Falta de Suporte Emocional.....93
5.5.3 3) Suporte Prático x Falta de Suporte Prático.....95
5.6 DISCUSSÃO..... 97
5.7 CONCLUSÃO.....101
6 ARTIGO 3: ACESSIBILIDADE ATITUDINAL NO ESPORTE PARALÍMPICO: UM ESTUDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE INTEGRANTES DE UMA EQUIPE DE BOCHA..... 103
6.1 INTRODUÇÃO..... 103
6.2 SOBRE A BOCHA.....105
6.3 METODOLOGIA.....106
6.4 RESULTADOS.....107
6.4.1 1) Atitudes do técnico/treinador.....108
6.4.2 2) Atitudes da equipe: colegas atletas, apoios e calheiras..... 109
6.4.3 3) Atitudes de agentes do campo da educação física e do esporte..... 111
6.4.4 4) Atitudes intrapessoais do atleta.....114
6.5 DISCUSSÃO.....118
6.6 CONCLUSÃO.....124
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 126
REFERÊNCIAS..... 128

APÊNDICE 1..... 144
APÊNDICE 2 - CRONOGRAMA..... 147
ANEXO 1 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA..... 148
ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)..... 153

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade é o elemento tanto de espaços privados quanto públicos que representa a possibilidade de acesso e participação ativa no ambiente (BARROZO, 2012; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2022). Entre as diferentes classificações de acessibilidade tem se destacado a de Romeu Sassaki que a concebe nas seguintes dimensões: arquitetônica (ambientes físicos de locais como residências, edifícios, equipamentos públicos e transportes); comunicacional (comunicação interpessoal, escrita e virtual); metodológica (métodos e técnicas de trabalho, estudo e ação social ou familiar); instrumental (pertinente a instrumentos, artefatos, utensílios, ferramentas e demais objetos); programática (natureza das pautas, políticas, normas e regulamentos); e atitudinal (atitudes humanas que representam barreiras ou facilitadores no ambiente social) (SASSAKI, 2009). Ao explorarmos o conceito de acessibilidade e suas dimensões, as barreiras e facilitadores ocupam o centro da discussão (SASSAKI, 2009; BARROZO, 2012; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2022).

Embora geralmente o conceito de acessibilidade remeta a soluções para barreiras físicas, os aspectos sociais se destacam pois é a atitude que possibilita a remoção de barreiras de acesso às diferentes formas de participação na vida (CHÚFALO FILHO, 2020). Contudo, a acessibilidade atitudinal é um conceito ainda em construção e está relacionada diretamente a todas as formas de acessibilidade (CHÚFALO FILHO, 2020; SILVA; SILVA, 2023).

Atitudes carregadas de estigmas, preconceitos, estereótipos e discriminação estão entre as principais barreiras atitudinais para pessoas com deficiência (PcD) presentes na sociedade (SASSAKI, 2009; SILVA; SILVA, 2023). O desenvolvimento da compreensão sobre acessibilidade atitudinal tem lançado luz sobre a diferença entre integração e inclusão social de PcD. Uma pessoa integrada pode ter acesso e circular livremente em um espaço físico, mas são as atitudes que promovem acolhimento, pertencimento, convivência com sensibilidade e conscientização para a diferença (SILVA; SILVA, 2023).

A sistematização do conceito de atitude é atribuída ao filósofo Gordon Allport em 1935 como a manifestação da interação entre pensamentos, sentimentos e comportamentos aprendidos que exprimem avaliações globais acerca de uma pessoa, objeto ou circunstância (ALLPORT, 1935; PARADIS et al., 2017). A partir dos postulados de Allport, outros autores como Fazio e Olson (2003) e Leal, Eusébio

e Rosa (2020) sustentam em seus estudos três componentes estruturantes das atitudes: o componente afetivo (emoções e sentimentos); o componente cognitivo (crenças e conhecimentos pessoais); e o componente comportamental (ação e comportamento). Além dos componentes estruturantes postulados por Allport (1935), outra definição agrega a ênfase na predisposição como um elemento definidor da atitude. Para Oppenheim (1992), a atitude é definida como a prontidão e a tendência a um padrão de respostas quando confrontado com certos estímulos. O ambiente social é determinante para a participação de PcD na sociedade. Sob atitudes estigmatizantes, as PcD tendem ao isolamento social e falta de acesso a oportunidades de participação e pertencimento (MARTINS, 2022).

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022, a população de PcD no Brasil foi estimada em 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade. Isso equivale a 8,9% da população brasileira total dessa faixa etária (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2023). No contexto desta pesquisa foram consideradas PcD pessoas com impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, cujo contato com barreiras, pode impedir ou dificultar o acesso a oportunidades e a participação efetiva na vida (BRASIL, 2015). As PcD são mais propensas a experimentar situações de pobreza, violência, negligência e abuso, além de terem menos oportunidades de acesso à saúde, cuidados, educação, emprego e participação na comunidade (SILVA; PEREIRA, 2023).

Atualmente, entre as formas de participação na comunidade, as atividades esportivas têm sido destacadas como um meio para melhorar a qualidade de vida das PcD através de práticas de atividade física sistematizada outrora concebidas apenas como parte de programas de reabilitação (TALARICO NETO et al., 2019). No entanto, diferentes barreiras e facilitadores de acesso podem impactar a participação das PcD em diferentes áreas da vida (BELTRÃO; ALVES; MARTINS, 2023), entre elas está o paradesporto (HUTZLER; BERGMAN, 2011). As barreiras atitudinais se destacam pois são as atitudes que permitem o desenvolvimento das demais formas de participação na vida (CHÚFALO FILHO, 2020). De acordo com Van der Ploeg et al. (2004) e Seron, Arruda e Greguol (2015), as atitudes estão entre os principais determinantes para a participação de PcD em atividades físicas e esportivas.

Diante do contexto supracitado, o objetivo geral deste estudo foi investigar as percepções de integrantes de uma equipe paranaense de bocha adaptada em relação à acessibilidade atitudinal, considerando as suas experiências vividas nos âmbitos social, familiar e esportivo.

A bocha adaptada para PcD, com o status de esporte paralímpico desde 1984, acomoda uma diversidade de tipos de deficiência física e graus de dependência. Entre as modalidades paralímpicas, a bocha adaptada possui singularidades como a possibilidade de prática do esporte por parte de pessoas com maiores níveis de dependência funcional e a participação direta de pessoas auxiliares (calheiros e apoios), na maioria das vezes familiares, na prática do esporte com os atletas. A participação dos auxiliares acrescentam uma camada relevante a ser considerada no campo atitudinal, pois eles cumprem um papel central não apenas com atitudes que afetam a prática da modalidade, mas também a vida diária dos atletas.

Presume-se que as características deste contexto favorecem uma riqueza de atitudes que possam figurar como barreiras ou facilitadoras de acessibilidade. Estudos sobre acessibilidade, especialmente quando se trata de PcD com diversos níveis de necessidade de suporte, podem contribuir revelando nuances e características ambientais que representam barreiras e facilitadores de acesso constantes em diferentes contextos. Outra contribuição possível está em seu potencial para estabelecer referências para o planejamento e desenvolvimento de políticas públicas, trabalho de profissionais da área e atividades educativas dirigidas às famílias de PcD.

Este trabalho segue o modelo escandinavo, também denominado multipaper (MELNYK, 2021) ou coletânea de artigos (OLIVEIRA, 2021). Trata-se de uma estrutura para pesquisa em teses e dissertações cujo desenvolvimento é feito sob a forma de artigos diferentes que respondam ao problema de pesquisa com caráter complementar entre si (MELNYK, 2021; OLIVEIRA, 2021). Este modelo foi introduzido no Reino Unido na década de 1960 (MELNYK, 2021). Atualmente, o modelo escandinavo é verificado em teses e dissertações produzidas em diferentes países e por variadas áreas de conhecimento. Ele favorece a socialização do conhecimento e amplia a disponibilidade e visibilidade da pesquisa (MELNYK, 2021; OLIVEIRA, 2021). Considerando este modelo, o trabalho ficou organizado da seguinte forma:

a) Introdução;

b) Fundamentação teórica. Neste capítulo é apresentada a bocha e são explorados os principais conceitos e implicações relacionados à deficiência, acessibilidade atitudinal, barreiras e facilitadores atitudinais;

c) Metodologia. Neste capítulo é apresentada a metodologia geral do estudo;

d) Artigo 1. Neste capítulo apresentamos o primeiro artigo intitulado "Deficiência e acessibilidade atitudinal no âmbito social: explorando a perspectiva de integrantes de uma equipe de bocha";

e) Artigo 2. Neste capítulo será apresentado o segundo artigo intitulado "Acessibilidade atitudinal: as atitudes da família e amigos de atletas com deficiência de uma equipe de bocha";

f) Artigo 3. Neste capítulo será apresentado o terceiro artigo intitulado "Acessibilidade atitudinal no esporte paralímpico: um estudo a partir da perspectiva de integrantes de uma equipe de bocha";

g) Considerações Finais;

h) Referências.

Cabe salientar que estamos cientes de que o formato multipaper pode tornar a leitura da dissertação cansativa e laboriosa, haja vista a repetição da apresentação de alguns elementos do trabalho como referencial teórico e metodologia. Contudo, julgamos ser uma alternativa mais vantajosa para agilizar a publicação de artigos e a divulgação do conhecimento produzido.

2 FUNDAMENTAÇÃO

A seguir exploramos teoricamente alguns tópicos centrais para o desenvolvimento desta pesquisa. Primeiramente, apresentamos a bocha. A seguir, discutimos a concepção de deficiência, abrangendo sua conceituação, os modelos da deficiência, a cultura da deficiência e os estudos sobre a deficiência. Na sequência exploramos o tema da acessibilidade, começando por um panorama geral abarcando o conceito, o estudo e as análises de acessibilidade, e por fim discutimos o tema da acessibilidade atitudinal. Ao final, a partir da discussão sobre acessibilidade atitudinal, exploraremos as barreiras e os facilitadores atitudinais.

2.1 SOBRE A BOCHA

Entre as modalidades esportivas praticadas por PcD está a bocha, desenvolvida nos países nórdicos na década de 1970. Este esporte é uma modalidade paralímpica que demanda estratégia e precisão destinado principalmente a atletas com déficits motores decorrentes de condições como paralisia cerebral, acidente vascular encefálico, distrofia muscular progressiva, entre outros (AMÂNCIO, 2019).

Figura 1 - Atleta Eliseu dos Santos, participante da pesquisa, durante os Jogos Paralímpicos de Tóquio lançando uma bola azul.

Fonte: Fotografia de Matsui Mikihito publicada pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, 2023.

A bocha é realizada em uma quadra com 6m de largura por 12,5m de comprimento e os instrumentos utilizados são bolas de fibra sintética, revestidas

com couro, pesam 280g, não quicam e são brancas, azuis e vermelhas. O objetivo no esporte é lançar bolas coloridas (azuis ou vermelhas) e aproximá-las o máximo possível da bola branca. As disputas podem ser individuais, em dupla ou em equipe (AMÂNCIO, 2019).

Como o grau de limitação funcional varia entre os participantes da bocha, eles são submetidos a uma classificação funcional e divididos entre quatro classes: BC1, BC2, BC3 e BC4. Os atletas da classe BC1 arremessam as bolas com as mãos ou pés e podem receber auxílio de um assistente para ajustar a cadeira e fornecer a bola. Na classe BC2, os déficits são menores e a bola é lançada com a mão. Na classe BC3 estão os atletas com maior comprometimento e utilizam equipamentos para lançar a bola (calhas e capacete com ponteira para permitir o lançamento da bola com maior independência) além de um ajudante denominado calheiro que auxilia com as ajudas técnicas. A classe BC4 classifica os atletas mais independentes e que não têm paralisia cerebral (SILVA, 2018; AMÂNCIO, 2019; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES, 2024).

Figura 2 - Atletas da categoria BC3 utilizando ponteiras e calhas com auxílio de calheiros.

Fonte: Comitê Paralímpico Brasileiro, 2023.

2.2 DEFICIÊNCIA EM FOCO

Nesta seção discutimos algumas concepções de deficiência, alguns modelos de abordagem da deficiência, e considerações sobre os estudos e as pesquisas sobre a deficiência.

2.2.1 Concepções de deficiência

Deficiência é um termo guarda-chuva que agrega uma multiplicidade de experiências de diferentes grupos de pessoas. Antes do século XX era incomum alocar as pessoas com diferentes tipos de deficiência em uma mesma categoria. Contudo, a palavra deficiência passou a ser utilizada a partir de 1915 para se referir a crianças e pessoas com os mais diversos tipos de deficiência. Após isso, houve o desenvolvimento e aprofundamento deste conceito com a organização e fortalecimento dos movimentos sociais pelos direitos das PcD que perdura desde então (SHAKESPEARE, 2018). Campbell acrescenta que deficiência é a catacrese de um neologismo que se propõe a acomodar diferentes formas de vida consideradas com deficiência e que sua definição, tal como é, assume como referência a capacidade, resultando no contraponto reducionista de se dizer o que é a partir do que não é (CAMPBELL, 2009).

Isto posto, a compreensão da deficiência pode ser expandida para uma visão menos restrita a grupos específicos. Pois se por um lado a deficiência é uma categoria de identidade que pode conferir uma segurança ontológica para quem não se insere nela, por outro a deficiência é a categoria em que todos serão incorporados se viverem o suficiente, pois ser capaz e apto é um estado temporário da experiência de vida humana (CAMPBELL, 2009). Portanto, a deficiência é imanente à natureza humana uma vez que a fragilidade é uma característica universal que todos os seres humanos possuem e que desafia a imunidade do corpo sem deficiência (ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI, 2021).

Outra definição para deficiência é enquanto uma opressão social derivada das condições culturais, sociais, ambientais e políticas incapacitantes e discriminatórias que balizam a função, atividades e participação social das PcD (WILLIAMS; LOZANO-SUFRATEGUI; TOMASONE, 2022). É considerada também uma condição diferente do normal devido a três razões: a anatômico-funcional que consigna as formas e as funções observáveis em objetos e indivíduos; a estatística que estabelece como referência a incidência média em uma população geral; e o

modelo humano idealizado que assinala uma contraposição entre o ser ideal frente ao ser real (BARROZO et. al, 2012). Esta perspectiva social da deficiência é problematizada largamente por estudiosos que analisam minuciosamente as camadas de discussão que emergem sob o prisma social.

Em 1993, a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas publicou a Resolução n° 48 onde conceituou a deficiência como sendo a limitação ou perda de oportunidades de participação da vida em comunidade sob condições de igualdade com outras pessoas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993; TONON, 2019). A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2006 aperfeiçoa essa apreciação ao aduzir que trata-se de um conceito em evolução (HASHEMI et al., 2022) cuja experiência resulta da interação entre pessoas e impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais e as atitudes e barreiras ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de condições com outros indivíduos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006; TONON, 2019; HASHEMI et al., 2022).

A compreensão acima legitima a PcD acima de tudo como pessoa humana, a quem cabe dirigir a dignidade e o respeito, sendo assim dignas de participação e inclusão na sociedade em igualdade de oportunidades, tornando a deficiência uma característica da condição humana dentre tantas outras possíveis (TONON, 2019). Leahy e Ferri (2022) endossam esse entendimento afirmando que essa definição representa uma ruptura com uma perspectiva orientada exclusivamente pelo modelo biomédico da deficiência ao designar as PcD como titulares de direitos. Isso reforça uma concepção social para composição da temática, onde ser uma PcD é uma possibilidade dentre outras tantas de ser e estar no mundo, retratando a opressão ao corpo com impedimento, salientando uma camada política fundamental a essa discussão e reconhecendo a variação do conceito de acordo com os diferentes movimentos e tempos históricos (OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2022). A seu turno, a Organização Mundial da Saúde assenta a compreensão da deficiência como um fenômeno multidimensional resultante da interação entre as pessoas e suas respectivas condições de saúde com seu ambiente físico e social munido de fatores contextuais diversos; de cuja natureza depreende-se a tensão entre capacidade e incapacidade (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2004; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020).

2.2.2 Abordando alguns modelos de deficiência

A deficiência é complexa, polissêmica e polivalente, não pode ser resumida a uma definição simplista e apressada, pois reúne em si diversidade e heterogeneidade de experiências suficientes para ser designada também como uma cultura: a cultura da deficiência (GOODLEY, 2014). Esta diversidade tem sido sistematizada no que veio a ser chamado de modelos da deficiência. Estes, por sua vez, têm exercido influência na formulação de políticas que têm afetado a vida das PcD ao redor do mundo. Os modelos que têm sido hegemonicamente utilizados são o Modelo Biomédico, o Modelo Social e o Modelo Biopsicossocial de deficiência (PETASIS, 2019).

2.2.3 O modelo biomédico da deficiência

Ao modelo biomédico da deficiência é creditado o aumento da expectativa e da qualidade de vida a muitas PcD, contribuindo também para a naturalização e desmistificação da anomalia somática em um processo de despojamento de significados sobrenaturais ou de juízo moral, descrevendo a deficiência como objeto de investigação e remediação. Contudo, por ser tecnicista, limita o entendimento da deficiência a uma abordagem restrita a linguagem biológica, hormonal, genética, neurológica e fisiológica (GOODLEY, 2014). Uma crítica importante a este modelo é que a deficiência é definida apenas a partir da integridade dos processos corporais e cognitivos de experiência pessoal e intrínseca ao indivíduo. Ele retrata a deficiência como uma inconveniência e problema que requer erradicação. Evoca-se para ela uma solução, o que resulta em uma busca por seu apagamento (GOODLEY, 2014; PETASIS, 2019).

Este modelo despertou reações diversas pois reveste a PcD com o estigma de um indivíduo insuficiente em si mesmo, reforçando a exclusão social comum vivida desde a rejeição por empregadores, passando por todas as áreas da vida em comunidade e até mesmo fundamentando as decisões judiciais desfavoráveis ao provimento de melhores oportunidades e justiça social. Aliado a isso, a crítica a esse modelo reside também no fato deste impor sobre as PcD o rótulo de pessoa doente, fraca e anormal, o que influencia as atitudes e interações da sociedade como um todo em relação a essas pessoas, ainda que suas deficiências não sejam visíveis,

pois podem ser vistas negativamente, em razão de sua deficiência, como incapazes de diversas atividades comuns como a prática do esporte por exemplo (PETASIS, 2019).

2.2.4 O modelo social da deficiência

O modelo social da deficiência nasce como reação à hegemonia do Modelo Biomédico por parte de estudiosos e ativistas da deficiência a partir da segunda metade do século XX (TITCHKOSKY, 2000; SHAKESPEARE, 2018; SILVA; HOWE, 2018; TONON, 2019). Este pensamento recusa a visão da deficiência como um problema individual, mas debruça-se sobre uma ótica voltada para as estruturas sociais presentes no ambiente que manifestam as desvantagens evitáveis que excluem desnecessariamente as PcD (TITCHKOSKY, 2000; PARADIS, 2017; SHAKESPEARE, 2018; SILVA; HOWE, 2018; PETASIS, 2019; TONON, 2019; WUO; LEAL, 2020). O núcleo do entendimento no Modelo Social é que a deficiência é melhor compreendida como engendrada da injustiça social do que propriamente de consequências biológicas (TITCHKOSKY, 2000; GOODLEY, 2014; SHAKESPEARE, 2018; PETASIS, 2019; TONON, 2019; WUO; LEAL, 2020; ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI, 2021) sendo, portanto, uma construção social caracterizada pelo estabelecimento de barreiras em mentalidades, ideias e no ambiente físico (PARADIS, 2017; PETASIS, 2019; ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI, 2021). A ideologia da deficiência surge neste campo de discussão a partir de uma perspectiva instrumental (SILVA; HOWE, 2018), defendendo que a produção da deficiência acontece a partir de práticas (CAMPBELL, 2009; SILVA; HOWE, 2018) e do tratamento (CAMPBELL, 2009; ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI, 2021) dirigido a estas pessoas e que essa conscientização deve mover esforços pela transformação social na experiência da deficiência no ambiente social (CAMPBELL, 2009; PARADIS, 2017; SILVA; HOWE, 2018; PETASIS, 2019; TONON, 2019).

Na prática, essa teoria sustentou a luta pelos direitos das PcD desde o século passado em prol da quebra de sua restrição apenas ao ambiente familiar (TONON, 2019), emancipação do assistencialismo (TONON, 2019), mudanças de terminologia e de comunicação da deficiência (SHAKESPEARE, 2018; TONON, 2019), cobranças por acessibilidade (SHAKESPEARE, 2018; TONON, 2019), mudança de atitudes da sociedade (SHAKESPEARE, 2018; ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI, 2021) e em

defesa de sua cidadania (TONON, 2019; SHAKESPEARE, 2018). Este modelo desloca a semântica da deficiência de um problema médico e o afirma como uma questão de direitos civis problematizados a partir de críticas ao sistema capitalista e as sociedades liberais (WOLBRING, 2012; GOODLEY, 2014; SILVA; HOWE, 2018; PETASIS, 2019; TONON, 2019; WUO; LEAL, 2020). A exemplo disso, o Comitê Paralímpico Internacional, por influência política deste Modelo, raramente utiliza a palavra deficiência em suas comunicações, priorizando em lugar disso o atleta de elite em suas referências (TONON, 2019).

Nas últimas três décadas, com o advento de Modelos como o Biopsicossocial defendida pela perspectiva de órgãos internacionais como a Organização Mundial das Nações Unidas e a Organização Mundial da Saúde, assim como as contribuições cada vez mais presentes das teorias feministas e pós-modernistas, os estudiosos do Modelo Social têm sido pressionados a administrar um olhar mais holístico para a temática (GABEL; PETERS, 2004; ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI, 2021). Ainda que o Modelo Social admita atualmente uma concepção mais eclética da deficiência, sua ênfase permanece a mesma, centrada em um posicionamento de resistência contra o capacitismo e as formas das estruturas sociais que notabilizam a opressão contra as PcD (GABEL; PETERS, 2004; PETASIS, 2019; ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI, 2021).

2.2.5 O modelo biopsicossocial da deficiência

Diante destas divergências históricas entre o modelo biomédico e o modelo social, a negligência de qualquer um dos quadros conceituais se tornou ineficaz uma vez que tanto a limitação biológica quanto a imersão do ser humano em ambientes onde enfrentam barreiras físicas, socioculturais e atitudinais são inegáveis e demandam diferentes problematizações (TONON, 2019; GUIMARÃES, 2021).

Com isso, o Modelo Biopsicossocial ganha espaço e força, contrapondo o Modelo Biomédico e determinando a diferença da deficiência individual no âmbito da funcionalidade e das habilidades, mas também expandindo sua análise para a experiência coletiva abrangendo barreiras físicas, sociais e políticas encontradas no ambiente (PEREIRA; BARROS; AUGUSTO, 2011; PETASIS, 2019; WUO; LEAL, 2020; GUIMARÃES, 2021; PINHEIRO, 2021). Para este modelo, a discussão da inclusão atravessa tanto a individualidade e singularidade da pessoa quanto a

responsabilidade e a potencialidade coletiva, asseverando uma realidade complexa permeada por dimensões diversas que se sobrepõem (PETASIS, 2019; WUO; LEAL, 2020). Ou seja, em contraposição ao pensamento biomédico que concebe o significado de deficiência amarrado a uma interpretação patológica centrada no processo saúde-doença, o Modelo Biopsicossocial rompe com a lógica curativista elaborando um arcabouço teórico associando o conceito de deficiência à uma interpretação no território da incapacidade e da funcionalidade (PEREIRA; BARROS; AUGUSTO, 2011; GOODLEY, 2014; PETASIS, 2019; GUIMARÃES, 2021). Assim sendo, ele se constitui em uma estrutura conceitual abrangente para designar limitações de atividade, restrições de participação e deficiências diversas (GOODLEY, 2014; PETASIS, 2019) que acomoda a sobreposição complexa de fatores fisiológicos, psicológicos, sociais e ambientais (PINHEIRO, 2021).

Este modelo ultrapassa assim o campo da saúde, sendo utilizado por instituições como a Organização Mundial da Saúde, a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial para orientar políticas para deficiência, visando o desenvolvimento de programas de direitos humanos, recomendar legislação antidiscriminatória e justificar financiamento público em iniciativas inclusivas na educação, trabalho e cultura (GOODLEY, 2014; PETASIS, 2019; GUIMARÃES, 2021). Esse modelo é de característica interacionista e dinâmico, admitindo três pressupostos: a deficiência é incompatibilidade pessoa-ambiente; a deficiência é situacional ou contextual; e a deficiência é relativa (GOODLEY, 2014). A incompatibilidade pessoa-ambiente se verifica na lacuna entre as capacidades da pessoa e as exigências funcionais e sociais presentes no ambiente. A deficiência é situacional e relativa pois a capacidade de uma pessoa não está intrinsecamente ligada à sua deficiência, mas sim à interação entre suas habilidades e o ambiente em que ela se encontra. A situação ou contexto em que a pessoa está inserida desempenha um papel significativo na determinação de suas capacidades (TØSSEBRO, 2004).

Proposto inicialmente por George Engle ao longo dos anos 1970 e desenvolvido por outros autores e instituições nas décadas seguintes (PETASIS, 2019), o Modelo Biopsicossocial forma um conceito de deficiência mais integrado e abrangente acumulando elementos das perspectivas médica e social, considerando os acometimentos objetivos e subjetivos da pessoa em sua complexidade, sem abrir mão de um olhar atento para as profundidades e diversidades sociais implicadas

(PETASIS, 2019; GUIMARÃES, 2021). Isso significa que a deficiência enquanto objeto de análise demanda tanto uma atenção clínica especializada quanto uma atenção social para produção de inclusão e apoio nas diversas esferas de vida. Esta compreensão é materializada na elaboração da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), um sistema de classificação que se propõe a descrever as formas de deficiência expressas em níveis de incapacidade e funcionalidade, vulnerabilidades e potencialidades, barreiras e facilitadores, no sentido de contemplar uma visão mais complexa e integrada para a deficiência (PETASIS, 2019; GUIMARÃES, 2021).

Para o quadro conceitual do Modelo Biopsicossocial, os Modelos Biomédicos e Social são incompletos, marcando assim contraposição parcial a ambos e uma evolução deste último, pois se em uma perspectiva Biopsicossocial a deficiência não pode ser causada apenas por fatores fisiológicos, ela tampouco pode ser contemplada como fenômeno complexo que é apenas por uma perspectiva sociológica (PETASIS, 2019; GUIMARÃES, 2021). Isso implica na possibilidade de conciliar diferentes enfoques sobre deficiência por parte de ativistas, acadêmicos, pesquisadores, clínicos e profissionais. Este modelo tem fundamentado políticas públicas globais e locais para Pcs e iniciativas de acessibilidade diversas com bons resultados ao redor do mundo (PETASIS, 2019).

2.2.6 Estudos e pesquisas sobre a deficiência

As PcD e suas demandas são pouco estudadas entre os diversos campos de pesquisa (LEAHY; FERRI, 2022). Frente a isso, os Disability Studies ou Estudos da Deficiência tem encampado discussões e pesquisas com o objetivo de lançar luz sobre os campos convergentes com estas realidades silenciadas. Por exemplo, quando se dá voz a um jovem atleta com deficiência que enfrenta o estigma, pressões sociais e valores culturais estabelecidos pela sociedade que assenta indissociável conexão do esporte com o corpo viril e perfeito desde a Grécia antiga nas origens do esporte olímpico (TONON, 2019).

Assim, a cultura da deficiência é um continente de diversidade polivalente, atravessada por discussões tais como as apresentadas até aqui, onde se aprofundam e se desenvolvem diferentes perspectivas macro, meso e micro sociais (GOODLEY, 2014; SHAKESPEARE, 2018; ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI, 2021).

Nesta esteira, as discussões aduzidas pelos estudos críticos da deficiência têm sido questionadas por possíveis inadequações éticas e políticas que dificultam a sua finalidade de desconstruir atitudes normativas. O Modelo Biomédico por sua vez, é rechaçado pela sua compreensão negativa e redução da deficiência a uma forma negativa de alteridade, ou seja, um problema do outro. O Modelo Biopsicossocial por outro lado tem encontrado pouco eco entre os maiores expoentes do campo denominado Disability Studies (ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI, 2021).

Para a perspectiva mais crítica, a cultura da deficiência é infiltrada por ideologias que concebem uma constituição orgânica individualista, ideologias medicalizantes arbitrárias e pela teoria da tragédia pessoal, que segundo ele, são o sustentáculo de intervenções e políticas sociais em sociedades capitalistas (CAMPBELL, 2009; SILVA; HOWE, 2018). Em correspondência a esta constituição cultural, as respostas e estratégias sociais intervencionistas têm sido consideradas insuficientes para promover emancipação social por seu papel em mascarar a ideologia capacitista que preconiza a forma capaz de ser como a única digna de valorização (CAMPBELL, 2009). O capacitismo alojado nesta composição subtrai humanidade da PcD ao impor um padrão de ser inatingível para ela (CAMPBELL, 2009; GOODLEY, 2014). Para neutralizar este caldo cultural a subversão de vertentes capacitistas e universalizantes de pensamento sobre a deficiência é necessária, valorizando e acolhendo diferentes vozes (GOODLEY, 2014; SILVA; HOWE, 2018).

Transitando pela composição de perspectivas com base na diferença, as PcD têm reivindicado a si mesmas e aberto campo para construir pensamento a partir dos estudos sobre a deficiência em suas perspectivas culturais, sociológicas, políticas e históricas (TITCHKOSKY, 2000; ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI, 2021). Neste campo, a deficiência tem sido notada como um conceito ontologizado e reificado na forma de uma diferença estigmatizada (WUO; LEAL, 2020), inferiorizada e historicamente marginalizada que tem reproduzido experiências de processos diversos de exclusão e inclusão que dependem da interação entre as pessoas e a deficiência em si (TITCHKOSKY, 2000; CAMPBELL, 2009; SHAKESPEARE, 2018; WUO; LEAL, 2020; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2022). O pensamento produzido tem buscado expandir o entendimento sobre a deficiência como uma variação humana normal para a qual devem ser dirigidos esforços no sentido de remover barreiras e prestar apoio (CAMPBELL, 2009; GOODLEY, 2014; SHAKESPEARE, 2018), em

lugar de ser apenas uma simples referência para a fantasia da performance da normalidade pelos normais (GOODLEY, 2014).

A necessidade de produção de conhecimento sobre a deficiência tem sido defendida também para que as PcD e sem deficiência conheçam a si mesmas. Uma vez que a prevalência da deficiência no mundo ultrapassa 1 bilhão de pessoas e trata-se de uma experiência que pode acometer qualquer indivíduo em qualquer ciclo de vida, inclusive comumente atinge pessoas com o processo de envelhecimento, os estudos sobre a deficiência possuem uma contribuição potencial imprescindível (SHAKESPEARE, 2018).

A abordagem e a simbolização da deficiência têm mudado com este campo emergente de estudo, assim como a diversificação de seu ativismo (SHAKESPEARE, 2018). Por este ângulo mais ativista, a cultura da deficiência deve ser estabelecida a partir do poder político da diferença onde o acolhimento de vozes múltiplas e divergentes é praticado. Isso significa que, em uma perspectiva mais atual e consciente, a interdição e o silenciamento de pessoas sem deficiência devem ser rejeitados, acolhendo vozes e o ativismo de PcD e sem deficiência. Esta abertura do campo da deficiência tem sido defendida com vistas à celebração da diferença em lugar de incorrência em práticas excludentes e essencializantes que sustentam formas de marginalização endógena nesta discussão. A cultura da deficiência assim, por uma ótica ativista hodierna, visa superar a defesa da diferença apenas na retórica pública implementando-a em ações práticas (SILVA; HOWE, 2018).

No sentido de promover esta implementação, os estudiosos da deficiência devem compreender igualmente a necessidade de gerar impacto com a produção de conhecimento da área, o que implica o desenvolvimento de estudos cujos achados possam ser extrapolados tanto para contextos semelhantes quanto globais, considerando ambos também em seus próprios trabalhos. O teor dos estudos da área frequentemente enfoca aspectos negativos e sua retificação, mas a área tem sido estimulada a amadurecer esta perspectiva pondo em relevo também orientações e conhecimentos para prevenção de ações negativas desde o início. Essa preocupação e amadurecimento é uma das medidas necessárias para fazer frente a guetização característica do campo dos estudos da deficiência, ampliar o domínio conceitual de seu objeto de estudo e aumentar a influência de seu pensamento e convencionalização de seu conhecimento (WOLBRING, 2012).

Adentrando ainda mais nessa discussão sobre a deficiência e sua cultura, a partir dos estudos da deficiência, a complexidade é patente. A cultura pode ser compreendida como os modos de vida, comunicação, visão de mundo e formas de interação incluindo as regras, costumes e crenças comuns, e em pesquisas sociológicas a tônica está sobre as dinâmicas sociais que emergem através da capacidade e das habilidades das pessoas em um dado contexto (WOLBRING, 2012). Essas dinâmicas que cingem a deficiência são estudadas a fundo. Em uma abrangência mais específica é investigada a deficiência em si e seu impacto sobre a funcionalidade no ambiente. Aspectos como dor, visibilidade e invisibilidade, possíveis tratamentos, restrições, o impacto psicológico de ter uma deficiência, a relação da experiência da deficiência com a personalidade e predisposições do indivíduo, crenças pessoais, e as próprias expectativas e autopercepção de potencialidades e vulnerabilidades. Em um alcance mais amplo, os estudos debruçam-se sobre o ambiente físico e social, as atitudes dirigidas às PcD, a suficiência familiar e seu suporte, as projeções da sociedade sobre as PcD, a disposição e a consecução de adaptações razoáveis e tecnologias assistivas, oportunidades de acessos a diferentes contextos e ambientes de autodesenvolvimento e experiência, as representações e simbolizações culturais produzidas e compartilhadas da deficiência, os esforços por justiça social (SHAKESPEARE, 2018). A combinação destes conteúdos específicos e amplos, intrínsecos e extrínsecos, produzem experiências singulares de deficiência e compõem o objeto de estudo dos estudos da deficiência (TITCHKOSKY, 2000; SHAKESPEARE, 2018).

Investindo mais a respeito da participação social de PcD, diversas problemáticas emergem. Em uma abordagem geral, a hierarquização das deficiências destaca-se, pois considerando que o conceito de deficiência engloba uma grande diversidade de grupos diferentes em uma mesma categoria, estes grupos na expressão de suas diferenças possuem uma desigualdade potencial. Isso implica que determinados grupos de PcD podem ter suas demandas menos atendidas ou priorizadas em relação aos demais, como por exemplo as PcD intelectual ou cognitivas em relação à PcD físicas ou sensoriais (LEAHY; FERRY, 2022). Há relatos de políticas públicas desenvolvidas para PcD intelectual espelhadas em outras políticas desenvolvidas para PcD física, mas que comparativamente são raramente reconhecidas (ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI;

2021). Isso se reflete também no contexto do Paradesporto onde atletas com altas necessidades de apoio tendem a ser marginalizados e excluídos dos Jogos Paralímpicos (SILVA; HOWE, 2018).

Não obstante, ser uma PcD vai além do que é definido legalmente, mas contempla a vivência cotidiana dos facilitadores e das barreiras ao acesso à participação plena na sociedade (OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2022). Ao esquadrinharmos as referidas interações e oportunidades nas definições mais recorrentes para deficiência, nós nos deparamos com um necessário foco nas estruturas sociais que abarcam o apoio e serviços sociais, a informação, as estruturas físicas e sobretudo as atitudes em relação a deficiência (PARADIS et. al, 2017).

Portanto, a deficiência é uma categoria social, mas não absoluta e como tal requer uma definição. Nesse enlace de diferentes grupos em uma mesma categoria, uma definição subjetiva congrega pessoas que se identificam como PcD e, objetivamente entre aquelas que seriam assim categorizadas podemos eventualmente encontrar quem não se reconheceria como uma PcD. Outrossim, podem haver grupos que uma vez se identificando como PcD despertem ceticismo de outros grupos assim categorizados. Portanto a PcD na medida do avanço em sua conquista por direitos para promover melhores condições de acesso em busca de igualdade de oportunidades, ser enquadrado nesta categoria passa a ser um alvo de interesse para diferentes grupos (SHAKESPEARE, 2018).

Campbell acrescenta que a deficiência é um conjunto de pressupostos conscientes ou inconscientes e práticas que promovem um tratamento distinto ou desigual das pessoas com base em deficiências reais ou presumidas. Ainda de acordo com a autora, a variedade de práticas e produção da deficiência, seja ela real ou no terreno da presunção, abre campo para estudos que têm se concentrado em deslindar as atitudes e barreiras associadas a estes pressupostos (CAMPBELL, 2009).

Dan Goodley contribui para a discussão da complexidade necessária deste assunto afirmando que definições universalizantes como as propaladas pelas instituições de referências globais são confrontadas pelas exigências por reconhecimento de especificidades históricas, culturais, econômicas e políticas presentes em diferentes partes do mundo. O autor adensa e aprofunda essa afirmação desenvolvendo a ideia de que as concepções hegemônicas sobre

deficiência são elaboradas em debates entabulados principalmente por acadêmicos brancos, ocidentais e de classe média, com perspectivas que exprimem suposições ideológicas, teóricas, culturais e históricas reforçando um paradigma urbano e de sociedades desenvolvidas. Esta localização do mainstream deste debate configura uma exportação de ideias que exerce um efeito de dominação, notavelmente o modelo social, para países emergentes ou subdesenvolvidos e expõe a monopolização de um debate acerca da deficiência que se reservam a possibilidade de fazê-lo com poucas ou nenhuma adaptação. Como consequência, isso pode encobrir especificidades da deficiência como os diferentes entendimentos de incapacidade e suas dinâmicas que podem ocorrer em diferentes contextos, como pobreza aguda por exemplo. Em face disso, para Goodley os estudos da deficiência devem remeter uma curiosidade crítica às teorias universalizantes e globais, sem abrir mão de um compromisso ético e político com a sensibilidade cultural presente na diversidade contextual (GOODLEY, 2014).

Portanto, para além das condições corporais e pessoais, a deficiência é agravada pelo ambiente social, econômico e cultural (NUNES, 2021). É no ambiente social que as pessoas desenvolvem a si mesmas e as suas habilidades e são os relacionamentos neste contexto que formam os valores, significados e compreensões acerca do que é típico e normal. Assim os indivíduos são reconhecidos como pessoas com ou sem deficiência (BARROZO et al., 2012). As barreiras para participação da vida social tendem a estar relacionadas a formas de inibição de expressões de singularidade tanto em PcD quanto na sociedade em geral. A facilitação da participação, por outro lado, favorece o desenvolvimento positivo da identidade, promove a diversidade e modifica a compreensão no que concerne a deficiência e as relações a serem estabelecidas (LEAHY; FERRI, 2022). Isso ressalta a necessidade e a importância de desenvolver estudos considerando a complexidade da experiência da deficiência em relação às barreiras e facilitadores que esvaziam ou dão substância à acessibilidade.

2.3 ACESSIBILIDADE

A origem do termo acessibilidade como referência para definir formas de acesso de PcD é atribuída ao surgimento pós-guerra dos serviços de reabilitação na década de 1940. Com a formação de um contingente de adultos reabilitados na

sociedade, os profissionais de saúde identificaram barreiras diversas para a absorção efetiva destas pessoas e de suas necessidades pela comunidade (TANGARIFE, 2007). As barreiras em si e seus processos de solução, assim como os facilitadores e sua administração foram designadas como acessibilidade. As dimensões deste conceito evoluíram com o passar das décadas como resultado da produção de conhecimento e conscientização acerca das PcD e suas condições de vida. Inicialmente, a acessibilidade percebida e materializada em barreiras e facilitadores, era predominantemente relacionada ao ambiente físico, referindo-se assim a elementos arquitetônicos urbanos e domiciliares, por exemplo (IWARSSON; STÅHL, 2003; TANGARIFE, 2007).

Este primeiro dimensionamento deu origem ao paradigma de acessibilidade denominado integração que durou cerca de 40 anos (TANGARIFE, 2007). O paradigma da integração estabeleceu processos de busca por adaptação da pessoa aos padrões de normalidade vigentes em seu contexto social (BARBOSA-FOHRMANN, 2017).

A partir dos anos 1980 ganha vulto cada vez maior a discussão sobre o papel da socialização e da cultura na acessibilidade de PcD (IWARSSON; STÅHL, 2003; TANGARIFE, 2007; BARROZO et al., 2012; EUSÉBIO e ROSA, 2020). Com o desenvolvimento deste debate, o paradigma da integração passa a ser substituído gradativamente pelo da inclusão (TANGARIFE, 2007), desbordando assim a discussão concentrada apenas sobre os ambientes físicos e barreiras tangíveis para contemplar também aspectos sociais complexos e padrões atitudinais (IWARSSON; STÅHL, 2003; TANGARIFE, 2007; BARROZO et al., 2012; LEAL, EUSÉBIO e ROSA, 2020).

Apresentar um conceito de acessibilidade funcional, sólido e viável é um desafio complexo (IWARSSON; STÅHL, 2003; GEURS; WEE, 2004). Em síntese, a acessibilidade é o atributo de toda a atitude (LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020), processo (IWARSSON; STÅHL, 2003), dinâmica (BARROZO et al., 2012) ou elemento (BARROZO et al., 2012) que caracterizam a possibilidade de alcance de oportunidades em todas as áreas da vida (IWARSSON; STÅHL, 2003) e refere-se também à sua distribuição (HANDY; NIEMEIER, 1997; PÁEZ; SCOTT; MORENCY, 2012), efeitos (HANDY; NIEMEIER, 1997) e resultados (HANDY; NIEMEIER, 1997; PÁEZ; SCOTT; MORENCY, 2012) no que concerne à funcionalidade (IWARSSON; STÅHL, 2003), equidade (IWARSSON; STÅHL, 2003; PÁEZ; SCOTT; MORENCY,

2012), participação (OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2022) e justiça social (BARROZO et al., 2012; PÁEZ; SCOTT; MORENCY, 2012).

Como possibilidade, a acessibilidade confere às PcD o acesso e usufruto a diferentes contextos e ambientes de vida como o trabalho, o lazer e a participação social em todas as suas formas com segurança e autonomia (HANDY; NIEMEIER, 1997; IWARSSON; STÅHL, 2003; LOPES, 2009; BARROZO et al., 2012; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020; LEVINE, 2020; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2022). É o caminho para produzir a igualdade de oportunidades tão centralmente discutidas e problematizadas pelos estudiosos da deficiência. Trata-se de um direito fundamental através do qual todos os demais direitos são alcançáveis e exercíveis (LOPES, 2009; BARROZO et al., 2012; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2022).

Na pesquisa científica, a acessibilidade tem sido um componente relevante em estudos de diversas áreas como infraestrutura, tecnologia da informação, ciências sociais, ciências médicas, ciências jurídicas, dentre outras (IWARSSON; STÅHL, 2003; GEURS; WEE, 2004; LOPES, 2009; BARROZO et al., 2012; PÁEZ; SCOTT; MORENCY, 2012; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2022). Sua utilidade tem sido evidente pois revela os atributos que representam barreiras e facilitadores de acesso constantes em diferentes objetos de estudo, estabelecendo também referências para o planejamento, desenvolvimento, discursos e políticas orientadas para seu permanente aprimoramento (IWARSSON; STÅHL, 2003; LOPES, 2009; BARROZO et al., 2012; PÁEZ; SCOTT; MORENCY, 2012; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2022). Há, portanto, interesse científico global na produção de estudos sobre acessibilidade uma vez que os avanços teóricos, a qualidade e a quantidade de informação disponível sobre essa temática oferecem recursos e conteúdos para diferentes análises e aplicações (IWARSSON; STÅHL, 2003; PÁEZ; SCOTT; MORENCY, 2012).

A análise da acessibilidade tem sido praticada a partir de diferentes níveis, perspectivas e formas na literatura (IWARSSON; STÅHL, 2003; LOPES, 2009; BARROZO et al., 2012; PÁEZ; SCOTT; MORENCY, 2012; LEVINE, 2020). Seus níveis distinguem-se em micro, meso e macro e podem se referir a qualquer dos diferentes tipos de acessibilidade. O nível micro resume-se ao ambiente imediato como a família, a residência e os ambientes circundantes. O nível meso envolve as adjacências maiores como a comunidade, o bairro, os ambientes públicos e a

cidade. O nível macro diz respeito à sociedade, ao país e a aspectos globais. Qualquer que seja o nível, a acessibilidade pode ser abordada por uma perspectiva subjetiva ou objetiva. Na perspectiva objetiva, a acessibilidade é passível de medidas e é afirmada sob determinados parâmetros mensuráveis e critérios válidos previstos em normas e diretrizes existentes. Na perspectiva subjetiva, defendida pelos ativistas da deficiência, a acessibilidade deve ser considerada a partir das expectativas, necessidades, demandas e opiniões das PcD, observadas como parte essencial da variação humana (IWARSSON; STÅHL, 2003).

Por sua forma, a análise da acessibilidade pode ser positiva ou normativa. A análise positiva é baseada em experiências reais de pessoas que se envolvem em atividades em diferentes ambientes e contextos de vida. A acessibilidade normativa, por outro lado, é a formação de um entendimento, conceito, política ou teoria que componha uma expectativa ou proposição de como o acesso deveria ser. Assim, os materiais das mais diversas áreas que abordam e desenvolvem o conceito de acessibilidade e suas aplicações, por esta perspectiva, podem possuir um teor normativo e ou positivo na medida em que podem analisar a acessibilidade enquanto fenômeno tal como é, ou como deveria ser, ou conciliar ambas as formas (LOPES, 2009; PÁEZ; SCOTT; MORENCY, 2012; LEVINE, 2020). Diferentemente dos outros dois tipos de análise, estas duas aplicações da acessibilidade enquanto conceito por sua forma não são mutuamente exclusivas, pois qualquer construção teórica normativa sobre acessibilidade deve ser elaborada a partir do estudo do estado das coisas da acessibilidade positiva, ou seja, da experiência imediata objetiva e subjetiva das pessoas a fim de, por exemplo, perfazer políticas alternativas em diferentes áreas (LEVINE, 2020).

Neste sentido, os estudos da deficiência têm constituído base para a consolidação da acessibilidade tanto em uma análise positiva quanto normativa (IWARSSON; STÅHL, 2003; LOPES, 2009). Para este campo, a acessibilidade é positivada como um princípio e um direito natural e inato ao ser humano. Como princípio, norteia a práxis jurídica de legitimação das demandas de PcD. Como direito, é consagrada legalmente na normatização que garante o provimento universal quando pleiteada. Esta compreensão da acessibilidade com o duplo caráter princípio-direito é apresentada pela Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas que determina através

de sua conceituação a cidadania e dignidade da PcD (LOPES, 2009; SHAKESPEARE, 2018).

A compreensão jurídica da acessibilidade enquanto princípio e direito foi ratificada no Brasil com a Emenda Constitucional nº 45/04, atribuindo legalidade ao conceito (LOPES, 2009). Desta juridicidade decorrem as normas técnicas orientadas pelo acesso universal como pressuposto ético, mas também devem ser cada vez mais considerados o acolhimento, a sensação e a emoção despertada por cada ambiente para a experiência da dignidade humana entre as PcD (IWARSSON; STÅHL, 2003; LOPES, 2009; SHAKESPEARE, 2018).

Segundo Romeu Sassaki (2009) a acessibilidade tem sido descrita também a partir das seguintes dimensões: arquitetônica; comunicacional; metodológica; instrumental; programática; e atitudinal. A acessibilidade arquitetônica é mais evidente, materializada nos ambientes físicos como barreiras e facilitadores em locais como residências, edifícios, equipamentos públicos e transportes. A acessibilidade comunicacional abrange as barreiras e facilitadores presentes na comunicação interpessoal, escrita e virtual. A acessibilidade metodológica contempla as barreiras e facilitadores relativos aos métodos e técnicas de trabalho, estudo e ação social ou familiar. A acessibilidade instrumental reflete as barreiras e facilitadores presentes em instrumentos, artefatos, utensílios, ferramentas e demais objetos necessários para o envolvimento pleno em atividades de diferentes contextos de vida. A acessibilidade programática comporta a natureza das pautas e das políticas, bem como as normas e regulamentos que caracterizem sua legitimidade. E por fim, a acessibilidade atitudinal, foco maior deste trabalho, alberga o continente das atitudes humanas que revelam barreiras como preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, assim como os potenciais facilitadores atitudinais presentes no ambiente social (LOPES, 2009; SASSAKI, 2009).

2.3.1 Acessibilidade atitudinal

Na literatura, a acessibilidade atitudinal tem sido definida de maneiras variadas. Acessibilidade atitudinal pode ser compreendida como a ausência de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações resultantes de atitudes positivas. Esta definição associa o conceito diretamente à remediação de atitudes e

comportamentos que representam barreiras à participação social e à convivência humana (LIRA; FROTA, 2014; SASSAKI, 2019; SILVA; SILVA, 2023).

Para Prates (2015) a acessibilidade atitudinal é uma mudança de cultura, conduta e maus hábitos arraigados no intelecto humano desde o início da civilização. Essa mudança engloba costumes individuais e coletivos a partir do remodelamento complexo de comportamentos em busca de uma atitude ética permeada pelo sentimento de solidariedade.

A acessibilidade atitudinal também pode ser definida como a assimilação de pessoas, animais, ambiente e coisas em resposta a normas legais, éticas e morais. Essa atitude pode ser voluntária e consciente de modo a corresponder com fraternidade e solidariedade ao reconhecimento das necessidades de outras pessoas, ou pode ser feita de forma compulsória por meio de repressões legais e receio de punições normativas (CHÚFALO FILHO, 2020).

Nos moldes da Lei nº 13.146, de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira da Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, no artigo 2º, parágrafo 1º, inciso IV, alínea “e” as barreiras atitudinais são definidas como "atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas" (BRASIL, 2015). A acessibilidade atitudinal é um conceito ainda em construção (CHÚFALO FILHO, 2020). Atualmente, compreende-se que todas as demais dimensões da acessibilidade são originárias da atitudinal uma vez que são as atitudes que impulsionam a remoção de barreiras (BRASIL, 2013).

As barreiras atitudinais também são denominadas barreiras culturais, consideradas as mais difíceis de dirimir (RULLI NETO, 2002). Outra alternativa para as barreiras atitudinais é barreiras sociais, correspondendo às atitudes e comportamentos que prejudicam a inclusão de pessoas na vida em comunidade (ONU, 1977; SASSAKI, 2019). Para Sassaki (2019), a acessibilidade atitudinal se resume ao acesso sem barreiras atitudinais, culturais ou sociais em diferentes áreas da vida.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - CDPD, a acessibilidade atitudinal pode ser desenvolvida a partir da promoção da percepção positiva, maior consciência social e melhor retratação em relação às PcD (ONU, 2006; SASSAKI, 2019). Esta concepção contempla as atitudes e comportamentos de todas as pessoas com e sem deficiência, de modo a ensejar

atitudes favoráveis à ampliação e desenvolvimento do acesso à inclusão social e participação na vida.

Em síntese, a acessibilidade atitudinal designa o conjunto de atitudes, crenças e valores que caracterizam a percepção e o tratamento das PcD, impactando diretamente sua inclusão social (PIVIK; MCCOMAS; LAFLAMME, 2002; BARROZO et al., 2012; SILVA; HOWE, 2018; SASSAKI, 2019; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020). Este conceito abarca as barreiras e facilitadores sociais e culturais (PIVIK; MCCOMAS; LAFLAMME, 2002; ARCÊNCIO et al., 2011; PEREIRA et al., 2011; SASSAKI, 2019; MASTROGIUSEPPE; SPAN; BORTOLOTTI, 2021), é integrado por componentes afetivos, cognitivos e comportamentais (FREIRE; NASCIMENTO; ROAZZI, 2019; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020), e configurado por aspectos sociais, culturais e comunitários (PIVIK; MCCOMAS; LAFLAMME, 2002; MASTROGIUSEPPE; SPAN; BORTOLOTTI, 2021; HASHEMI et al., 2022). A acessibilidade atitudinal é apresentada através do binômio barreira-facilitador (PIVIK; MCCOMAS; LAFLAMME, 2002; ARCÊNCIO et al., 2011; PEREIRA et al., 2011; ARAÚJO et al., 2018; MASTROGIUSEPPE; SPAN; BORTOLOTTI, 2021), expresso tanto através das atitudes relacionadas ao ambiente social circundante (ROSE JUNIOR, 2002; PIVIK; MCCOMAS; LAFLAMME, 2002; ARCÊNCIO et al., 2011; PEREIRA et al., 2011; ARAÚJO et al., 2018) quanto por meio de atitudes intrapessoais (ROSE JUNIOR, 2002; DURSO; LARTNER, 2008; AUJLA; REDDING, 2013; WATSON; THARP, 2014; FREIRE; NASCIMENTO; ROAZZI, 2019; HASHEMI et al., 2022; LEAHY; FERRI, 2022), também relatadas como atitudes de automarginalização (HASHEMI et al., 2022) ou opressões internalizadas (CAMPBELL, 2009; DURSO; LARTNER, 2008; LEAHY; FERRI, 2022), não obstante não se refira apenas à atitudes negativas (ARAÚJO et al., 2018).

Ao se discutir acessibilidade, a eliminação de barreiras de acesso muitas vezes é priorizada principalmente em benefício de PcD físicas ou sensoriais, em detrimento de outros tipos de deficiência (LEAHY; FERRI, 2022). A remoção das barreiras também tende a se concentrar sobre as físicas (SHAKESPEARE, 2018; LEAHY; FERRI, 2022) e a discussão de outras formas de acessibilidade que não sejam a arquitetônica é pouco explorada (OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2020; LEAHY; FERRI, 2022). Situações em que são negligenciados outros tipos de barreiras podem silenciar dinâmicas de exclusão sob a máscara da inclusão (SHAKESPEARE, 2018; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2020). Ainda que a

acessibilidade abordada por padrões objetivos presentes em checklists seja importante, as listas de verificação para sua categorização, identificação, avaliação e atuação possuem baixo alcance sobre as barreiras e facilitadores no domínio das atitudes (LEAHY; FERRI, 2022).

As atitudes refletem aspectos sociais, culturais e comunitários que modelam os sistemas de valores e crenças, influenciando a percepção das pessoas sobre a deficiência e orientando respostas diretas ou indiretas de estigmatização e discriminação (GOFFMAN, 2008; CAMPBELL, 2009; BARROZO et al., 2012; SILVA; HOWE, 2018; HASHEMI et al., 2022) que promovem limitações à presença e sentimento de pertencimento da PcD em diferentes ambientes (GOFFMAN, 2008; BARROZO et al., 2012; SHAKESPEARE, 2018; HASHEMI et al., 2022). Essa influência também pode impactar sobre as discrepâncias existentes entre a percepção que as PcD possuem da própria identidade e grau de dependência e as que de fato têm (GOFFMAN, 2008). Isto, por sua vez, pode despertar atitudes com distorções como a superproteção e negligência (HASHEMI et al., 2022). Com isso posto nos concentremos na acessibilidade atitudinal, pois as atitudes positivas são a base da criação e desenvolvimento de oportunidades e formas de valorização da PcD.

O conceito de atitude foi elaborado originalmente pelo filósofo Gordon Allport em 1935 como a representação da interação entre pensamentos, sentimentos e comportamentos aprendidos que expressam avaliações globais acerca de uma pessoa, objeto ou circunstância e que influenciam as ações e as disposições tanto individuais como amplas de uma sociedade e cultura. É também um estado mental estruturado pela experiência que dirige e dinamiza as respostas aos objetos e circunstâncias a que está relacionado, podendo ser verbais ou não verbais, cognitivas, comportamentais ou afetivas (ALLPORT, 1935; PARADIS et al., 2017).

As atitudes advêm da interação entre as PcD e outras pessoas com ou sem deficiência em pleno ambiente social e cultural (GOFFMAN, 2008; BARROZO et al., 2012; GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2020; HASHEMI et al., 2022; WILLIAMS; LOZANO-SUFRATEGUI; TOMASONE, 2022) que podem caracterizar ou não relações de poder onde uma parte é dependente da outra (ROSHINI; RAJASEKARA; MANI, 2021; HASHEMI et al., 2022). Seguindo os postulados de Allport (1935), as atitudes instalam dinamicamente a forma dos relacionamentos e

são engendradas a partir de 3 bases: a primeira é a atribuição de valor ao outro, revelando afetos, humor, sentimentos e emoções como, por exemplo, notando o outro como alguém bom, mau, agradável, desagradável, desejável, indesejável; a segunda remete a compreensão do outro e sobre o outro, manifestando componentes cognitivos como crenças, linguagem, tomada de decisões, conhecimento e percepção de mundo; e a terceira base refere-se ao grau de contato e aproximação que se permite estabelecer, revelando o componente comportamental que engloba as ações, reações e interações que constituem as respostas ao ambiente, apresentadas pelas pessoas (PARADIS et al., 2017; WUO; LEAL, 2020).

As atitudes possuem um caráter eminentemente avaliativo, positivo ou negativo (ALLPORT, 1935; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020), de maior ou menor intensidade (LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020) e que cumpre a função de promover a adaptação da pessoa ao ambiente social e suas demandas (CAMPBELL, 2009; BARROZO et al., 2012; SHAKESPEARE, 2018; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020). Não obstante, uma pessoa pode sentir e pensar de uma forma e agir de maneira oposta (LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020).

Portanto, as atitudes sinalizam a suficiência ou não do ambiente social em produzir inclusão e pertencimento nas mais diversas áreas da vida (BARROZO et al., 2012; PARADIS et al., 2017; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2020; ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI, 2021; HASHEMI et al., 2022). As atitudes negativas representam barreiras de acesso às oportunidades de participação social (BARROZO et al., 2012; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2020; ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI, 2021; HASHEMI et al., 2022; LEAHY; FERRI, 2022) como no desporto (SILVA; HOWE, 2018; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020) e educação (LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020). Essas barreiras aprofundam as formas de privação e rebaixam as PcD a uma posição de cidadãos de segunda classe (BARROZO et al., 2012; SHAKESPEARE, 2018; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020; HASHEMI et al., 2022; LEAHY; FERRI, 2022), estragados (SHAKESPEARE, 2018) ou subtraídos em sua humanidade (GOFFMAN, 2008; BARROZO et al., 2012; SHAKESPEARE, 2018; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2020). Por outro lado, as atitudes positivas pavimentam o caminho para a inclusão e reduzem o estigma das PcD (BARROZO et al., 2012; PARADIS et al., 2017; SILVA; HOWE, 2018; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2020;

ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI, 2021; LEAHY; FERRI, 2022), suscitando uma cultura de atitudes marcada por respeito, benevolência, interdependência e valorização na vida em sociedade (BARROZO et al., 2012; PARADIS et al., 2017; SILVA; HOWE, 2018; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2020; ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI, 2021; LEAHY; FERRI, 2022).

Por este motivo as diferentes formas de produção e experiências culturais e sociais são essenciais para os estudiosos da deficiência na tentativa de valorizar diferentes modos de vida com deficiência em lugar de depreciá-los e reproduzir as mais diversas formas de desvalorização (SILVA; HOWE, 2018; ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI, 2021; LEAHY; FERRI, 2022). Cabe mencionar ainda que as atitudes, sejam na forma de barreiras ou de facilitadores, podem vir tanto de outras pessoas e instituições quanto da própria pessoa sob seus efeitos, demonstrando a possibilidade de atitudes internalizadas (GOFFMAN, 2008; SILVA; HOWE, 2018; HASHEMI et al., 2022; LEAHY; FERRI, 2022). Ainda nesse bojo, as atitudes profissionais têm sido estudadas, revelada a partir da expressão de conhecimento e segurança no serviço prestado por trabalhadores capacitados em sua formação para atender PcD (SILVA; HOWE, 2018; HASHEMI et al., 2022; LEAHY; FERRI, 2022).

Países desenvolvidos como Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Espanha, Israel e Nova Zelândia têm produzido o maior volume de estudos sobre as atitudes em relação às PcD, o que pode refletir uma maior sensibilidade desta matéria por parte dos países mais ricos em identificar e responder às necessidades específicas dessa população em seus próprios contextos (GOODLEY, 2014; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020). Neste cenário, há indícios de que experiências prévias por meio do contato com PcD em sua qualidade, frequência, intensidade e ações de conscientização podem ser preditores de atitudes positivas (LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020; NUNES, 2021). As ações de conscientização para pôr em relevo diferentes formas de valorização da deficiência e da pluralidade da humanidade pode ser estruturada a partir da criação e expressão pessoal, exposição e influência de elementos socioculturais na sociedade (SILVA; HOWE, 2018; ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI, 2021) e do processo de formação de competências e conhecimentos para construção de opinião crítica e possibilidades de ação (SILVA; HOWE, 2018; LEAHY; FERRI, 2022; ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI, 2021).

Em busca de acessibilidade, o processo de normalização da deficiência tem lançado mão de dispositivos legais para produzir inclusão e apaziguar conflitos

sociais (CAMPBELL, 2009; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2020). Ao mesmo tempo, situar a PcD no gradiente social naturalizando sua participação pode revelar limitações do paradigma da inclusão (OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2020). Se a referência de tratamento segue sendo a normalização do indivíduo em busca da atribuição de normalidade para sua assimilação na sociedade (CAMPBELL, 2009; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2020), o lugar da deficiência como diversidade e não como diferença, o resultado pode ser a formatação de uma inclusão superficial e ambiguamente excludente (SILVA; HOWE, 2018; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2020; HASHEMI et al., 2022)

Variáveis sociodemográficas como sexo, escolaridade e idade podem estar associadas a uma pré-disposição maior de padrões atitudinais mais positivos em relação as PcD. Pessoas do sexo feminino e pessoas com maior escolaridade tendem a apresentar atitudes mais positivas. Em relação à faixa etária, quanto maior a idade maior a frequência de atitudes positivas, ainda que também seja sinalizada que gerações mais jovens podem expressar atitudes mais favoráveis do que pessoas com idades intermediárias, o que sugere possíveis diferenças geracionais em termos atitudinais em relação às PcD (LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020).

A promoção da acessibilidade atitudinal, estimulando e reforçando atitudes positivas de reconhecimento (PARADIS et al., 2017; GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020; ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI, 2021), apoio (CAMPBELL, 2009; SHAKESPEARE, 2018), valorização (PARADIS et al., 2017; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020), compreensão (PARADIS et al., 2017) e respeito (PARADIS et al., 2017; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020) é um caminho para produzir uma inclusão social efetiva (PARADIS et al., 2017). As expressões culturais têm sido um dos alvos centrais reivindicados pelos ativistas da deficiência para preconizar novas perspectivas sobre a identidade da deficiência (BARROZO et al., 2012; SILVA; HOWE, 2018; ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI, 2021; LEAHY; FERRI, 2022). A partir do campo cultural têm sido propostos e apresentados novos posicionamentos, ideias e atitudes em relação à deficiência a partir de diferentes formas de expressão cultural como literatura, teatro, cinema, esporte e música (BARROZO et al., 2012; ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI, 2021; LEAHY; FERRI, 2022). Dentre os meios de produção deste tipo de acessibilidade além da cultura, a educação se destaca também com recursos como simulação, vídeos e filmes, narrativas e ações formativas sendo relatadas para este fim (LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020).

Todavia, em situações em que o conteúdo apresentado por meio de diferentes formas de expressão cultural e recursos educacionais sustentam um foco excessivo sobre dificuldades e barreiras de acesso de PcD, a percepção e atitudes negativas em lugar de positivas podem ser incutidas (LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020; ROSHINI; RAJASEKARAN; MANI, 2021; LEAHY; FERRI, 2022). A exemplo disso, o movimento Disability Arts que visa reconceituar a deficiência suplantando modelos como a Tragédia da Deficiência por modelos afirmativos de celebração da diferença tem sido presentes na agenda de ativistas para promover mudanças sociais profundas para as PcD na globalidade da experiência atitudinal (ROSHINI, RAJASEKARAN e MANI, 2021).

Também tem sido tensionado o status quo, denunciando a acessibilidade inacessível e a inclusão excludente que revelam as possíveis ambiguidades ontológicas dentro da discussão do lugar da deficiência (OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2020), defendido não como sendo da diversidade que amplia a normatização social, mas situando-a no território da diferença livre de referências de normalidade para inclusão que possam aprofundar desigualdades (SILVA; HOWE, 2018; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2020). Em outras palavras, a acessibilidade e a inclusão nem sempre conciliam as dimensões físicas e aparentes com as dimensões sociais e sutis, revelando tensionamentos e ambiguidades associados. Este tensionamento implica considerar a diferença como referência válida no ambiente social para atribuir à deficiência um lugar simbólico legítimo e próprio na sociedade.

A acessibilidade atitudinal, assim como outros tipos de acessibilidade, tem sido demonstrada e expressada mais claramente por meio de barreiras e facilitadores (LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020; LEAHY; FERRI, 2022) que podem ser aparentes, sutis, ocultas e interligadas (HASHEMI et al., 2022). O uso do binômio barreira/facilitador também tem sido a linguagem convencionada pelos diversos campos de conhecimento para apontar a acessibilidade em termos de sua existência e ausência, problemas, desafios e soluções (GOFFMAN, 2008; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020; WILLIAMS; LOZANO-SUFRATEGUI; TOMASONE, 2022)

Na realidade, com as políticas públicas atuais e o paradigma de inclusão vigente, atitudes negativas têm sido menos explícitas, se manifestando sob formas de distanciamento, isolamento, descrença na capacidade, culpabilização e falta de conhecimento especializado (WUO; LEAL, 2020). Por outro lado, as atitudes positivas em interações marcadas por maior superação de perspectivas de

superioridade e inferioridade em relação ao diferente podem configurar maior segurança, autenticidade e percepção de igualdade nas relações (OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2020; WILLIAMS; LOZANO-SUFRATEGUI; TOMASONE, 2022). De acordo com instituições internacionais como o Banco Mundial e a Organização Mundial da Saúde, as barreiras de acessibilidade são fatores constantes ou faltantes do ambiente físico e social que criam incapacidade ao impor limitações ao funcionamento global das pessoas, enquanto os facilitadores são fatores ambientais que, quer seja pela sua presença ou ausência melhoram o funcionamento e reduzem a incapacidade (LEAHY; FERRI, 2022) A seguir, iremos explorar com mais atenção as barreiras e os facilitadores respectivamente.

2.4 BARREIRAS ATITUDINAIS

2.4.1 Barreiras atitudinais: causas e manifestações

As barreiras de acessibilidade podem ser exploradas sob diferentes enfoques. Mais especificamente as barreiras atitudinais podem ser definidas como qualquer atitude que impeça, obstaculize, entrave ou prejudique a participação social das PcD (NUNES, 2021) em igualdade de oportunidades e condições em relação a outras pessoas (GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020; NUNES, 2021). Neste sentido, romper barreiras atitudinais no contexto da deficiência é fundamental para subverter ações sociais excludentes (SHAKESPEARE, 2018; GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020).

Entre as atitudes negativas dirigidas às PcD estão a subestima de potencialidades (SHAKESPEARE, 2018; GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020), descaso (NUNES, 2021), medo (SHAKESPEARE, 2018; WUO; LEAL, 2020; NUNES, 2021), insegurança (QUEIROZ et al., 2017), infantilização (WUO; LEAL, 2020), discriminação (PARADIS, 2017; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2022), estereótipos negativos (PARADIS, 2017; GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020), violência (SHAKESPEARE, 2018), silenciamentos (OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2022), desconfiança (OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2022) e o preconceito (GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020; WUO; LEAL, 2020). Atitudes como essas levantam dificuldades de participação em diversos espaços, bens e serviços, sendo praticadas pelas pessoas de diferentes círculos de convivência como a família, amigos,

professores e outros profissionais de áreas diversas, bem como da sociedade em geral (GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020).

Este tipo de barreira frequentemente pode ser suscitada mais em decorrência da vontade, escolhas e falta de conscientização de indivíduos e coletividades do que possíveis custos necessários para a sua resolução (LEAHY; FERRI, 2022). Por exemplo, o estigma percebido pode representar maior barreira à participação e pertencimento em dado espaço do que barreiras físicas, o que dimensiona essa discussão em um contexto sociocultural (BARROZO et al., 2012; LEAHY; FERRI, 2022). As barreiras atitudinais se configuram também a partir de situações de vida onde a deficiência fica exposta de tal maneira que assumem a centralidade das interações sociais em detrimento do indivíduo, dando lugar a experiências atravessadas por atitudes discriminatórias e estereótipos negativos que comprometem oportunidades de participação e pertencimento (OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2022). Isso pode acarretar desconfianças sobre a capacidade de uma PcD em participar de um determinado ambiente social ou nele desempenhar um papel ou atividade (PARADIS, 2017; SHAKESPEARE, 2018; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2022).

O contexto sociocultural que envolve as PcD pode ser agravado por barreiras atitudinais. Ao considerarmos fatores como renda, educação, papéis profissionais e status social, assim como diferenças de poder, privilégios e acesso a recursos na sociedade, podemos constatar sua influência na formação de barreiras atitudinais (BARROZO et al., 2012). Também os valores culturais (CAMPBELL, 2009; BARROZO et al., 2012), as políticas (NUNES, 2021; WILLIAMS; LOZANO-SUFRATEGUI; TOMASONE, 2022), normas sociais (CAMPBELL, 2009; BARROZO et al., 2012; SILVA; HOWE, 2018; NUNES, 2021), as narrativas tecidas pelas diferentes formas de mídia (GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020; WILLIAMS; LOZANO-SUFRATEGUI; TOMASONE, 2022), as pressões intragrupais (BARROZO et al., 2012; WUO; LEAL, 2020), a própria identidade (GOFFMAN, 2008) e autoimagem (RANGEL; OLIVEIRA; MORGADO, 2018) podem ser determinantes para o estabelecimento de barreiras atitudinais. Políticas de proteção social, seja na sua elaboração, implementação ou execução podem desencorajar, por exemplo, a entrada de PcD no mercado de trabalho ao atingirem a questão de forma compensatória e reforçarem uma cultura de trabalho penosa e com maior

imprevisibilidade e jornadas extenuantes frente às possibilidades subjetivas de participação de alguns grupos de PcD (CAMPBELL, 2009; LEAHY; FERRI, 2022).

O contexto pode apresentar barreiras que imponham inseguranças diversas e maiores dificuldades para auto adaptação para as PcD (QUEIROZ et al., 2017). Na literatura é possível observar contrastes como entre a indicação de atitudes medicalizadas, paternalistas e caridosas (LEAHY; FERRY, 2022) e afirmações de que atitudes de caridade, por exemplo, devem ser compreendidas dentro de seu contexto (REMBIS, 2016). Em outras palavras, alguns autores do sul global contestam perspectivas totalizantes e exportadas pelos países do norte (GOODLEY, 2014) expondo dinâmicas complexas que não podem ser deslegitimadas com base em paradigmas impostos pelos estudiosos do norte global (GOODLEY, 2014; REMBIS, 2016). Esse debate é apresentado claramente por Michael Rembis (2016) ao problematizar a discussão sobre atitudes caridosas em relação às PcD:

> [...] há uma divergência crítica entre o Sul e o Norte que abre múltiplas possibilidades para repensar conceitos que formaram o cerne da análise dos estudos sobre deficiência: a caridade é uma delas. As pessoas com deficiência [...] vivem em uma rede social que inclui a caridade de familiares, amigos e da comunidade local. Eles dependem do apoio da família e da comunidade, e também contribuem quando e onde podem; a família e a comunidade são mais importantes do que o Estado ou o mercado na vida das pessoas com deficiência rurais. No entanto, famílias e comunidades não existem sem suas próprias hierarquias e lutas pelo poder. [...] Muito da estratificação que existe [...] não é apenas entre ricos e pobres, mas também entre os pobres, com a implicação de que é preciso ter cuidado para não tornar exótico o lugar híbrido'. Essa interdependência ocasionalmente controversa [...] complica as noções de caridade dominantes nos estudos sobre deficiências do Norte global. (REMBIS, 2016, p. 179-180).

Estes tensionamentos podem sugerir que a acessibilidade atitudinal é constituída por atitudes complexas que, em alguns casos, se manifestam de maneira espectral sob forma de um gradiente entre o positivo e o negativo, rompendo com ideias universalizantes como defendido por Goodley (2014) e assumindo a potencialidade complexa do contexto sociocultural.

Considerando as atitudes dos círculos de convivência mais próximos, quanto maior o grau de dependência da PcD mais relevante e decisivo se torna o apoio e o interesse da família nuclear e extensa e da própria comunidade para o acesso a oportunidades, participação e pertencimento (NUNES, 2021; HASHEMI et al., 2022). Mas, além das atitudes de terceiros, as atitudes negativas autodirigidas também

podem refletir estigmas internalizados que resultam em atitudes de automarginalização (HASHEMI et al., 2022), insatisfação corporal e fatores relacionados à autoaceitação (RANGEL; OLIVEIRA; MORGADO, 2018). Isso decorre da internalização de crenças e valores depreciativos que produzem opressão e estigma e que surgem do ambiente social. Esse processo pode desenvolver e nutrir limitações à capacidade e à vontade de acesso a ambientes de participação, bens e serviços comuns na vida em sociedade. Frequentemente essas atitudes autodirigidas são associadas a sentimentos e emoções permeados por vergonha, constrangimento e impotência (HASHEMI et al., 2022). À exemplo do que ocorre no contexto do antissemitismo, Campbell (2009) complementa a descrição da opressão internalizada ao defini-la como uma resposta involuntária à opressão social originária do ambiente social que fomenta sentimentos de ódio e rejeição entre indivíduos de um mesmo grupo e autoculpabilização pela própria opressão.

O estigma é um dos aspectos atitudinais centrais do ambiente social. Originalmente, o termo estigma foi cunhado pelos antigos gregos para designar sinais corporais como cortes ou queimaduras vinculados a algo extraordinário ou negativo sobre o status moral de quem o possuía. Representavam uma forma de poluição do caráter e do ser que sinalizava para as demais pessoas que se tratava de alguém a ser evitado em lugares públicos, como eram por exemplo os escravos, criminosos ou condenados por traição. O estigma possui duas perspectivas em sua manifestação: a fática e a potencial. A fática é a perspectiva em que o estigma é conhecido, evidente e atribuído de forma imediata, o que implica na condição de alguém desacreditado. Exemplos de estigmas fáticos são atribuídos às pessoas com amputação de membros ou deformidades extensas. A potencial é a perspectiva do estigma que é desconhecido ou não é perceptível, implicando neste caso na condição de alguém desacreditável. Exemplos sob perspectivas são pessoas soropositivas ou com deficiência intelectual limítrofe. Para além disso, existem três tipos de estigma: as abominações do corpo como deformidades físicas; as culpas de caráter individual como aquelas compreendidas como vontade fraca, paixões condenáveis, desonestidade e crenças falsas e inflexíveis; e por fim os estigmas tribais de raça, nação e religião que podem ser transmitidos como uma contaminação entre gerações ou linhagens (GOFFMAN, 2008). Portanto, o estigma investe a crença de as pessoas que o possuem não são totalmente humanas, um entendimento pautado por discriminações que se propõem a explicar a condição de

inferioridade (GOFFMAN, 2008; NUNES, 2021), racionalizar animosidades, justificar metáforas depreciativas e o perigo que as pessoas estigmatizadas representam (GOFFMAN, 2008). A PcD estigmatizada tende a compartilhar das crenças e valores presentes em seu ambiente social. Sob estes termos, a internalização do estigma resulta em uma percepção do outro como alguém que a despeito do que admita não o aceita em condição de igualdade, e de si mesmo como alguém cuja existência é equivalente à vergonha e impureza, indigno de um destino agradável ou acesso a oportunidades legítimas (GOFFMAN, 2008; NUNES, 2021).

As diferenças estéticas e funcionais entre os grupos de pessoas com diferentes tipos de deficiência influencia as atitudes e assinalam para uma forma de desigualdade social entre as deficiências (DEAL, 2003). A desigualdade entre as deficiências reflete no volume e qualidade discrepantes de respostas às necessidades de participação de pessoas com diferentes tipos de deficiência. A exemplo disso, PcD intelectual que possuem um grau de dependência maior geralmente dispõem de menor atenção às suas demandas de participação, tanto no ambiente físico quanto social, comparativamente às PcD motoras ou sensoriais (LEAHY; FERRI, 2022; GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020). Esta desigualdade de barreiras vivenciadas também é observável entre pessoas com graus diferentes de dependência, mesmo apresentando o mesmo tipo de deficiência. Pessoas com menores graus de dependência podem, por exemplo, encontrar profissionais mais preparados e seguros em atendê-los do que as pessoas com graus mais elevados (GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020).

Existe um tipo de barreira atitudinal denominada de “formacional” que tem recebido atenção nos últimos anos. É definida como preconceitos, estereótipos e mediações praticadas por profissionais que interferem negativamente na inclusão da PcD devido a formação insuficiente, equivocada ou ausente sobre essa população (GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020; HASHEMI et al., 2022). A formação profissional deslinda uma maior responsabilidade social, é estabelecida por atitudes de busca por capacitação, sistematização de experiências, uso do patrimônio cultural disponível (GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020).

Os estudos publicados nos últimos anos que abordam as barreiras atitudinais de acesso estabelecidas por profissionais em diversos campos de atuação como saúde (HASHEMI et al., 2022), educação (WUO; LEAL, 2020) e esporte (WILLIAMS; LOZANO-SUFRATEGUI; TOMASONE, 2022) têm sido cada vez mais frequentes.

Exemplos como atitudes excludentes de treinadores e instrutores de ginástica que devido à falta de compreensão e valorização da deficiência afastam pessoas de ambientes de prática (WILLIAMS; LOZANO-SUFRATEGUI; TOMASONE, 2022). Também os professores podem ser agentes de barreiras atitudinais formacionais ao se depararem com a heterogeneidade das turmas confrontando sua falta de conhecimento especializado, preparo e formação suficiente para administrar respostas às demandas por inclusão, ensino e aprendizagem. Ao mesmo tempo, defrontações como estas, do contato e da inclusão do outro e sua diferença pode ser encarado como um desafio a ser enfrentado apenas por uma obrigação legal (WUO; LEAL, 2020).

Ao considerarmos o ambiente social e suas complexidades, um mesmo contexto pode apresentar um misto simultâneo de barreiras atitudinais como as formacionais e as autodirigidas. Como exemplifica Wuo e Leal (2020):

> [...]no caso de Sofia, o distanciamento dos amigos, "por medo, vergonha ou receio de ser indelicada", como ela diz, assim como sua segregação dentro de sala de aula, por parte de professores que ora não acreditavam em sua capacidade, ora desconheciam os meios de fazê-la participar e aprender, foram as barreiras atitudinais que tomaram sua cegueira um déficit, algo que a deixou para baixo, quando ainda cursava o ensino fundamental. (WUO; LEAL, 2020, p. 55)

A infantilização, por sua vez, figura entre as barreiras atitudinais como uma tendência comum do ambiente social. Ela é praticada a partir de uma visão focada na dependência percebida como elemento suficiente para destituir as PcD como capazes de alguma autonomia e responsabilização. Esta falta de compreensão se revela como fonte de parte do estigma que cinge a experiência da deficiência (WUO; LEAL, 2020).

Existem atitudes que beiram o extremo do negativo, caracterizadas como bullying, intimidação, hostilidades, abusos e assédios que são descritos tipicamente como violência. Esta natureza de barreira atitudinal exerce formas de opressão tamanha que além das consequências e desfechos mais extremos já conhecidas largamente na literatura, incutem medo que pode gerar sofrimentos e angústias concretizados sempre que possível atitudes evasivas com a busca por formas de fuga de lugares de situações de risco. A vida com deficiência pode se tornar exaustiva e degradante quando o mal-estar das pessoas de qualquer círculo de convivência incorre em atitudes violentas de qualquer tipo cotidiana e ou

sistematicamente (SHAKESPEARE, 2018). As atitudes preconceituosas demonstradas em relação às PcD são extensamente descritas como capacitismo e serão abordadas a seguir (PARADIS et al., 2017).

2.4.2 Capacitismo

O preconceito pode ser definido como uma atitude negativa injusta dirigida a uma pessoa ou a um grupo social. As atitudes preconceituosas direcionadas às PcD são correntemente denominadas capacitismo, demonstrado por respostas cognitivas, afetivas ou comportamentais opressoras e abusivas que inferiorizam as PcD perante os outros (PARADIS et al., 2017). As preferências e expectativas por capacidades e habilidades como andar, falar e ser independente são emitidas por juízos efetuados através de dinâmicas socioculturais que constituem as raízes das normas comportamentais e de costumes (WOLBRING, 2012; WILLIAMS; LOZANO-SUFRATEGUI; TOMASONE, 2022).

2.4.2.1 O Conceito de capacitismo

Não existe um consenso estabelecido sobre quais práticas e atitudes se caracterizam como capacitistas (CAMPBELL, 2009). O conceito de capacitismo tem sido discutido pelos estudiosos dos "disability studies" que apresentam perspectivas diversas ao longo do tempo (WOLBRING, 2012). O desenvolvimento desse conceito foi iniciado em língua inglesa onde diferentes termos como handicapism (WOLBRING, 2012), disablism (CAMPBELL, 2009; GOODLEY, 2014), disableism (CAMPBELL, 2009; WOLBRING, 2012) e ableism (CAMPBELL, 2009; WOLBRING, 2012; GOODLEY, 2014) marcam essa evolução conceitual para se referir às atitudes preconceituosas dirigidas às PcD governadas por crenças depreciativas e ao status global da deficiência em relação às normas sociais (CAMPBELL, 2009; WOLBRING, 2012; GOODLEY, 2014).

De acordo com Gregor Wolbring, o conceito de capacitismo nasce com o termo ableism no âmbito dos movimentos sociais pelos direitos das PcD entre os anos 1960 e 1970 nos Estados Unidos e na Inglaterra. Originalmente, descrevia atitudes prejudiciais e discriminatórias em relação às PcD, com significado dependente de uma concepção de capacidade normal e dos direitos e prerrogativas

facultados às pessoas consideradas normais (ALBRECHT, 2006; WOLBRING, 2012). No decorrer do tempo, os estudiosos da deficiência têm desenvolvido o conceito aprofundando e diversificando suas problemáticas e aplicações.

Outro conceito que surge no decorrer do tempo é Disablism (ou menos recorrentemente Disableism), que para Fiona Campbell denomina um conjunto de atitudes e pressupostos conscientes ou inconscientes que estabelecem tratamento negativo das pessoas baseado essencialmente em sua deficiência real ou presumida. A partir desta percepção têm sido estipuladas respostas de mudança social em nível intermediário dirigidas às funções, estruturas, instituições e mudanças de valores culturais. Iniciativas desenvolvidas a partir deste entendimento têm sido compensatórias, voltadas para a segurança social das PcD (CAMPBELL, 2009).

Para Campbell, apesar da possibilidade de uso intercambiável entre disablism e ableism, existe uma diferença radical entre ambos os termos. Segundo a autora, enquanto a palavra disablism refere-se às práticas, estruturas e políticas governamentais e da sociedade civil, a palavra ableism é mais transcendente, deslocando a discussão para um campo ideológico que estrutura uma identidade da deficiência. Para Campbell, ableism refere-se essencialmente aos sistemas de crenças em que a deficiência e a incapacidade são inerentemente negativas, às atitudes e processos governados por estes valores e à idealização de self e corpo padrão da espécie inatingíveis para as PcD e que diminuem a sua humanidade. Esta compreensão inscreve o conceito no debate sobre as barreiras atitudinais (CAMPBELL, 2009).

Para Dan Goodley, os conceitos ableism e disablism constituem um processo dual onde um não pode existir sem o outro. Em concordância com Campbell, ele desenvolve o conceito de disablism como as ações e processos de opressão praticados pela sociedade e promotoras de exclusão, erradicação e neutralização de pessoas, mentes e corpos considerados incapazes e improdutivos. As condições do Disablism são concretas, materiais e potencialmente fatais. Já Ableism é ideológico. Para o autor, trata-se da explicação das ações concretas do Disablism designadas como sufocantes por produzir o cidadão padrão, o indivíduo capaz e prestimoso. Ableism promove paranoia, confusão, medo e inadequação. Nesta perspectiva, Ableism é a cultura e a ideologia do Disablism, o que o propicia e o desenvolve (GOODLEY, 2014).

Gregor Wolbring expande sensivelmente o alcance semântico de capacitismo. Para o autor, capacitismo (ableism e disableism) subscreve-se na esteira de outros ismos como sexismo, racismo e etarismo ao descrever o tratamento negativo de PcD. Para Wolbring, todos os ismos são compostos dualmente pelo que valorizamos e o que desvalorizamos. No caso de Ableism e Disableism, o Capacitismo, é composto pela valorização de certas habilidades e a discriminação dos menos capazes, registrando assim a rejeição social da variação do ser humano. Entretanto, o autor defende que ambos os termos para capacitismo, ableism e disableism, possuem escopo e conteúdo limitados. Neste bojo, o capacitismo está presente nas outras formas de ismos servindo como termo guarda-chuva, pois uma vez que a habilidade e capacidade estão no âmago de qualquer discriminação, o capacitismo possui uma abrangência semântica transversal. Em outras palavras, Wolbring sustenta que o capacitismo revela-se na preferência por determinadas habilidades em detrimento de outras, sendo uma forma de rotulação baseada na falta de habilidades ou capacidades presente nas justificativas para as diferentes formas de estado diminuído do ser constatadas em outros ismos. A título de exemplo, diferentes grupos sociais têm utilizado o capacitismo como justificativa para a desigualdade social expressa na maior concentração histórica de direitos e status social em comparação com outros grupos, como o capacitismo presente no sexismo em casos de mulheres imputadas como frágeis e emocionais; como incapazes de votar, possuir propriedade privada e a custódia de seus filhos. A pobreza limita o acesso e consumo de bens e serviços, incapacitando e neutralizando as PcD, nesta perspectiva de Wolbring, exercendo efeito capacitista (WOLBRING, 2008).

Desta sorte, o capacitismo está na origem e é um padrão reconhecível e estrutural de outras formas de preconceito, pois é fundamentalmente baseada na dúvida sobre a capacidade associada a diferentes características sociais (WOLBRING, 2008; GOODLEY, 2014). Portanto, as possibilidades de aplicação deste conceito estão distribuídas em diferentes tópicos de discussão micro, meso ou macrossociais como segurança humana, coesão social, políticas sociais, relações entre grupos sociais, indivíduos e países, humanos e seu ambiente, além de campos distintos como ciência e tecnologia, nanotecnologia, biotecnologia, ciência política, biologia sintética (WOLBRING, 2008).

Por outro lado, Handicapism foi um conceito desenvolvido por Robert Bogdan e Douglas Biklen em 1977, definido como um conjunto de suposições e ações que

implementam tratamento diferenciado entre pessoas, baseado em diferenças presumidas ou aparentes de natureza física, mental ou comportamental (ALBRECHT, 2006; WOLBRING, 2012). Este conceito surgiu a partir de estudos sobre as atitudes de comunicação da deficiência pela mídia e desencadeou uma corrente de estudiosos posteriores de diversos campos de atuação como jornalismo, reabilitação e saúde mental (ALBRECHT, 2006). A retratação da PcD pela mídia ao longo do tempo foi prevalentemente negativa, circunstanciada em imagens preconceituosas e estereotipadas, associando a deficiência a temas como dependência, independência, abuso, desvio, pena, luta, tragédia e realização (ALBRECHT, 2006; WOLBRING, 2012). A partir do conceito handicapism, o estudioso da deficiência Paul Longmore, nos anos 1980, descreveu estas representações e asseverou o significado das PcD na linguagem comunicado sob três formas: reduzidas a deficiência, como pessoas dependentes e medicalizadas; sob rótulos eufemísticos, utilizando termos similares a "especial" ou "excepcional"; e de forma politizada, dando voz às PcD para elaborarem sua própria identidade (ALBRECHT, 2006).

De acordo com Souza e Cidade (2023), a primeira tradução dos termos ableism e disablism para a língua portuguesa parece ter sido feita em Portugal por Ana Pereira em 2008 em sua tese de mestrado em sociologia. Para Pereira (2008), ambos os termos compartilham a mesma semântica, propondo então o termo capacitismo para se referir à "comportamentos discriminatórios, opressivos ou abusivos originados pela crença de que as PcD são inferiores a outras" e como a "discriminação com base na deficiência". O termo disablist a autora traduz como capacitista e define como "a tirania das pessoas que se julgam capazes". Ainda segundo Souza e Cidade (2023), a primeira citação do termo capacitismo no Brasil foi feita por José Bentes em 2012, mas sem defini-lo. Para as autoras a primeira definição do capacitismo foi publicada por Adriana Dias em 2013. Baseada em Campbell (2009), Dias (2013, p. 2) define capacitismo como "a concepção presente no social que lê as PcD como não iguais, menos aptas ou não capazes para gerir as próprias vidas" e "uma rede de crenças, processos e práticas que produz um tipo particular de compreensão de si e do corpo (padrão corporal), projetando um padrão típico da espécie e, portanto, essencial e totalmente humano".

2.4.2.2 Implicações do capacitismo

Nesta seara, os diferentes termos para capacitismo, ableism, disableism, disablism e handicapism sintetizam o tratamento e as atitudes negativas experimentadas pelas PcD em uma sociedade que os pretere em razão de uma preferência cultural pelo funcionamento normativo típico da espécie, forjando um rótulo de insuficiência humana (WOLBRING, 2012). Assim, o capacitismo impõe uma importante sobrecarga à convivência social de PcD (WOLBRING, 2008). Contudo, em face da polivalência da cultura da deficiência, as PcD apresentam formas heterogêneas, variadas e mistas de enfrentamento do capacitismo (GOODLEY, 2014). Os significantes que estão carregados de capacitismo são internalizados na medida em que a pessoa emula as normas sociais para os assumir como parte de sua identidade em relação ao outro (CAMPBELL, 2009; GOODLEY, 2014). Ao encararmos o capacitismo enquanto processo, observamos a deficiência emergir como local de marginalidade, limítrofe da experiência humana com repercussões não apenas sobre disposições internalizadas mas também sobre o lugar da deficiência no espaço (GOODLEY, 2014).

Ademais, autores como Mark Deal (2007) e Paradis et al. (2017) trazem à baila uma forma distinta de capacitismo denominada aversive disablism. Os autores distinguem as formas de capacitismo flagrantes das formas sutis. Enquanto as atitudes capacitistas são descritas pelos autores como sendo evidentes e percebidas em decorrência da quebra de normas e convenções sociais bem estabelecidas, as atitudes capacitistas sutis, ou aversive disablism, estão emaranhadas entre as atitudes socialmente aceitáveis em seus respectivos contextos. Para além das relações interpessoais, o aversive disableism também revela uma contradição quando se observa suas sutilezas. Na sua forma internalizada, aversive disableism refere-se também a casos em que a PcD reconhece o capacitismo como algo negativo e reprovável e relaciona-se bem com outras PcD, mas possuem concomitantemente uma autoimagem negativa, baseada em estereótipos culturais fundados em uma perspectiva desfavorável sobre a deficiência. Esta forma internalizada de aversive disableism é geralmente não intencional. Este tipo de capacitismo mais sutil implica que as pessoas podem estabelecer atitudes socialmente aceitáveis e positivas em relação às PcD, mas preservarem

sentimentos, valores e crenças preconceituosas sob uma máscara de aceitação e suposta valorização.

Outra variação da compreensão do conceito de capacitismo que permite uma aplicação diferenciada é apresentada por Gregor Wolbring (2012) é o Eco-ableism. Esta forma de capacitismo baseada nas teorias ecológicas, a sua fundamentação está em uma oposição da visão antropocêntrica onde a natureza existe para satisfazer as necessidades humanas, sugerindo um quadro de referência biocêntrico onde os seres humanos devem prospectar uma relação harmônica com a natureza. Neste cenário, o Eco-ableism (Eco-capacitismo) é uma classe de expectativas de capacidades que moldam a relação entre os seres humanos e seu ambiente. O autor defende que esta análise permite investigar e avaliar diferentes movimentos ecológicos e a utilidade de políticas ambientais observando as habilidades demandadas ou esperadas de diferentes grupos sociais.

Outros dois conceitos que se coadunam com os tópicos de discussão do capacitismo são o Supercrip e o Inspiration Porn. Supercrip é um conceito frequentemente problematizado nas ciências do esporte que se refere às representações exageradas ou idealizadas de PcD como heróis ou super-humanos em razão de suas conquistas e realizações. Este espanto e surpresa podem parecer positivos a princípio, mas reforçam atitudes carregadas de gestos e olhares de desumanização, minimização dos desafios e projeções irreais sobre as PcD, reforçando o capacitismo. A Inspiration Porn designa as representações em que as PcD são alçadas à posição de inspiração para as pessoas sem deficiência meramente por viverem seu cotidiano e desempenharem suas atividades diárias. Este tipo de atitude reifica as PcD como objetos de inspiração cuja realidade é explorada, promovendo também o reforço do estigma e do capacitismo (WILLIAMS; LOZANO-SUFRATEGUI; TOMASONE, 2022).

Destarte, os processos do capacitismo exercem um domínio cultural disseminando amplamente uma experiência corporal e cultural universalizante, titular da representação humana. Destes fenômenos decorrem as diferentes formas de opressão das PcD como a invisibilização de suas experiências, o silenciamento de suas perspectivas e o comprometimento do diálogo e da convivência com a diferença (CAMPBELL, 2009; SILVA; HOWE, 2018). Nesta linha, tanto o conceito da diferença quanto a deficiência em si possuem significados que não pertencem a um grupo específico, sendo naturalmente questionáveis, negociáveis e reconstruíveis.

Portanto, o esforço cultural para depreender uma cultura da deficiência que desafie a opressão e o capacitismo deve ser entabulado por uma multiplicidade de vozes em lugar de um monopólio de discussão (SILVA; HOWE, 2018).

Nos moldes capacitistas a capacidade é uma linha de corte para a categoria humana tornando a emulação desta norma naturalmente internalizada e compulsória. Esta pressão é o lastro para a tensão entre as PcD e as pessoas sem deficiência cujo resultado é uma terceira zona de hibridização, onde se traduz o menos aceitável em mais aceitável e o menos tolerável em mais tolerável, estabelecendo intersecção com a teoria ciborgue e o transumanismo (CAMPBELL, 2009).

Em síntese, as barreiras atitudinais de acessibilidade para PcD possuem o capacitismo como matéria prima essencial e para seu desmantelamento a reconceitualização da diferença é premente. A identificação dos mecanismos e expressões da ideologia do capacitismo imanente da sociedade como um todo, incluindo espaços de valorização das PcD é necessária, sendo que a luta anti capacitista possui como cerne o conceito de diferença que deve ser explorado pela cultura da deficiência para exercer pressão e influência social. Reconhecer os efeitos do capacitismo e as ações bem sucedidas ou falhas que potencialmente reforçam a opressão são objeto de análise dos estudiosos dos disability studies em prol de uma maior compreensão social e uma nova cultura da deficiência, mais positiva e realista sobre a vida e a existência da PcD como humanamente válida e valiosa (SILVA; HOWE, 2018). Portanto, a principal contribuição que o entendimento sobre o capacitismo deve provocar ao ser analisado é mobilizar, além da retificação de atitudes negativas, o apontamento de estratégias e caminhos para sua prevenção e sugestões de antecipações orientadas como guias e recomendações, por exemplo (WOLBRING, 2012).

2.5 FACILITADORES ATITUDINAIS

Os facilitadores atitudinais são fatores ambientais que, quer pela sua presença ou pela sua ausência (LEAHY; FERRI, 2022), melhoram o funcionamento e reduzem a incapacidade (PARADIS et al., 2017; LEAHY; FERRI, 2022). São caracterizados por atitudes, crenças e ações positivas que promovem uma influência positiva e benfazeja em ambientes e contextos de vida de PcD (GOFFMAN, 2008;

PARADIS et al., 2017; SHAKESPEARE, 2018; GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020; LEAHY; FERRI, 2022). As ações inclusivas concedem o acesso a atitudes sociáveis e realizações pessoais que promovem a autoconfiança e a manifestação das potencialidades do ser (NUNES, 2021). Nesta medida, as atitudes são facilitadoras quando correspondem com esse acesso ou quando estipulam o saneamento das barreiras atitudinais (PARADIS et al., 2017; GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020).

A sociedade tem apresentado diferentes estratégias de conversão das atitudes negativas em positivas, seja a partir de práticas para assimilação das PcD na sociedade civil normativa (CAMPBELL, 2009), medidas compensatórias de assistência disponíveis para pessoas em vulnerabilidade social, mudança de valores culturais, educação ou visibilidade midiática da deficiência para promover aceitação e familiarização (GOFFMAN, 2008; CAMPBELL, 2009). Nesta direção as atitudes inclusivas constituem o processo de inclusão que gera oportunidades de participação, podendo ser democratizadas com planejamento. Logo, o planejamento econômico e social é fundamental para a eliminação de barreiras atitudinais e estigmas que ferem as PcD, lançando mão de campanhas para conscientização e educação com a finalidade de favorecer a convivência digna e humanizada. O pensamento inclusivo, na dimensão atitudinal cognitiva, reconhece a PcD como ser humano pleno (NUNES, 2021). A este exemplo, o ambiente social pode ser modelado através da cultura (BARROZO et al., 2012) para ser inclusivo por meio da convivência com as diferenças (BARROZO et al., 2012; NUNES, 2021), incutindo o aprendizado de interações baseadas em respeito tanto para PcD quanto pessoas sem deficiência (BARROZO et al., 2012; GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020; NUNES, 2021). A convivência sob esta ótica possibilita a afirmação e legitimação do outro como pessoa humana (CAMPBELL, 2009; BARROZO et al., 2012; SHAKESPEARE, 2018).

A humanização é um processo instituído pela educação e pela cultura através da socialização de conhecimentos produzidos pela humanidade e pela transformação das pessoas (SHAKESPEARE, 2018; WUO; LEAL, 2020). No campo da deficiência, uma nova episteme de humanidade que devolve os corpos à diferença tem sido construída e defendida por estudiosos e ativistas (CAMPBELL, 2009). Por exemplo, uma PcD pode experimentar o estigma na experiência presente no distanciamento e na superficialidade das relações com outras pessoas que se

limitam a oferecer assistência. Mas, se em lugar disso, a vivência for marcada pela manifestação de coleguismo ou a formação de vínculos de amizade, a constituição de um sentimento de pertencimento contribui para a humanização da PcD (WUO; LEAL, 2020).

Além disso, as próprias PcD podem manifestar atitudes facilitadoras para si mesmas como a feitura de organizações, acordos e combinados (OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2023), atitudes bem-humoradas para criar condições de participação, permanência e pertencimento nos ambientes sociais em que realizam as suas atividades (SHAKESPEARE, 2018). A ressignificação da tragédia da deficiência como uma forma de viver humanamente com emoções e beleza, reconhece a possibilidade de realizar-se e de fracassar entre as dificuldades cotidianas e não a essencialmente a desgraça (CAMPBELL, 2009). Para algumas pessoas, a deficiência pode até mesmo ser interpretada como uma benção que permite uma forma de existência com aprendizados exclusivos (GOFFMAN, 2008). Destas atitudes idiossincráticas são desenvolvidas a adaptabilidade da própria pessoa ao seu meio, propiciando o acesso ao potencial e as oportunidades de sua realidade com domínio, independência e autonomia na medida de suas próprias possibilidades. O desenvolvimento dessas atitudes autodirigidas podem acontecer de maneira espontânea ou por pressões sociais (GOFFMAN, 2008; SHAKESPEARE, 2018; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2023).

Embora a aceitação possa ser feita por meio de atitudes de assimilação das PcD, visibilidade e produção de familiarização com a diferença, formas distorcidas dessas atitudes também podem ser observadas. A PcD, visando a aceitação, pode buscar a correção da base objetiva do que considera seu defeito e apresentar provas dessa adequação para alterar seu status social e ser assimilada. Durante o processo de correção, seja por meio de técnicas e métodos práticos ou fraude, a vitimização da PcD é uma predisposição comum, revelando acima de tudo a angústia da PcD que perfaz este caminho. Para Erving Goffman, a vitimização é uma atitude que visa ganhos secundários, tornando o próprio estigma em cabide, usando a deficiência como muleta para se ajustar e se proteger no ambiente social, para administrar as pressões e opressões das responsabilidades sociais, das próprias insuficiências, insatisfações e procrastinações (GOFFMAN, 2008).

Outro conceito que se destaca no estabelecimento de facilitadores atitudinais é a Acessibilidade Plena. Este conceito excele aspectos emocionais, afetivos e

intelectuais na produção de capacidade no ambiente, em lugar de considerar e priorizar apenas a acessibilidade física. A adoção da concepção de acessibilidade plena acarreta a origem e o arranjo de lugares e contextos com a aptidão de acolher pessoas e suas necessidades com afeto, empatia, intropatia e compreensão (GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020). Barrozo et al (2012) afirma que acessibilidade não se refere apenas a entrada em um ambiente, mas também a participação ativa em seu contexto social. Esta perspectiva é potencialmente prolífica em engendrar a afinidade entre pessoas e grupos em um mesmo contexto ou ambiente.

Um dos ferramentais mais essenciais na estruturação de facilitadores sociais na sociedade são as políticas públicas, uma vez que guardam potencial para configurarem a qualidade das oportunidades e participação social assim como a realidade global das PcD (NUNES, 2021; LEAHY; FERRI, 2022). Para tanto, a participação da sociedade na formulação e organização das políticas públicas é uma atitude basilar para uma assertividade e implementação sensível e inteligente às problemáticas sociais vigentes (WUO; LEAL, 2020; NUNES, 2021; LEAHY; FERRI, 2022). Contudo, as políticas públicas só podem ser discutidas e desenvolvidas para pessoas e realidades visíveis, ou seja, enquanto o sujeito não é visto sua realidade não existe (GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020). Com isso, o silenciamento precisa ser revertido em visibilidade através das diferentes formas de mídia disponíveis, dado o seu alcance e impacto social, incluindo a transmissão dos jogos paralímpicos por exemplo (SHAKESPEARE, 2018; GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020).

Ademais, cumpre citar dois elementos centrais que podem ser observados no âmago dos facilitadores atitudinais: a formação dos profissionais e a informação das pessoas. O investimento em formação profissional canaliza o contato com a divulgação de informações atualizadas e pertinentes, provê estruturação para ações concretas e a capacitação para atitudes de manejo, amenização e resolução de barreiras. A formação deve potencializar a dimensão humana do profissional estimulando um olhar sensível, qualificando atitudes orientadas para suplantar barreiras atitudinais presentes em diferentes contextos, ambientes e temporalidades (GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020). Ao discutirmos sobre a informação das pessoas é elementar discutir o papel da linguagem e da cultura. A linguagem opera como carreadora e orientadora de atitudes, sendo um componente das práticas

sociais e a principal forma de construção, troca e cristalização de interpretações e símbolos. Nestes termos, da atividade da linguagem decorrem os processos de interação social e o desenvolvimento humano. A cultura abriga-se no conteúdo da linguagem, na transmissão e desenvolvimento de valores e crenças que estruturam e sustentam as relações sociais (SHAKESPEARE, 2018; GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020). As experiências prévias, a qualidade e a frequência do contato com PcD influenciam as atitudes das pessoas em geral, asseverando a função estratégica da formação e da informação das pessoas neste sentido (LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020).

Ante ao exposto, atitudes humanizadas são concebidas como facilitadoras, figurando entre elas as atitudes acolhedoras e atenciosas (GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020; NUNES, 2021). Além disso, entre os facilitadores atitudinais mais centrais está o tratamento equitativo que consiste na interação e mediação que adequa a atitude e distribui os recursos disponíveis, encontrando soluções e compreendendo as necessidades diferenciadas de tratamento demandadas pelo sujeito em determinado contexto e desenhando novas formas de vivência (GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020). No bojo da deficiência, as pessoas com deficiência física, por exemplo, podem concentrar maior capital simbólico em comparação às pessoas com deficiência intelectual, o que determina um lugar de destaque e outro de silenciamento respectivamente aos dois grupos. Neste caso, uma atitude equitativa poderia distribuir maior visibilidade e recursos para as pessoas com deficiência intelectual com o objetivo de deslocá-las da invisibilidade para uma menor marginalização comparativamente (SHAKESPEARE, 2018; GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020). Também as políticas de cotas representam a manifestação de esforços pela equidade ao garantir oportunidades acessíveis às PcD (LEAHY; FERRI, 2022).

Portanto os facilitadores atitudinais revelam-se como promotoras e materializadoras da justiça social ao abrir frentes de combate às diversas formas de opressão e discriminação das PcD (WILLIAMS; LOZANO-SUFRATEGUI; TOMASONE, 2022). Ações como promoção da diferença, educação para atitudes tolerantes e engajamento direto em atuações ativistas pelos direitos desta população têm sido arvoradas como indutoras de mudanças positivas e impactantes no plano social e cultural (SILVA; HOWE, 2018; WILLIAMS; LOZANO-SUFRATEGUI; TOMASONE, 2022). Os facilitadores atitudinais têm sido destacados em políticas e

práticas que produzem acessibilidade ao proporcionar participação e permanência de PcD em diferentes ambientes e contextos sociais (WUO; LEAL, 2020).

3 METODOLOGIA

Para esse estudo, utilizamos uma abordagem qualitativa de natureza exploratória. Implementamos a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE 1) realizadas entre os meses de maio e junho de 2023, em uma localidade no sul do Brasil. Conforme especificado no QUADRO 1, participaram desta pesquisa dezessete pessoas, todas ligadas à equipe de bocha, sendo nove atletas da bocha com diversas deficiências físicas, cinco mães/apoios, duas calheiras (auxiliares de atletas que utilizam tecnologias assistivas específicas, como calhas e capacete com haste) que também eram mães, e um profissional da educação física treinador e técnico da equipe.

Ao considerarmos as distintas habilidades e necessidades para comunicação dos participantes (conforme apresentado no QUADRO 1), adaptamos alguns procedimentos para a coleta de dados com atletas com disartria. Os atletas Andressa e Pablo possuem disartria (dificuldade de articulação da palavra de forma precisa) e por isso optaram por solicitar ajuda das mães Neuseli e Solange para os auxiliarem durante as respectivas entrevistas. Pablo (atleta) solicitou a presença de Solange (mãe e apoio) para auxiliar na entrevista devido à mesma dificuldade. Anderson (atleta) apresenta anartria (incapacidade completa de articulação da palavra), utiliza uma prancha de comunicação e solicitou a participação de Iraci (mãe e calheira) para ajudar a relatar os eventos. Anderson contribuiu indicando e orientando algumas discussões, expressando aprovação ou discordância por meio de movimentos de cabeça, balbucios, expressões faciais e uso da prancha de comunicação. Os demais participantes foram entrevistados individualmente.

QUADRO 1. Características dos participantes.

Nome	Idade	Papel	Deficiência	Classe	Tempo de Prática
Anderson	34 anos	Atleta	Paralisia cerebral: Anartria, atetose, déficit motor global	BC3	12 anos
Andressa	39 anos	Atleta	Paralisia Cerebral: déficits motores globais e disartria	BC3	12 anos
Bianca	29 anos	Atleta	Paralisia cerebral: déficits motores e déficit intelectual	BC2	13 anos
Celina	69 anos	Mãe, apoio	Deficiência auditiva	-	14 anos
Cristiane	45 anos	Atleta	Paralisia Cerebral: Déficit motor, deficiência visual	BC2	12 anos
Darlan	44 anos	Técnico Profissional da Educação	N/A	-	21 anos

		Física			
Eliseu	46 anos	Atleta	Distrofia Muscular de Becker: comprometimento motor progressivo	BC4	18 anos
Felipe	25 anos	Atleta	Paralisia Cerebral: déficit motor, disartria, hemiparesia E	BC2	11 anos
Iraci	63 anos	Calheira	N/A	-	12 anos
Laila	36 anos	Atleta	Paralisia cerebral: disbasia, comprometimento psicomotor, déficit intelectual	BC2	14 anos
Luciana	50 anos	Mãe, apoio	N/A	-	13 anos
Nadir	68 anos	Mãe, apoio	N/A	-	12 anos
Neuseli	69 anos	Calheira	N/A	-	12 anos
Noeli	51 anos	Mãe, apoio	N/A	-	11 anos
Pablo	29 anos	Atleta	Paralisia Cerebral: déficits motores, disartria, espasticidade, dificuldade de controle do tronco	BC1	13 anos
Rosangela	53 anos	Atleta	Comprometimento de MMSS e MMII por poliomielite	BC4	11 anos
Solange	Não informado	Mãe, apoio	N/A	-	13 anos

Selecionamos para participar do estudo atletas que tinham um histórico de ao menos uma competição regional, estadual, nacional ou internacional no paradesporto com uma experiência acumulada igual ou superior a cinco anos. Todos os atletas fazem uso de cadeira de rodas. Em relação aos apoios e calheiras, selecionamos aqueles que apoiavam atletas participantes da pesquisa e que tinham experiência em competições oficiais com os atletas.

Conduzimos entrevistas semiestruturadas presencialmente, as registramos em áudio e vídeo e as transcrevemos na íntegra. Cada entrevista teve duração variável entre trinta minutos e três horas e trinta minutos. Inspirados na abordagem metodológica de Braun e Clarke (2006), realizamos uma análise indutiva e temática dos dados a partir das transcrições. Os principais temas observados nos achados da pesquisa foram codificados e agrupados em categorias.

Todos os participantes preencheram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, além de autorizarem o uso de seus nomes reais. Esta pesquisa faz parte de um projeto de pesquisa maior que recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, conforme indicado pelo Parecer Consubstanciado nº 6.007.205 (ANEXO 1).

4 ARTIGO 1: DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE ATITUDINAL NO ÂMBITO SOCIAL: EXPLORANDO A PERSPECTIVA DE INTEGRANTES DE UMA EQUIPE DE BOCHA

4.1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade é um elemento valorativo que potencializa ou minimiza a limitação funcional da pessoa com deficiência (PcD). É um princípio que orienta a remoção de barreiras de diversas naturezas e a prevenção contra o surgimento de novas que impeçam o acesso e a participação funcional das pessoas no ambiente (LOPES, 2009).

Entre as diferentes classificações de acessibilidade tem se destacado a proposta de Romeu Sassaki que a concebe nas seguintes dimensões: arquitetônica (ausência de barreiras físicas), instrumental (ausência de barreiras para o uso de objetos e instrumentos em geral), comunicacional (ausência de barreiras na comunicação entre as pessoas), programática (ausência de barreiras em políticas públicas, legislações, normas, etc.), metodológica (ausência de barreiras em métodos e técnicas de trabalho, lazer, educação e outros) e atitudinal (ausência de atitudes humanas que representam obstáculo no ambiente social). Assim, a acessibilidade atitudinal refere-se a sensibilização e conscientização das pessoas em geral com vistas à promoção da convivência com a diversidade humana (SASSAKI, 2009; SILVA; MARQUES, 2018).

A acessibilidade atitudinal é um conceito ainda em construção que está relacionada diretamente a todas as formas de acessibilidade (CHÚFALO FILHO, 2020; SILVA; SILVA, 2023). Embora geralmente o conceito de acessibilidade remeta a soluções para barreiras físicas, os aspectos sociais se destacam pois é a atitude que possibilita a remoção de barreiras de acesso às diferentes formas de participação na vida (CHÚFALO FILHO, 2020). Atitudes carregadas de estigmas, preconceitos, estereótipos e discriminação estão entre as principais barreiras atitudinais para PcD presentes na sociedade (SASSAKI, 2009; SILVA; SILVA, 2023).

A sistematização do conceito de atitude é atribuída ao filósofo Gordon Allport em 1935 como a manifestação da interação entre pensamentos, sentimentos e comportamentos aprendidos que exprimem avaliações globais acerca de uma pessoa, objeto ou circunstância (ALLPORT, 1935; PARADIS et al., 2017). Fazio e

Olson (2003) e Leal, Eusébio e Rosa (2020) referem em seus estudos três componentes estruturantes das atitudes: o componente afetivo (emoções e sentimentos); o componente cognitivo (crenças e conhecimentos pessoais); e o componente comportamental (ação e comportamento). Oppenheim (1992) acrescenta que atitude é uma prontidão e tendência a um padrão de respostas quando confrontado com certos estímulos. Essa definição estabelece uma ênfase na predisposição como um elemento definidor da atitude.

O ambiente social é determinante para a participação de PcD na sociedade. Sob atitudes discriminatórias, as PcD tendem ao isolamento e a se separarem do convívio em sociedade, afastando-se de oportunidades de participação e pertencimento (MARTINS, 2022) em diferentes áreas como trabalho, educação, cultura e esporte.

A participação da PcD no esporte pode agregar diferentes benefícios ao desenvolvimento pessoal. A experiência de atitudes positivas relacionadas com a sociedade, responsabilidades, disciplina, satisfação, felicidade, realização e a vivência de vitórias e derrotas como parte da vida diária podem aprimorar a resiliência perante as dificuldades de participação na vida e a valorização de aspectos positivos (MARTINS; NEVES, 2022).

Considerando o contexto supracitado, desenvolvemos um estudo cujo objetivo geral foi o de investigar as percepções de integrantes de uma equipe de bocha adaptada a respeito de acessibilidade atitudinal a partir de suas experiências vividas nos âmbitos social, familiar e esportivo. Para fins deste trabalho em específico, exploramos a percepção dos atletas acerca da acessibilidade atitudinal a partir de suas experiências vividas no âmbito social. Exploraremos aspectos relacionados à acessibilidade atitudinal nos contextos familiar e esportivo em outros trabalhos. Escolhemos atletas da bocha pois esta modalidade acomoda uma diversidade ampla de tipos de deficiência física decorrentes de condições como paralisia cerebral, acidente vascular encefálico, distrofia muscular progressiva, entre outras.

O estudo da acessibilidade atitudinal neste contexto pode revelar nuances e características ambientais de interesse social ao expor barreiras e facilitadores de acesso em diferentes contextos de participação na vida. Outra contribuição possível está em seu potencial para estabelecer referências para o planejamento e

desenvolvimento de políticas públicas, trabalho de profissionais da área e atividades educativas dirigidas às famílias de PcD.

4.2 METODOLOGIA

A pesquisa foi de abordagem qualitativa e de cunho exploratório. Coletamos os dados através de entrevistas semiestruturadas realizadas entre maio e junho de 2023, no local de treino de uma equipe de bocha em uma cidade no sul do Brasil.

A bocha é uma modalidade paralímpica que exige estratégia e precisão. Este esporte envolve principalmente atletas com déficits motores decorrentes de condições como paralisia cerebral, acidente vascular encefálico, distrofia muscular progressiva, entre outros. Ela é praticada em uma quadra de 6m de largura por 12,5m de comprimento, o objetivo é lançar bolas coloridas (azuis ou vermelhas) e aproximá-las o máximo possível da bola branca. As disputas podem ser individuais, em dupla ou em equipe (AMÂNCIO, 2019).

Nos paradesportos existe um sistema de classificação funcional cuja função é analisar os atletas e enquadrá-los em classes de acordo com suas capacidades e eficiência durante as atividades esportivas. O objetivo é promover maior igualdade de condições durante as competições. No caso da bocha, a classificação funcional é dividida em quatro classes: BC1 (lançam as bolas com mãos ou pés e podem receber auxílio para posicionamentos), BC2 (lançam bolas com as mãos sem auxílio), BC3 (atletas com maior comprometimento, utilizam equipamentos específicos e demandam maior apoio para lançamento das bolas) e BC4 (atletas independentes) (AMÂNCIO, 2019; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES, 2024). Os atletas da classe BC1 podem contar com o auxílio de apoios, geralmente desempenhados por um familiar. Atletas da classe BC3 contam com o auxílio de calheiros, pessoas responsáveis por ajustar, sob orientação do atleta, as tecnologias assistivas relacionadas à prática do esporte.

Selecionamos para participar do estudo atletas que tinham um histórico de ao menos uma competição regional, estadual, nacional ou internacional na bocha com uma experiência acumulada igual ou superior a cinco anos. Seguindo este critério selecionamos nove atletas com deficiências físicas variadas: um é da classe BC1, quatro da classe BC2, dois da classe BC3 e dois da classe BC4. Participaram também do estudo cinco mãe/apoios, duas calheiras (auxiliares de atletas que

utilizam tecnologias assistivas específicas, como calhas e capacete com haste — instrumentos utilizados pelos atletas para lançar a bola na quadra) que também são mães e um profissional da educação física (vide Quadro 1). Em relação aos apoios e calheiras, selecionamos aqueles que apoiavam atletas participantes da pesquisa e que tinham experiência em competições oficiais com os atletas.

Conduzimos entrevistas semiestruturadas presencialmente, as registramos em áudio e vídeo e as transcrevemos na íntegra. Cada entrevista teve duração variável entre trinta minutos e três horas e trinta minutos. Dentro do grupo de atletas participantes, três apresentam disartria, um anartria e dois atletas apresentam déficits intelectuais. Todos eles fazem uso de cadeira de rodas.

Considerando as diferentes capacidades e necessidades de comunicação dos participantes (QUADRO 1), adaptamos alguns procedimentos para a coleta. A atleta Andressa possui disartria (dificuldade de articulação da palavra de forma precisa) e por isso solicitou ajuda de Neuseli (mãe e calheira) para auxiliar sua comunicação durante a entrevista. Pablo (atleta) solicitou a presença de Solange (mãe e apoio) devido à mesma dificuldade. Anderson (atleta) apresenta anartria (incapacidade completa de articulação da palavra), utiliza uma prancha de comunicação e solicitou a participação de Iraci (mãe e calheira) para ajudar a relatar os eventos. Anderson participou indicando e direcionando algumas discussões, manifestando sua aprovação ou discordância com o que foi dito por Iraci (mãe e calheira do atleta Anderson) através de movimentos de cabeça, balbucios, expressão facial e uso da prancha de comunicação. Para o caso específico de Anderson e Iraci, assim como Andressa e Neuseli, estes realizaram uma construção conjunta das narrativas devido à dificuldade de comunicação dos atletas e solicitação de ajuda deles às suas mães para que pudessem expressar suas ideias durante as entrevistas. Os demais participantes foram entrevistados individualmente.

QUADRO 1. Características dos participantes.

Nome	Idade	Papel	Deficiência	Classe	Tempo de Prática
Anderson	34 anos	Atleta	Paralisia cerebral: Anartria, atetose, déficit motor global	BC3	12 anos
Andressa	39 anos	Atleta	Paralisia Cerebral: déficits motores globais e disartria	BC3	12 anos
Bianca	29 anos	Atleta	Paralisia cerebral: déficits motores e déficit intelectual	BC2	13 anos
Celina	69 anos	Mãe, apoio	Deficiência auditiva	-	14 anos
Cristiane	45 anos	Atleta	Paralisia Cerebral: Déficit motor, deficiência visual	BC2	12 anos

Darlan	44 anos	Técnico Profissional da Educação Física	N/A	-	21 anos
Eliseu	46 anos	Atleta	Distrofia Muscular de Becker: comprometimento motor progressivo	BC4	18 anos
Felipe	25 anos	Atleta	Paralisia Cerebral: déficit motor, disartria, hemiparesia E	BC2	11 anos
Iraci	63 anos	Calheira	N/A	-	12 anos
Laila	36 anos	Atleta	Paralisia cerebral: disbasia, comprometimento psicomotor, déficit intelectual	BC2	14 anos
Luciana	50 anos	Mãe, apoio	N/A	-	13 anos
Nadir	68 anos	Mãe, apoio	N/A	-	12 anos
Neuseli	69 anos	Calheira	N/A	-	12 anos
Noeli	51 anos	Mãe, apoio	N/A	-	11 anos
Pablo	29 anos	Atleta	Paralisia Cerebral: déficits motores, disartria, espasticidade, dificuldade de controle do tronco	BC1	13 anos
Rosangela	53 anos	Atleta	Comprometimento de MMSS e MMII por poliomielite	BC4	11 anos
Solange	Não informado	Mãe, apoio	N/A	-	13 anos

Inspirados na metodologia de Braun e Clarke (2006), transcrevemos as entrevistas e realizamos uma análise indutiva e temática dos principais temas que observamos dos dados. Após a identificação inicial dos dados, realizamos uma codificação seguida por uma revisão e definição de temas. Agrupamos os temas comuns em duas categorias de discussão. Todos os participantes preencheram Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e autorizaram o uso de seus nomes reais. Esta pesquisa faz parte de um projeto de pesquisa maior que recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, conforme indicado pelo Parecer Consubstanciado nº 6.007.205.

4.3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Organizamos a apresentação e discussão dos resultados em dois tópicos que refletem as duas principais barreiras atitudinais que se fizeram presentes nas falas dos participantes: “Atitudes de estranhamento: reações sociais e pessoais à diferença”, abordada por 10 entrevistados, e “Atitudes preconceituosas e estratégias de enfrentamento”, abordada por 12 dos 17 entrevistados.

4.3.1 Atitudes de estranhamento: reações sociais e pessoais à diferença

A atitude é um estado mental e neural de prontidão organizado através da experiência e que exerce influência dinâmica sobre as respostas individuais aos objetos e situações com os quais se relacionam (ALLPORT, 1935). As atitudes de estranhamento são marcadas pela dúvida e incerteza em relação ao outro. Com base nas falas dos participantes, concebemos o estranhamento como uma expressão atitudinal que reúne reações perante a diferença tais como curiosidade, surpresa, desconhecimento e medo. Elas podem ser reflexo de uma falta de familiaridade e compreensão em relação às PcD, como também um choque com as próprias idealizações acerca do ser humano. A seguir discutiremos alguns dos aspectos do estranhamento mencionados pelos entrevistados.

> Não vê muito [PcD] [...] não tem muito contato. Às vezes a gente vê assim que chega perto uma pessoa com uma criança, aí pergunta, fica assim olhando. Porque eles [as PcD] sentem né, eles vêem que tão olhando diferente, que tão perguntando às vezes, até perguntar né perguntam "por que que ele tá na cadeira mãe?". Eu já escutei muito!
> (Noeli, 51 anos, mãe/apoio do atleta Felipe, BC2)

Uma das possíveis explicações para a atitude de estranhamento relatada pela entrevistada acima é a curiosidade. A fala dela destaca o comportamento das crianças que não raramente questionam adultos acerca da diferença do outro. Conforme aponta Silva (2006), a curiosidade não é necessariamente negativa, pois pode inclusive potencializar aproximações e a convivialidade.

O olhar é uma atitude que pode revelar tanto a curiosidade quanto uma miríade de outras possibilidades de experiências perceptuais, intelectuais e emocionais no contato com a diferença. Para Oliveira e Pieczkowski (2022), o olhar pode revelar também o estranhamento do comportamento, do corpo, do jeito de fazer e de ser no cotidiano. Referências acerca do olhar como as de Noeli, tais como "as pessoas olham muito" e "eles [as PcD] veem que tão olhando diferente", não são incomuns. Para Santos e Pessoa (2019), o papel do olhar em determinadas situações pode envolver padrões centrados em déficits ou potencialidades e habilidades das PcD. A partir da fala de Noeli podemos assumir que, ao menos eventualmente perante os olhares da sociedade, critérios como visibilidade e

aparência da própria deficiência, em termos de suas diferenças, são possíveis elementos para o estranhamento atitudinal. Esta atitude ressalta uma complexidade de processos decorrentes da falta de contato e convívio e nem sempre pode ser facilmente interpretada, como revelou Noeli quando afirmou não saber exatamente qual a raiz dessa atitude. Vejamos mais um exemplo de atitude curiosa como forma de expressão de estranhamento do outro.

> "Mas como é que você faz? [...] Então, mas daí como é que ele faz, ele come? Ele come é? Ah, tem que dar na boca dele!"
> (Iraci, Calheira/mãe e o atleta Anderson, BC3)

O relato de Iraci revela outra expressão de curiosidade que se refere às supostas incapacidades de Anderson em atividades da vida diária, como se alimentar. Atitudes de estranhamento como estas podem ser o ponto inicial para a formulação de impressões acerca da deficiência que podem ser generalizadas para experiências posteriores.

As perguntas feitas sobre as habilidades alimentares de Anderson chamam atenção para uma tendência das pessoas em associar a deficiência à limitações. Ao mesmo tempo em que a atitude de estranhamento e curiosidade perante o desconhecido traçam um possível percurso para a familiarização, ela reflete a baixa expectativa a respeito das capacidades de uma pessoa com tetraplegia. A deficiência de Anderson representa, para as pessoas do relato nessa comunidade rural, o estranhamento de um modo não convencional de vida. O estranhamento pode também ocorrer ao se perceber possíveis capacidades de PcD conforme se pode observar no depoimento abaixo.

> Tanto que tem muita gente que fala assim "nossa, você onde tá o teu carro?" Eu vou no mercado, eu me encho de compra, eu me encho de coisa, porque eu não tenho carro para carregar. Eu falo "ó coloca na minha cadeira, que o meu carro tá aqui". Tem gente que fica "nossa porque..." né? [...] Então eu acho que a gente tem que enfrentar as barreiras.
> (Rosangela, atleta BC4)

Rosangela destaca acima uma situação em que as pessoas se surpreenderam com a independência dela ao carregar as suas compras para casa em sua cadeira de rodas, mesmo diante das dificuldades enfrentadas para isso.

Para a entrevistada abaixo, o estranhamento vem do desconhecimento em relação à deficiência.

> É às vezes é um comentário que a pessoa faz e nem tem noção do que tá falando. Então eu como mãe tento ensinar a Bianca assim também. Ouve por um lado e solta pelo outro. Ou a pessoa faz cada comentário que... por favor! Ou você continua e vai brigar e vou frustrar mais ainda ela. Ou você leva aquilo e deixa. [...] Eu acho que depende da interpretação da gente. (Luciana, mãe/apoio da atleta Bianca, BC2)

Comentários desnecessários dirigidos à Bianca por pessoas na vida em sociedade poderiam suscitar frustração e até mesmo brigas. Mas Luciana, sua mãe, pensa que é melhor ponderar e deixar passar. Quando ela diz que "depende da interpretação da gente", ela revela acreditar que algumas atitudes não são sujeitas a compreensões fixas e universais.

Como relatado por vários participantes, as atitudes de estranhamento podem ser perceptíveis por meio do olhar, de comentários, do afastamento, da falta de empatia ou de interpretações equivocadas do comportamento das PcD. O estranhamento pode também ser influenciado por estereótipos negativos, preconceitos enraizados na cultura, falta de contato e falta de conscientização sobre a diversidade de experiências humanas, incluindo a deficiência (BOSSA; NEVES, 2018).

> Ah olhar a gente via! No início que a gente usava ônibus, a gente via olhar. Tinha gente que às vezes parecia que tinha medo porque ela era deficiente. Mas então quando chegava no ônibus, tinha gente parece que não queria sentar perto dela. [...] Porque eu acho que eles não conhecem deficiência e tem umas deficiência que são agressivo né? Daí então a pessoa não vai... como eu dizia, pagar para ver né? Pega para sair [A pessoa se afasta]. (Celina, mãe/apoio da atleta Laila, BC2)

Celina acrescenta o medo como possível barreira atitudinal representada pelo olhar e afastamento das pessoas, fruto da incerteza sobre o risco de um potencial comportamento agressivo. Isso pode estar associado a um estranhamento receoso das pessoas em relação a Laila que possui déficit intelectual. Celina relatou ainda que a deficiência intelectual de Laila passava despercebida até o momento em que ela começasse a falar e a interagir no ônibus. A partir deste momento, as atitudes das pessoas ao redor poderiam ser manifestadas como no relato acima. Esse estranhamento receoso surge como uma estereotipia de pensamento, uma defesa psíquica que serve como recurso para auto adaptação de um indivíduo em uma realidade tal como se apresenta (CROCHÍK, 1996; VIGO et al., 2021). Nesta

estereotipia de pensamento, o indivíduo não reflete sobre determinantes do estranhamento e ancora-se em uma abstração imediatista (ADORNO; HOIKHEIMER, 1986; CROCHÍK, 1996).

A percepção em relação às pessoas com deficiência intelectual como agressivas é gerado e perpetuado pela falta de contato com a deficiência. Frente ao desconhecido, as pessoas podem se sentir inseguras e interpretar mal as ações e comportamentos de outras pessoas e se afastarem, como relatado por Celina. Para Sampaio e Sampaio (2009), o desconhecido pode acarretar atitudes de afastamento e resistência ao contato. Carvalho-Freitas et al. (2015) complementa afirmando que o contato com a deficiência também pode ser imputado como perigoso devido a uma falsa percepção de que pode haver algum tipo de contaminação, infecção ou poluição através do contato com a PcD, o que Amaral (1998) chama de contágio osmótico.

O estranhamento não necessariamente implica neutralidade, mas pode manifestar atitudes carregadas de significados dominados pela incerteza sobre o que o outro, o desconhecido, representa. A fala de Celina ilustra a relação entre as dimensões afetiva e comportamental da atitude, em que o medo perante o estranho é respondido por um comportamento consequente de afastamento. Entretanto, não é apenas a deficiência intelectual em relação à deficiência física que, comparativamente, suscita atitudes de estranhamento particulares. Noeli acrescenta um exemplo de hierarquia entre pessoas com diferentes tipos de deficiência física.

> Para os nossos que são cadeirantes, as pessoas olham muito! [...] Agora um que usa uma prótese e tá lá, tá andando, é deficiente também, mas já tratam diferente. [...] Não sei se é curiosidade, se é... não sei o que que é. Mas acho que tem uma pessoa que não tem uma perna... É diferente. Não é tanto assim, sabe? Eu acho que não é tão olhado.
> (Noeli, mãe/apoio do atleta Felipe, BC2)

Noeli destaca a percepção de que as pessoas com prótese, ao preservar a função de andar e ficar em pé, conservam uma imagem que supostamente desperta menos estranhamento em comparação a pessoas que usam cadeiras de rodas. Para ela, a cadeira de rodas é um marcador da deficiência e a sua utilização coloca a pessoa em uma hierarquia inferior à outras pessoas que utilizam prótese para andar emulando a imagem e função de pessoas sem deficiência.

Frente ao padrão corporal tido como "normal", os corpos considerados diferentes tendem a ser percebidos como inferiores e limitados. Quando nos deparamos com o outro sob esta perspectiva, incorremos naturalmente em uma hierarquização dos corpos (NUNES, 2021). A diferença é sempre relacional, engendrada a partir de um exercício comparativo efetuado na seleção de traços preferidos em lugar de atributos essenciais, ou seja, a diferença é determinada por características geralmente secundárias em detrimento de aspectos atribuídos à normalidade (SILVA; HOWE, 2018). A desigualdade no olhar sugerida no relato assinala parâmetros para as sutilezas presentes nas atitudes societais em relação às PcD. Isso sugere que quanto maior a alteração funcional e estética atribuída por deficiência física, mais a pessoa tende a ser alvo de estranhamento, fato este que pode estar relacionado a um choque com as próprias idealizações do ser humano.

Deal (2003) afirma que a hierarquia baseada em estética e funcionalidade entre grupos de pessoas com diferentes tipos de deficiências é determinada e variada culturalmente, influenciando diretamente as atitudes da sociedade. Sob o componente cultural, para o autor existem três determinantes cognitivos atitudinais principais: estereótipos atribuídos aos membros do grupo, crenças simbólicas que podem ser promovidas ou representar ameaças a valores estabelecidos, e as emoções elicitadas. O relato de Noeli revela a existência de um gradiente atitudinal na experiência ambiental das PcD. Isso pode ser influenciado por diferentes intensidades e significados instituídos pelos determinantes supracitados.

As narrativas de Luciana e Noeli exemplificam as dinâmicas decorrentes do processo emergente do estranhamento experimentado no contato entre as PcD e as pessoas sem deficiência. Para Erving Goffman, nesse contato observa-se um dos fenômenos mais essenciais da sociologia, o encontro entre a pessoa considerada normal e a desviante da norma. O tipo de insegurança presente na incerteza aludida por Noeli ao dizer “não sei o que que é” e Luciana ao afirmar que a interpretação da atitude é incerta é mencionada por Goffman. Para o autor, o indivíduo estigmatizado enfrenta a própria insegurança derivada da incerteza em relação às atitudes dos normais, sejam favoráveis ou desfavoráveis (GOFFMAN, 2008).

Para Shakespeare (2018), pode ser estranho para algumas PcD acostumadas com aspectos considerados naturais e cotidianos sobre a sua própria vida gerarem espanto, admiração ou preocupação através das atitudes de outras pessoas. Como percebemos nestes relatos, isso parece se estender também para

alguns familiares e potencialmente para outros *insiders* sensíveis a esta realidade. Por outro lado, nem mesmo as PcD estão isentas de estranhamento em relação ao outro, como podemos observar na fala abaixo:

> Gente o menino não escuta, não enxerga e tem autismo. A hora que eu escuto aquele menino gritando, aquele menino tentando se comunicar e o pessoal não entende o que ele tá falando me bate um desespero dentro do meu coração! Eu digo: "Meu Deus do céu! O que que aquela pessoa tá querendo falar que ninguém tá entendendo?"
> (Bianca, atleta BC2)

O relato de Bianca relata o estranhamento através do seu desconforto ao presenciar a incapacidade de comunicação entre o menino e seu ambiente. Ela revela uma complexidade emocional envolvida em situações em que presenciamos a diferença e modos não convencionais de vida. Ela sente-se angustiada e preocupada perante a situação, indicando uma lacuna entre a capacidade da sociedade em entender e acolher diferentes formas de expressão e comunicação.

A partir deste relato de Bianca, podemos perceber a dimensão cognitiva e afetiva da atitude descrita por Allport (1954). A resposta cognitiva de estranhamento está na percepção da própria incapacidade de responder às necessidades de comunicação do menino, mas também é afetiva ao referir-se ao desespero perante essa situação. A incompreensão e a dificuldade emocional destacam a complexidade associada ao estranhamento, mas também da própria deficiência. Como explicam Deal (2003) e Nunes (2021), ao nos depararmos com pessoas diferentes do padrão humano, podemos percebê-las como inferiores e limitadas, incorrendo em uma hierarquização dos corpos com base na deficiência.

Alguns dos atletas revelaram atitudes de autoaceitação e resiliência diante do estranhamento por parte de outros. Eles se descreveram como pessoas que buscam estratégias de resiliência para manter a sua participação social no cotidiano. Tanto a autoaceitação quanto a resiliência destes atletas são provavelmente desenvolvidas através de um processo de vivências diversas e atitudes de abertura diante do estranhamento das pessoas na vida em comunidade. A fala abaixo ilustra este ponto.

> Já senti assim, do jeito das pessoas te olharem né? Eu andava com a ponta do pé, e daí eu jogava o corpo pra trás pra equilibrar [devido à distrofia muscular]. Aí eu brincava com meus amigos que eu "nossa, eu chego numa festa né, todo mundo olha pra mim né", zuando né. Depois que eu aceitei eu

> comecei a tocar a minha vida e foi de vento em popa. Então assim eu senti assim nessa questão das pessoas tarem olhando pra você, que você anda de um jeito diferente, das pessoas ficarem meio ressabiadas. [...] Eu acho que seria uma coisa que não era acostumado a ver né? Então algo diferente. Que é aquela questão do diferente. A pessoa é diferente, não só deficiente. [...] [Eles olharam, mas] não com um olhar de desprezo.
> (Eliseu, atleta BC4)

Ao ser perguntado sobre sua experiência com o olhar do outro, no início de sua fala, Eliseu se refere a um "jeito" das pessoas olharem para a sua forma de andar pois "não estavam acostumadas a ver". Ao entrar em uma festa despertava olhares de estranhamento e atribui os olhares "diferentes" e "ressabiados" à não estarem "acostumados a ver" a sua própria diferença.

Para Eliseu, o estranhamento em relação ao seu modo de andar, com o tempo, foi despertando uma reação de resiliência de sua parte. O atleta complementa declarando a autoaceitação como mecanismo adaptativo para se relacionar com atitudes de estranhamento como as descritas acima, em uma situação em que chegava em uma festa e atraía olhares por "andar com a ponta do pé" e reagir "brincando", "aceitando" e "tocando a vida".

Para Teixeira (2006), a postura atitudinal da sociedade aliada a aspectos culturais, falta de acessibilidade e insuficiência de políticas públicas para as PcD são barreiras para a autoaceitação destas pessoas. Por outro lado, a autoaceitação é desenvolvida a partir do conhecimento e do conceito elaborado sobre si mesma, apoiando-se em relações positivas estabelecidas com seu meio e na independência e autonomia que exerce diante de avaliações externas (SANTOS, 2019). Nesse sentido, Cristiane também revelou que, com o tempo, também passou a se aceitar:

> Fiquei um tempo em casa sem fazer nada. [...] [Eu] pensava muito no que as pessoas iam pensar de mim, sabe. O que será que vão pensar de mim na cadeira de rodas? Porque pros normais não é comum uma pessoa na cadeira de rodas querer fazer as coisas! Então eu pensava: "o que vão pensar de mim?". E hoje: "pensem o que quiserem pensar de mim, eu sou uma pessoa igual como qualquer um!". [...] Eu vi que não valia a pena eu me acabar por causa das pessoas que não tavam nem aí né. Quem tem que tá aí com a minha vida sou eu não é os outros.
> (Cristiane, atleta BC2)

Na fala acima, Cristiane realça sua experiência de autoaceitação como uma forma de sustentar sua participação no ambiente social como Eliseu, que declarou que se aceitou e decidiu tocar a vida. Eles aparentemente formaram um autoconceito suficientemente positivo, tornando-se resilientes perante atitudes

adversas, o que se constitui em um facilitador atitudinal importante de acesso a diferentes ambientes.

Resende (2006) alega que a autoaceitação demanda uma atitude positiva do indivíduo em relação a si próprio e à sua história, reconhecendo e aceitando seus aspectos positivos e negativos. Trata-se de uma forma de valorização instrumental para a autoadaptação (TEIXEIRA, 2006). A deficiência pode, assim, promover uma forma particular de amadurecimento pessoal, derivada das aprendizagens provenientes das relações humanas, das experiências vivenciadas ao lidar com o outro e da percepção de si próprio (SANTOS; CARVALHO-FREITAS, 2019).

Ao relatar sua tendência anterior à restrição doméstica por receio do estranhamento das outras pessoas, a entrevistada assevera o desenvolvimento de sua atitude de autoaceitação. A fala abaixo revela a estratégia de uma das entrevistadas para lidar com o estranhamento de outras pessoas.

> Quando eu tô na loja com a mãe, as pessoas só me olham. [...] Eu... eu olho para pessoa e dou um sorriso. Aí para a pessoa ver que eu tenho... sabe? Tenho abertura, se a pessoa quiser conversar. Ajuda! Ajuda que a pessoa vê que a gente pode que ele pode chegar perto da gente, que a gente não tem né... não tem nada diferente deles!
> (Cristiane, atleta BC2)

A resposta de Cristiane perante os olhares de outros é o sorriso, na intenção consciente de demonstrar abertura para interações. Essa atitude, segundo ela, busca dissipar o estranhamento da diferença e encorajar a proximidade e o diálogo. O sorriso é utilizado como forma de humanizar a sua presença no ambiente e apresentar-se como uma pessoa acessível.

Conforme Girardi, Rechia e Tschoke (2020), a acessibilidade plena vai além da vertente física, mas prima também por aspectos atitudinais emocionais, afetivos e intelectuais imprescindíveis para gerar a capacidade do lugar em acolher e gerar empatia. Para Wolbring (2008), a valorização da empatia e a compreensão em relação à deficiência em ambientes e estruturas sociais contribui para evitar rótulos baseados na percepção da vida com deficiência como uma forma diminuída de ser e estar no mundo. Neste sentido, o estranhamento é também um ponto de partida para o desenvolvimento de atitudes que podem se transformar em estigma, preconceito e discriminação.

4.3.2 Atitudes preconceituosas e estratégias de enfrentamento

Diferente da atitude de estranhamento que ainda não consolidou propriamente uma percepção, a atitude preconceituosa reflete uma cristalização de valores e crenças no plano atitudinal, baseando-se em marcadores proscritos da vida social e marcadores simbólicos mais definitivos. Os participantes destacaram atitudes negativas e preconceituosas como discriminação, negligência, utilização de terminologias depreciativas, infantilização e pressões por restrição ao ambiente domiciliar.

O preconceito não é inato ao ser humano. Ele é estabelecido no curso do desenvolvimento individual através da interação social estabelecida ao longo do tempo, dos conflitos psíquicos e das estereotipias de pensamento formatadas sob a forma de estereótipos (ALLPORT; KRAMER, 1946; ADORNO et al., 1950; ADORNO; HOIKHEIMER, 1986; CROCHÍK, 1996; VIGO et al., 2021). O estereótipo é um produto cultural ou individual incorporado a uma estrutura psíquica que repete um padrão de pensamento (preconceito) sobre alguém ou alguma coisa, aplicando o mesmo pensamento sobre diferentes indivíduos que compartilham uma característica em comum (CROCHÍK, 1996; VIGO et al., 2021).

A entrevistada abaixo compartilhou uma experiência de preconceito e discriminação por parte de um segurança de um show que representou uma barreira de acessibilidade ao evento:

> Uma vez eu saí com a minha prima.[...] O moço disse para mim: [...]"Mas como que ela vai entrar com a cadeira?". Eu falei para ele: "Moço, eu só sou deficiente física! Mas eu sou normal como você! Eu só tô em cima de uma cadeira!. Se você não quer deixar eu entrar aqui, [...] eu vou chamar a RPC [imprensa]". Eu falei para ele: "Eu sou normal como você! Eu não tô querendo atropelar ninguém. Eu só tô sentada aqui normal numa cadeira de rodas. Então meu querido, me deixa entrar por favor!". Foi um segurança. Aí eu falei para ele: "Eu tenho muita capacidade. Então me deixa entrar, eu vou mostrar para você que tenho!" [...] Eu acho que ele duvidou que eu tinha capacidade de entrar. Depois ele falou assim para mim "eu duvidei de você". (Bianca, atleta BC2)

Conforme aponta Mello (2016), a suposta incapacidade das PcD é normalmente tida como uma premissa para a sua interdição para o acesso a oportunidades e participação em diferentes instâncias sociais. Buscando garantir a sua participação no evento, Bianca utilizou como estratégia a afirmação de sua normalidade em uma forma de enfrentamento.

Vejamos ainda outro exemplo de discriminação onde outra atleta se sente desprezada e impedida de fazer as coisas em situações cotidianas:

> Porque você se sente desprezado né? Ainda mais a gente na cadeira de rodas. Querer fazer as coisas e tem alguém que não deixa né?
> (Cristiane, atleta BC2)

O tipo de situação revelada acima por Cristiane restringe a sua liberdade. Casos como esse têm sido explorados em discussões sobre isolamento e privação social das PcD. As atitudes de separação e privação social das PcD em relação à vida comunitária e da participação de ambientes comuns geram sua invisibilização e tendem a ser marcadas por desprezo (FRANÇA; MARTINS, 2019). A privação social imposta pela discriminação com base na deficiência pode despertar sentimentos de menos valia e isolamento e, em outros casos, também enfrentamento e autoafirmação por parte das PcD. Existem diferentes formas de expressar a dimensão subjetiva de reações frente à situações de discriminação.

> Na escola, [...] uma professora acompanhante para copiar, para passar para ela, para estar do lado dela. E essa professora não ficava na sala, não copiava as lições que era, não dava atenção. Até que foi reclamado, depois de três meses. Ela falou que nunca entendeu uma palavra do que a Andressa falou. E os outros professores de sala falavam que não, que eles entendiam a Andressa, que a Andressa conseguia tirar uma das melhores notas da sala, e que ela respondia e que eles podiam entender. E daí foi provado que era problema, a professora mesmo. Ela discriminava! Ela queria o emprego e não se dedicar ao trabalho que ela precisava fazer!
> (Neuseli, Calheira/mãe e a atleta Andressa, BC3)

Andressa possui paralisia cerebral discinética, um tipo de acometimento caracterizado por distúrbio dos movimentos com comportamentos motores involuntários e repetitivos que produzem incapacidade em realizar atividades como cópia de lições de maneira independente. Ela também possui disartria (dificuldade na articulação da palavra). Quando ainda na escola, a deficiência de Andressa demandou suporte de uma professora assistente. Esta, no entanto, demonstrou não apenas total despreparo para o trabalho com PcD, mas também desrespeito pela individualidade e potencial de Andressa.

Segundo Hashemi et al (2022), as atitudes e o estigma são estabelecidos a partir de sistemas culturais e de valores que podem resultar em superproteção ou negligência, afetando a percepção sobre os níveis de dependência e as decisões e

prioridades das PcD, seus cuidadores e assistentes. Abaixo observamos outro exemplo de atitude de preconceito e discriminação contra um de nossos entrevistados.

> Tem a professora que falou que ela [Cristiane] estava abobada. [...] Deu a maior confusão lá na escola. [...] Mas nossa! Porque falou tudo para ela!? Ela não queria nem ir na escola mais! [...] Não tem como. Ela queria desistir da escola! [Mas] não, não chegou a desistir não. Ela ficou uma semana sem ir, daí voltou. De tanto a gente falar né, que não adianta né, que é assim. Que daí ela pegou e voltou. Mas por ela, ela não voltava mais.
> (Nadir, mãe/apoio da atleta Cristiane, BC2)

A professora mencionada acima promoveu um desconforto tão profundo na aluna que esta acabou desistindo de ir à escola. De acordo com a sua mãe, ela só retornou devido à insistência da família.

Atitudes preconceituosas têm sido indicadas entre as principais causas de isolamento social das PcD e, por consequência, de sua invisibilização (OLIVEIRA; SILVA, 2021). A utilização de determinadas terminologias reflete modos de pensar, abordar e simbolizar a deficiência (SHAKESPEARE, 2018), podendo esta se constituir como instrumento de humanização ou discriminação contra a PcD (SHAKESPEARE, 2018; TONON, 2019).

Os entrevistados abaixo (Dona Iraci e Anderson), em construção conjunta, relatam como ele foi rotulado é percebido como doente, apesar de ser uma pessoa totalmente saudável.

> Lá o pessoal é bem preconceituoso, sabe. Lá no sítio teve algumas pessoas que foi lá na minha casa me visitar, porque diz que eu tinha um filho doente. Eu falei: "não, ele não é doente. Ele tem uma deficiência mas é saudável." Mas eles insistiam em falar que cadeirante é doente. Daí é: "ah, então não precisa levar no médico!?", "Não, não precisa frequentar médico.[...]". Aí eu já aproveitava para colocar isso, né? [...] “Ele só é cadeirante. Ele usa cadeira de rodas para se locomover, mas é super saudável”.
> (Iraci, calheira/mãe e o atleta Anderson, BC3)

A citação reflete uma visão biomédica da deficiência como doença, uma concepção circulante e sedimentada no imaginário de muitos. Eles narram também esforços empreendidos para desmistificar crenças e valores negativos sobre a deficiência arraigados na comunidade. A associação da deficiência com doença pode ser resultante da falta de educação e exposição limitada ou negativa da comunidade à PcD.

A concepção da deficiência como doença, decorrente do modelo biomédico da deficiência, é historicamente associada a processos de segregação, exclusão e percepções de que a PcD viveu e/ou vive uma "tragédia pessoal". O modelo biomédico de deficiência afirma, a partir da medicalização do corpo com deficiência, que há uma relação de causalidade e dependência entre as desvantagens sociais vivenciadas pelas PcD e os impedimentos corporais. Esse paradigma ignora as restrições de participação impostas por barreiras nos ambientes sociais (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009).

O preconceito da comunidade baseado no modelo biomédico da deficiência como doença pode estar associado à noção de tragédia pessoal. Dona Iraci afirmou que as pessoas citadas no relato demonstraram um sentimento de "dó" de Anderson. Para Hunt (1966), no ambiente social, a deficiência pode ser encarada como a representação material de medos como a tragédia, perda, escuridão e o desconhecido sendo, portanto, um confronto direto com as vulnerabilidades da própria natureza humana. Ramos (2019) afirma que a deficiência observada como tragédia pessoal é uma herança histórica onde uma identidade, que possui a deficiência como elemento constituinte, deveria reservar ao isolamento os indivíduos sob este estigma.

A maioria dos atletas demonstrou resiliência em relação ao preconceito. Eliseu, por exemplo, falou sobre como a sua aceitação de sua deficiência possibilitou que ampliasse o seu horizonte.

> O meu mundinho era pequeno, do tamanho de uma bola de tênis de mesa. E quando você começa aceitar o que você tem e a viver, cara o mundo é imenso! O mundo tem muitas possibilidades! Hoje em dia não é o ideal para pessoa com deficiência? Não é, não é! Mas cara, já melhorou muito! Então eu acho que não vale a pena né. [...] [Não obstante] a gente não quer atrapalhar, a gente não quer dar trabalho, a gente não quer ver as pessoas ficar com dó da gente.
> (Eliseu, atleta BC4)

Eliseu complementa destacando a importância da atitude das PcD para fazer frente a internalização de atitudes preconceituosas. O atleta ressalta a importância da aceitação e de uma atitude resiliente e de autoaceitação perante a vida como estratégia adaptativa e afirma que são descortinadas possibilidades de um "mundo imenso", mesmo convivendo com as pressões sociais de atitudes negativas.

As atitudes de enfrentamento e autoafirmação reveladas pela maioria dos participantes refletem uma busca pelo seu direito de serem o que são e de fazerem o que querem fazer. Ou seja, conforme diria Tonon (2019), elas refletem uma busca pelo direito de viverem de forma autônoma e independente e de experimentarem a vida além do âmbito familiar. A valorização da autonomia da PcD perante a sociedade é imprescindível pois é um recurso necessário à acessibilidade plena (BRASIL, 2015; GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020; OLIVEIRA; PIECZKOWSKI, 2022). A acessibilidade plena prima pela adoção de aspectos emocionais, afetivos e intelectuais para atribuir ao ambiente físico e social a capacidade de acolher e a aptidão de desenvolver empatia e afeto de forma a incluir a todos, independentemente de suas diferenças (GIRARDI; RECHIA; TSCHOKE, 2020). Contudo, algumas formas de empatia e afeto podem se apresentar de forma distorcida. Na fala a seguir, uma das mães entrevistadas fala sobre atitudes de infantilização dirigidas à sua filha.

> O 'Eu'... a gente aprende a lidar. Porque se não você se estressa e outro não sabe nem o que tá... Ainda mais a Bianca que é pequenininha, miudinha "Ai que bonitinha! Ai, vai para escolinha! Ai!". Fomos! Às vezes a Bianca quer contar que é atleta, digo: "Bianca, não vale a pena!". Para algumas pessoas realmente não... [...] Então vamos evitar estresse. As pessoas infantilizam muito o deficiente. Tudo é iinnhh. Não! Ele é um jovem, um adulto, um homem, uma mulher. Então é tudo assim, não é um cuidado sabe, infantilizado assim...
> (Luciana, mãe/apoio da atleta Bianca, BC2)

A infantilização de PcD está relacionada com a percepção de que elas são dependentes e frágeis. Isso pode ser perceptível em narrativas que adotam palavras como "garotos", "garotas" ou "meninas", como também o uso de diminutivos mesmo quando está se falando de adultos (DUNCAN, 2006; DE LÉSÉLEUC; PAPPOUS; MARCELLINI, 2010; POFFO et al., 2017). Apesar de algumas pessoas possivelmente lançarem mão destas expressões como forma de demonstração de afeto ou empatia, elas demonstram uma tendência de se perceber as PcD como eternas crianças que não conseguem, ou tardam em, atingir o status de adultas.

Vale ressaltar que a resistência de Luciana em compartilhar a identidade de sua filha como atleta sugere uma antecipação do estigma e preconceito que podem surgir ao se desviar das expectativas convencionais associadas à deficiência. Ao utilizar expressões como "não vale a pena" e "para evitar estresse", Luciana revela cansaço para enfrentar essas atitudes. Para situações similares, Konrad (2021)

propôs o conceito *fatigue access*, traduzido para o português como “fadiga de acesso”. A fadiga de acesso se refere a experiência desgastante em relação ao processo de superação do desconforto de outras pessoas em relação à deficiência. É o padrão diário de exaustão na busca por acessibilidade atitudinal das pessoas que faz com que as PcD não queiram explicar, não toquem no assunto, não entrem em detalhes e não problematizem as situações diárias pela percepção de que não vale o esforço.

Entretanto as atitudes podem apresentar nuances diversas, ambivalências e especificidades que merecem consideração. Vide abaixo uma passagem onde um entrevistado percebe como positivo algo que tem sido criticado como uma atitude de discriminação em contextos diferentes:

> Aconteceu isso comigo, de eu estar numa palestra e passar várias pessoas por mim e vir falar assim: "cara, depois dessa tua história não reclamo mais da vida! Porque assim, eu não tenho nenhum problema físico!". Ele falou: "Eu não tenho nenhuma deficiência física assim e cara, eu já levantei reclamando!". Então isso é mais incentivo positivo.
> (Eliseu, atleta BC4)

Seguindo a variabilidade inerente à subjetividade da experiência da deficiência, Eliseu compartilha uma impressão positiva em relação à reificação inspirativa da deficiência. Em seu relato, o atleta avalia como positivo o fato de que a sua deficiência serviu como referência para a pessoa citada “não reclamar da vida”. Para autores como Bertoldi (2021) e Freitas (2021), a reificação da deficiência como objeto de inspiração é problemática. Essa discussão ganhou destaque após o desenvolvimento do conceito de *inspiration porn* (pornografia de inspiração) por Stella Young em 2014 que elabora a concepção da deficiência como a idealização de um sofrimento que confere às PcD a função de corresponder ao fetiche da sociedade por uma inspiração ambulante (YOUNG, 2014; BERTOLDI, 2021). Para Young (2014), *inspiration porn* refere-se ao uso da PcD como objeto de inspiração e motivação. Por outro lado, Von der Weid (2018) e Seron et al. (2021) admitem a possibilidade de a deficiência servir positivamente como objeto de inspiração no contexto acadêmico e do esporte, apesar de não negarem possíveis aspectos preconceituosos. Essa variabilidade revela uma amplitude de possibilidades que atestam a complexidade dos valores relacionados à potencial inspiração que a deficiência pode causar e aos significados a ela atrelados.

O preconceito é um fenômeno mutável que se relaciona com a história, a cultura e o local, sofrendo influências diretas do imaginário social. Isso significa que fenômenos similares podem não ser entendidos como preconceituosos em contextos diferentes (MENDES; COSTA; DENARI, 2022). Alguns de nossos entrevistados expressaram autoaceitação da deficiência e resiliência como forma de resistência às barreiras atitudinais no ambiente. No caso de Eliseu, ele demonstrou uma perspectiva otimista diante do preconceito.

Alguns entrevistados falaram de situações de isolamento social em razão do preconceito.

> Preocupado com o que o outro vai falar. Não querendo incomodar o outro porque um deficiente, na maioria das vezes [pensa] [...] "ah eu não quero incomodar, não quero isso, eu vou lá e vão rirem de mim". Então ele [não se] preocupa com o eu, mas com o próximo, né? Então se você não for, não der uma oportunidade, não mostrar para ele, ele vai ser mais um dentro de casa.
> (Luciana, mãe/apoio da atleta Bianca, BC4)

Em sua fala, Luciana descreve sua percepção sobre os padrões comuns de constrangimento e isolamento de PcD receosas em relação às atitudes preconceituosas de outras pessoas. A responsabilidade das pessoas no ambiente social em oferecer oportunidades de participação e pertencimento para PcD também é afirmada. Junto a isso, Luciana refere sua percepção sobre aspectos subjetivos de internalização da opressão por parte das PcD. A internalização da opressão acontece quando a PcD tem consciência do preconceito que lhe acompanha, consentindo e assumindo os estereótipos negativos como verdadeiros (GOFFMAN, 2008). A partir da internalização da opressão associada ao preconceito, a pessoa desenvolve sentimentos adversos como culpa, angústia, raiva e autoreprovação, além de sofrer prejuízos da autoestima e da autoeficácia. Por pressão social e para evitar a rejeição, a PcD recorre ao isolamento social (SOARES et al., 2011; NASCIMENTO; LEÃO, 2019). Com isso, as PcD podem internalizar a própria discriminação ou situarem-se em contextos de vulnerabilidade em que recorrem a comportamentos evitativos em relação à opressão (FERREIRA et al., 2014; NASCIMENTO; LEÃO, 2019).

Cerca de metade dos atletas revelaram ter experimentado esse processo de internalização do estigma em consequência de atitudes preconceituosas. Mas revelaram também que resistiram a essa internalização. Ao internalizar uma crença

cultural perniciosa circulante em um determinado contexto ou ambiente, a PcD priva a si mesma de acessar e explorar as potencialidades e oportunidades inerentes ao meio (GOFFMAN, 2008). Experiências como vergonha, constrangimento e impotência são incutidas a partir da atitude negativa das pessoas no ambiente físico e social adjacente ao contexto (GOFFMAN, 2008; HASHEMI et al., 2022). Nesse contexto, cabe salientar o padrão relatado por Luciana de que se "não der uma oportunidade, não mostrar para ele [PcD], ele vai ser mais um dentro de casa". A seguir, Nadir compartilha um exemplo em que uma pessoa sugeriu a restrição ao ambiente domiciliar de duas crianças com deficiência.

> Uma vez uma mulher falou: O que nós fazia com aquelas criança na rua que não ia nem andar? Falou para nós, falou para mim no ônibus... Tava eu e uma vizinha minha também que tinha uma menina dela também que foi de toxoplasmose que a menina parou de andar. O que a gente tava fazendo com aquela menina na rua? Que não era nem para tá na rua, era para tá em casa. Não precisou nem nós brigar. A [outra mulher] que tava do lado lá comprou a briga.
> (Nadir, mãe/apoio da atleta Cristiane, BC2)

Nadir concluiu afirmando diante da atitude discriminatória de uma passageira que uma reação sua ou de sua amiga foi desnecessária pois outra passageira reagiu imediatamente em defesa das crianças. Essas afirmações destacam a percepção de Nadir sobre a necessidade de uma reação contundente na forma de um confronto direto ao definir a situação como uma briga a ser comprada. As atitudes de pessoas no ambiente social criam barreiras para a capacidade de participação social das PcD, o que pode despertar reações de resistência como luta por direitos sociais e a emancipação da restrição ao ambiente domiciliar (TONON, 2019). Para Wuo e Leal (2020), atitudes preconceituosas com base na deficiência são vivenciadas pelo distanciamento, culpabilização e isolamento, baseando-se em uma perspectiva de superioridade e inferioridade com relação ao diferente estigmatizado.

Abaixo, os entrevistados conjuntamente revelam detalhes acerca de sua resistência em ceder às pressões de pessoas da sua comunidade para que fiquem em casa:

> E lá na cidadinha também: "Mas a senhora trás ele...? Por que que trás...? Muito trabaio!". [...] Daí eu respondia: "não, eu trago para ele conhecer a cidade, para ele comer fora, para ele se entrosar aqui na cidade né?", "Ah, mas é muito trabalho, Deus o livre". Eu: "Deus o livre de eu deixar ele lá sem sair de casa! [...]. Não...! Tem que vir [...] conhecer a gente daqui do Cerro Azul. Para ver se acha diferente lá de Curitiba". Bom, eu acho que

> isso aí vai de criar coragem meu caro. [...] Porque quando é pessoa que tá esnobando o outro pela deficiência, ele vai dizer: "éhh, sai fora".[...]. E "não, que que é isso, [...] ele tem coragem e saúde, bora fazer o que ele precisa. Não vou derreter com a chuva." Pronto! O que que a pessoa vai dizer? E não tá sendo ofendido, né. Mas precisa fazer um enfrentamento, claro!
> (Iraci, calheira/mãe e o atleta Anderson, BC3)

Dona Iraci e Anderson demonstram também resistência em internalizar a opressão do ambiente social manifestado pelas considerações e sugestões feitas por alguns moradores da região. Percepções estereotipadas de deficiência agregam uma seleção de supostas particularidades negativas como limitação para as atividades físicas, intelectuais, psíquicas e civis, além de anormalidade e agressividade como forma de reconhecimento do outro (ROCHA et al., 2021).

O isolamento e marginalização decorrentes da opressão internalizada são possíveis consequências quando PcD cedem às pressões comunitárias pela restrição ao ambiente domiciliar (HASHEMI et al., 2022), o que ocorre de forma involuntária (CAMPBELL, 2009). A fala de Dona Iraci e Anderson revelam que romperam com as tendências de isolamento e marginalização. Romper com o isolamento e buscar a vida em comunidade remete às possibilidades de resiliência perante atitudes preconceituosas. Para Leal, Eusébio e Rosa (2020) as experiências da comunidade em relação à deficiência, assim como sua qualidade e frequência, são determinantes para influenciar vetores de mudança positivos sobre as atitudes das pessoas.

4.4 CONCLUSÃO

Em seus relatos, os participantes revelaram a percepção sobre a acessibilidade atitudinal no âmbito social e contemplaram atitudes de estranhamento e preconceitos. O estranhamento reflete uma ampla gama de reações que incluem, dentre outras coisas, curiosidade, receio, medo e surpresa, devido à falta de familiaridade e compreensão sobre o contexto da deficiência. Os preconceitos tendem a ser mais cristalizados do que o mero estranhamento. Eles causam negligência, infantilização, antilocução, discriminação e pressão por isolamento social.

O preconceito e a falta de compreensão sobre as capacidades das PcD resultaram em exclusão social e, em alguns casos, tentativas de restringir sua

participação a ambientes privados. Situações como estas geram sentimentos de menosprezo, isolamento e necessidade de enfrentamento. O tratamento infantilizado e a tendência de invisibilizar as PcD foram tópicos presentes, especialmente quando os entrevistados mencionaram as interações sociais. A visão de que pessoas com deficiência são frágeis ou incapazes perpetua o preconceito e representa uma barreira de acesso à efetiva inclusão social.

Os participantes revelaram que atitudes positivas autodirigidas de autoaceitação são chaves para a autoadaptabilidade e a resiliência necessárias para que eles consigam sustentar a sua participação em diferentes ambientes sociais. A autoaceitação emergiu como um fator importante de resistência às pressões sociais negativas, como preconceito e discriminação. Tanto a autoaceitação quanto a resiliência desenvolvida pelos atletas no contexto estudado provavelmente foram influenciadas pela inserção dos participantes no ambiente esportivo, o que por sua vez, pode ter ajudado a desenvolver a autoestima dos atletas e na ampliação do olhar deles e de seus familiares acerca das potencialidades das PcD. Essas atitudes favoreceram a manutenção da participação social dos atletas em diferentes contextos.

Existem ainda muitas lacunas a serem preenchidas nos estudos sobre acessibilidade atitudinal. Tipos de atitudes, variações ambientais e contextuais, discrepâncias e similaridades entre experiências de pessoas com diferentes tipos de deficiência e graus de dependência, atitudes autodirigidas e de autoadaptação, entre outros tópicos afins precisam ser mais bem explorados. A variabilidade contextual é determinante para a valoração de uma atitude como positiva ou negativa, apresentando uma complexidade para análise que demanda a observação de singularidades e dinâmicas próprias a cada contexto. O convívio entre pessoas com e sem deficiência pode ser uma oportunidade de afirmação do outro como pessoa humana, geração de pertencimento e participação que configuram soluções em acessibilidade atitudinal. Desenvolver ambientes sociais acessíveis e estabelecer referências para atitudes positivas e inclusivas é uma alternativa que demanda enfrentamento por meio da socialização e da valorização favorável da diferença.

5 ARTIGO 2: ACESSIBILIDADE ATITUDINAL: AS ATITUDES DA FAMÍLIA E AMIGOS DE ATLETAS COM DEFICIÊNCIA DE UMA EQUIPE DE BOCHA

5.1 RESUMO

A falta de acessibilidade atitudinal é um dos maiores obstáculos para a prática esportiva de pessoas com deficiência (PcD), impactando sua inclusão social e senso de pertencimento. Este estudo teve como objetivo explorar as atitudes de familiares e amigos próximos de atletas de bocha adaptada para PcD, hoje considerada um esporte paralímpico. Utilizamos uma abordagem qualitativa e exploratória. Selecionamos os participantes com pelo menos cinco anos de experiência em competições em níveis regional, estadual, nacional ou internacional. Produzimos os dados através de entrevistas semiestruturadas com nove atletas, sete familiares ou apoios e um técnico entre maio e junho de 2023. Realizamos uma análise temática e indutiva dos dados. Os resultados indicam que o suporte emocional oferecido por familiares e amigos é crucial para o bem-estar dos atletas, influenciando diretamente seu engajamento e desempenho no esporte. O acolhimento por parte da família e amigos promove um ambiente inclusivo, essencial para a motivação, atitudes e permanência dos atletas na bocha.

Palavras-chave: Acessibilidade Atitudinal; Bocha; Família; Amigos.

5.2 INTRODUÇÃO

A falta de acessibilidade é um dos principais obstáculos para a prática e engajamento esportivo das Pessoas com Deficiência (PcD) (QUEIROZ, 2022), prejudicando o acesso à oportunidades de inclusão e senso de pertencimento (QUEIROZ, 2022; SILVEIRA, 2023). Acessibilidade é um conceito genérico que se refere a qualidade de tudo que é acessível (ARAÚJO et al., 2018) e pode ser alcançada no ambiente físico através de soluções de mobilidade e vida funcional independente, e no ambiente social através de aceitação e atitudes positivas (QUEIROZ, 2022). Contudo, as atitudes não são exclusivamente ambientais, elas podem ser desenvolvidas também a partir de fatores intrapessoais (TEMUDO, 2012).

A acessibilidade pode ser classificada em sete dimensões: arquitetônica, comunicacional, aos transportes e mobilidade, programática, instrumental, natural, e

atitudinal. A acessibilidade arquitetônica, também denominada de acessibilidade física, refere-se a obstáculos e barreiras físicas presentes em vias e espaços públicos e privados. A acessibilidade comunicacional pode ser efetivada por meio de ferramentas que asseguram o intercâmbio de mensagens interpessoais como o braille, acesso a intérpretes de libras, letras de fontes alteradas e outras tecnologias assistivas afins (SASSAKI, 2019). A acessibilidade aos transportes e mobilidade refere-se à resolução de barreiras presentes em sistemas e meios de transportes que refletem em impedimentos à mobilidade. A acessibilidade programática está relacionada à superação de obstáculos presentes em políticas públicas, leis e normas formais vigentes. A acessibilidade instrumental refere-se aos utensílios, artefatos, ferramentas e objetos em geral de uso humano que apresentam condições de uso comum ou barreiras de utilização para PcD. A acessibilidade natural diz respeito ao ambiente estabelecido pela própria natureza sem a interferência humana, como terreno acidentado em montanhas e areia da praia (SASSAKI, 2019; PRADO et al., 2023).

A acessibilidade atitudinal designa o conjunto de atitudes, crenças e valores que caracterizam a percepção e o tratamento das PcD, impactando diretamente sua inclusão social (PIVIK; MCCOMAS; LAFLAMME, 2002; BARROZO et al., 2012; SILVA; HOWE, 2018; SASSAKI, 2019; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020). Este conceito abarca as barreiras e facilitadores sociais e culturais (PIVIK; MCCOMAS; LAFLAMME, 2002; ARCÊNCIO et al., 2011; PEREIRA et al., 2011; SASSAKI, 2019; MASTROGIUSEPPE; SPAN; BORTOLOTTI, 2021), é integrado por componentes afetivos, cognitivos e comportamentais (FREIRE; NASCIMENTO; ROAZZI, 2019; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020), e configurado por aspectos sociais, culturais e comunitários (PIVIK; MCCOMAS; LAFLAMME, 2002; MASTROGIUSEPPE; SPAN; BORTOLOTTI, 2021; HASHEMI et al., 2022). A acessibilidade atitudinal é apresentada através do binômio barreira-facilitador (PIVIK; MCCOMAS; LAFLAMME, 2002; ARCÊNCIO et al., 2011; PEREIRA et al., 2011; ARAÚJO et al., 2018; MASTROGIUSEPPE; SPAN; BORTOLOTTI, 2021), expresso tanto através das atitudes relacionadas ao ambiente social circundante (ROSE JUNIOR, 2002; PIVIK; MCCOMAS; LAFLAMME, 2002; ARCÊNCIO et al., 2011; PEREIRA et al., 2011; ARAÚJO et al., 2018) quanto por meio de atitudes intrapessoais (ROSE JUNIOR, 2002; DURSO; LARTNER, 2008; AUJLA; REDDING, 2013; WATSON; THARP, 2014; FREIRE; NASCIMENTO; ROAZZI, 2019; HASHEMI et al., 2022; LEAHY; FERRI,

2022), também relatadas como atitudes de automarginalização (HASHEMI et al., 2022) ou opressões internalizadas (CAMPBELL, 2009; DURSO; LARTNER, 2008; LEAHY; FERRI, 2022), não obstante não se refira apenas à atitudes negativas (ARAÚJO et al., 2018).

A acessibilidade atitudinal é determinante para o apoio social e é fonte de motivação, encorajamento e percepção positiva de inclusão (SASSAKI, 2019; QUEIROZ, 2022). Esta forma de acessibilidade pode ser compreendida como a raiz de todas as outras formas (NEWTON; ARAÚJO, 2016; FELICIANO et al., 2019), pois estão nas atitudes a origem da exclusão e da inclusão tanto em ambientes específicos, como em competições esportivas, quanto em ambientes mais amplos, como o meio urbano (FELICIANO et al., 2019).

Existe uma lacuna na literatura sobre a acessibilidade atitudinal no esporte para PcD. Conforme apontam Leahy e Ferri (2022), a literatura tem se dedicado principalmente a estudos sobre acessibilidade física em detrimento de outros tipos de acessibilidade, como a atitudinal que, de acordo com estes autores, é percebida como a maior barreira de acesso e participação. Também como afirmam Barrozo et al. (2012), a acessibilidade não consiste apenas na possibilidade de se adentrar em um ambiente, mas também na participação ativa no meio social.

Embora existam alguns estudos sobre a bocha, são poucos os que exploram o impacto da família neste contexto. De forma geral, estes estudos revelam que os atletas e familiares tendem a perceber as pessoas do ambiente deste esporte como uma segunda família (SILVA et al., 2019; FERMINO, 2020; SOLERA et al., 2021). Estes estudos também revelam que membros da família são normalmente cuidadores diretos dos atletas no contexto da bocha (SILVA et al., 2019; FERMINO, 2020), assumindo papéis como árbitro, apoio e calheiros. Isso implica em uma realidade atravessada por atitudes de familiares que interferem no acesso e nas oportunidades de participação e prática do esporte. Além disso, a permanência do atleta na bocha está associada à formação e pertencimento a um grupo (VARGAS, 2017).

O objetivo deste estudo é explorar as atitudes das famílias e amigos próximos em relação a atletas com deficiência de uma equipe de alto rendimento de bocha. Esta pesquisa pode contribuir para a ainda escassa literatura sobre o papel da família na bocha e com o desenvolvimento de estratégias de apoio e intervenções

que promovam um ambiente social mais inclusivo e acolhedor para os atletas e suas famílias.

5.3 SOBRE A BOCHA

Assim como outros jogos tradicionais, a bocha foi transmitida comumente no contexto familiar entre as gerações ao longo do tempo (STEIN; MARIN, 2013; STEIN; MARIN, 2022) e caracterizou-se rapidamente como uma manifestação de encontro entre famílias e gerações para cultivo de uma identidade grupal familiar, vicinal e de compadrio (STEIN; MARIN, 2019; STEIN; MARIN, 2022). A bocha é um jogo institucionalizado, orientado e regulamentado em que é comum em alguns contextos as famílias e comunidades comporem Sociedades e Clubes para construírem canchas de bocha e praticá-la (MARIN et al., 2012; FAGUNDES; EDUARDO, 2021). Muitas famílias construíram canchas de bocha em suas residências para diversão e agregação vicindária (MARIN et al., 2012; FAGUNDES; EDUARDO, 2021).

A bocha adaptada é uma modalidade esportiva que requer estratégia e precisão, sendo praticada principalmente por atletas com deficiências motoras resultantes de diversas condições, como paralisia cerebral, acidente vascular encefálico, distrofia muscular progressiva, entre outras. O campo de jogo possui dimensões de 6m de largura por 12,5m de comprimento, com o objetivo de lançar bolas coloridas (azuis ou vermelhas) e aproximá-las o máximo possível de uma bola branca. As competições podem ser individuais, em dupla ou em equipe (AMÂNCIO, 2019).

No âmbito dos esportes paralímpicos é adotado um sistema de classificação funcional para avaliar e categorizar os atletas conforme suas habilidades e desempenho durante as atividades esportivas, buscando garantir maior equidade nas competições. Na bocha, essa classificação funcional é dividida em quatro classes: BC1 (para atletas que lançam as bolas com mãos ou pés, podem dispor de auxílio para posicionamentos), BC2 (para atletas que lançam bolas com as mãos sem auxílio), BC3 (para atletas com maiores necessidades, que utilizam equipamentos específicos e dependem de maior apoio para lançar as bolas) e BC4 (para atletas independentes) (AMÂNCIO, 2019; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES, 2024). Os atletas da classe BC1 recebem apoio

de assistentes, geralmente familiares. Já os atletas da classe BC3 contam com auxílio de calheiros, responsáveis por ajustar as tecnologias assistivas relacionadas ao esporte, seguindo a orientação do atleta.

5.4 METODOLOGIA

Adotamos uma abordagem qualitativa e exploratória, conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas entre os meses de maio e junho de 2023, nas instalações de treinamento de uma equipe de bocha em uma cidade do sul do Brasil. Selecionamos para a pesquisa 9 atletas de uma equipe de bocha que possuíam pelo menos cinco anos de experiência em competições de níveis regional, estadual, nacional ou internacional. Nesse critério, foram escolhidos nove atletas com diversas deficiências físicas: um da categoria BC1, quatro da BC2, dois da BC3 e dois da BC4. Também participaram do estudo cinco mães/apoios, duas calheiras (auxiliares dos atletas que usam tecnologias assistivas como calhas e capacetes com hastes para lançar a bola na quadra) que também são mães, e um profissional de educação física (ver Quadro 1). Em relação aos apoios e calheiras, selecionamos aqueles que apoiavam atletas participantes da pesquisa e que tinham experiência em competições oficiais com os atletas.

Conduzimos as entrevistas pessoalmente de forma semiestruturada, registradas em áudio e vídeo, e posteriormente transcritas integralmente. Cada entrevista variou em duração, com tempos que iam de trinta minutos a três horas e trinta minutos. Dentro do grupo de atletas participantes, três apresentaram disartria, um anartria, e dois atletas tinham déficits intelectuais, todos utilizando cadeira de rodas.

Dada a diversidade de habilidades de comunicação dos participantes, adaptamos os procedimentos de coleta de dados. Durante as entrevistas, a atleta Andressa, que enfrenta disartria (dificuldade na articulação precisa das palavras), contou com a assistência de Neuseli, sua mãe e calheira, para facilitar sua comunicação. Da mesma forma, Pablo solicitou a presença de Solange, sua mãe e apoio, devido à mesma dificuldade. Já Anderson, que apresenta anartria (incapacidade completa de articulação das palavras) e utiliza uma prancha de comunicação, teve a participação de Iraci, sua mãe e calheira, para auxiliá-lo na narrativa dos eventos. Durante as entrevistas, Anderson e Iraci, assim como

Andressa e Neuseli colaboraram na construção das narrativas, visto as limitações de comunicação dos atletas. Os demais participantes foram entrevistados individualmente. O Quadro 1 apresenta algumas de suas características.

QUADRO 1. Características dos participantes.

Nome	Idade	Papel	Deficiência	Classe	Tempo de Prática
Anderson	34 anos	Atleta	Paralisia cerebral: Anartria, atetose, déficit motor global	BC3	12 anos
Andressa	39 anos	Atleta	Paralisia Cerebral: déficits motores globais e disartria	BC3	12 anos
Bianca	29 anos	Atleta	Paralisia cerebral: déficits motores e déficit intelectual	BC2	13 anos
Celina	69 anos	Mãe, apoio	Deficiência auditiva	-	14 anos
Cristiane	45 anos	Atleta	Paralisia Cerebral: Déficit motor, deficiência visual	BC2	12 anos
Darlan	44 anos	Técnico Profissional da Educação Física	N/A	-	21 anos
Eliseu	46 anos	Atleta	Distrofia Muscular de Becker: comprometimento motor progressivo	BC4	18 anos
Felipe	25 anos	Atleta	Paralisia Cerebral: déficit motor, disartria, hemiparesia E	BC2	11 anos
Iraci	63 anos	Calheira	N/A	-	12 anos
Laila	36 anos	Atleta	Paralisia cerebral: disbasia, comprometimento psicomotor, déficit intelectual	BC2	14 anos
Luciana	50 anos	Mãe, apoio	N/A	-	13 anos
Nadir	68 anos	Mãe, apoio	N/A	-	12 anos
Neuseli	69 anos	Calheira	N/A	-	12 anos
Noeli	51 anos	Mãe, apoio	N/A	-	11 anos
Pablo	29 anos	Atleta	Paralisia Cerebral: déficits motores, disartria, espasticidade, dificuldade de controle do tronco	BC1	13 anos
Rosangela	53 anos	Atleta	Comprometimento de MMSS e MMII por poliomielite	BC4	11 anos
Solange	Não informado	Mãe, apoio	N/A	-	13 anos

Transcrevemos todas as entrevistas na íntegra e conduzimos uma análise temática e indutiva dos dados, agrupando os principais temas em categorias (BRAUN; CLARKE, 2006). A partir dos achados, foram geradas codificações iniciais em uma primeira busca por temas iniciais. Após, os temas foram revisados, definidos e nomeados, posteriormente agrupados em categorias. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e autorizaram o uso de seus nomes reais. Este estudo faz parte de um projeto maior

aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná, sob o parecer nº 6.007.205.

5.5 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Apresentaremos os resultados em três seções, cada uma representando uma das principais temáticas abordadas pelos participantes: "Acolhimento x Falta de Acolhimento", "Suporte Emocional x Falta de Suporte Emocional", e "Suporte Prático x Falta de Suporte Prático".

5.5.1 1) Acolhimento x Falta de Acolhimento

Oito participantes destacaram a importância das atitudes de acolhimento por parte da família e amigos em diferentes tipos de situações:

> Eu tinha vezes de querer ficar de lado e meus amigos [e irmãos] não deixava. [...] Porque a minha própria família [...] tios, tias, primo, ia fazer festa eu queria ficar num canto, eles puxavam eu para o meio para tá bagunçando. Então assim, eu agradeço a Deus por ter essa amizade, por ter a minha família sempre ao meu lado. [...] Eles queriam que eu tivesse bem, que eu não desistisse de correr atrás dos meus sonhos, dos meus objetivos.
> (Eliseu, atleta BC4)

> Nunca chegou alguém e me disse: "ó, você não pode trazer ela aqui". [...] Ela vai em aniversário, casamento, festa assim de igreja, festa de escola que a gente vai, nunca tive problema com ela. Porque a princípio, a Laila ela é bem comunicativa né. [...] Ela não é de gritar. Então ela tem um comportamento no lugar adequado.
> (Celina, apoio e mãe de Laila, BC2)

Um dos entrevistados ressaltou o papel de um casal de tios que acolhe e inclui o seu filho em atividades fora do contexto familiar:

> Um tio que ele gosta muito leva ele [...] para o jogo do coxa. Foi esse tio e a minha cunhada, que ele mais gosta! Que trata ele tipo como se fosse um filho dele, sabe? [...] Tratam ele bem, tipo, como se fosse uma pessoa normal, sabe? Sair com ele sem, como vou dizer, vergonha. Tá saindo com ele, indo nos lugar. Acho que pelo fato de ter que tá chegando nos lugar, tipo no carro colocando na cadeira. Precisa ir no banheiro ter que tipo levar ele fazer então... os dois lá, a minha cunhada e o meu cunhado, para eles é normal. Eles levam ele no banheiro, eles tipo dão comida na boca se precisar. Então acho que os outros já não tem mais tipo muito isso, sabe? Por isso que eu acho que ele se sente meio incomodado.
> (Noeli, apoio e mãe de Felipe, BC2)

Entre os oito atletas mencionados acima, dois falaram da importância de não apenas serem acolhidos, mas também de acolherem e proverem seus filhos. Isto os motiva a participarem na vida e no esporte, para lutar, superar obstáculos e buscarem ser bem sucedidos.

> A vida me botou a cara a tapa e eu enfrentei muito bem. [...] Eu me mudei para Joinville. Coisa que eu nunca imaginei que eu ia sair da barra da saia do pai e da mãe né. Aí fui para uma cidade que eu não conhecia, não sabia de ninguém. Morei lá vinte e um anos e eu fui casada por quatorze anos. Quando eu estava grávida de gêmeos, meu marido resolveu separar de mim. [...] Nunca imaginei na minha vida! Porque dependia do pai e da mãe, depois dependia do marido e de repente nessa eu já tinha um filho de nove anos e eu vi que três pessoinhas dependiam de mim. Na hora, no caso, me deu um desespero. Mas mesmo assim, eu lutei sete anos sozinha cuidando deles, sendo pai e mãe. [...] Mercado, banco, escola, tudo era eu. Então eu consegui vencer.
> (Rosangela, atleta BC4)

> Tem vez que eu levanto assim até meio "ah, hoje tá um dia...", aí ela [filha] acorda, eu vou levar ela na escola, ela vem e olha para mim "ou papai eu te amo, ah você não sei o que". Cara! É uma coisa que eu, é igual eu falo, não posso nem reclamar hoje em dia, entendeu? Então assim, a atitude é essa, de eu olhar por eles e sempre querer mais [no esporte].
> (Eliseu, atleta BC4)

Mas nem todos os atletas se sentem bem acolhidos pela família em geral. Oito deles relataram situações de preconceito e discriminação. A passagem abaixo revela, por exemplo, o quanto alguns deles são excluídos de atividades familiares:

> A minha cunhada, uma vez ela me fez esperar enquanto ela olhava angustiada para mim. Daí ela disse: "na minha casa não!"
> (Andressa, atleta BC3)

> A minha nora aparenta [ser] a melhor pessoa do mundo, só que ela discrimina as pessoas. [...] Foram fazer um batizado. Pediram para mim ir no batizado mas não levar a Andressa, porque a Andressa baba, o nenê era novo, mas daquele jeitinho delicado, pedindo que não levasse, sabe? [...] A minha neta, ela não deixa assim nem chegar perto de nós mais por causa da Andressa. Porque ela acha que é uma doença que pegue, uma doença que vá atrapalhar a vida dela. E nessa parte ela é muito negativa, e discrimina pessoas, não é só a Andressa [que ela discrimina].
> (Neuseli, calheira e mãe de Andressa; e Andressa, atleta BC3)

Quatro entrevistados também comentaram que raramente recebe visitas:

> É raro as pessoas que vão nos visitar. E ele acha que é por causa dele mesmo. É preconceito mesmo. Mas não são todos. É alguns. Porque não olha ele, não comprimenta ele.

(Solange, apoio e mãe de Pablo; e Pablo, BC1)

Contudo, sete participantes alegaram que a falta de acolhimento por parte de algumas pessoas ao seu redor as influenciaram despertando uma atitude de abertura maior para se desenvolver no campo familiar, pessoal e desportivo.

> Mas eu acho assim que você também não pode se abater muito com isso. Eu acho que você tem que fazer atitudes que você mostre que a pessoa tá errada. [...] Não provar pra pessoa, provar pra você mesmo! A pessoa vem falar: [...] Ah, você é coitadinho e tá na cadeira!". Pô, é uma coisa que assim: que coitadinho? A gente também tá correndo atrás né, não tem nada de coitadinho. Se eu for me fazer de coitadinho, daí sim, aí eu vou perder. Aí eu acho que não tem sentido a vida. A partir do momento que você acha que você ficou numa cadeira, você tem uma deficiência que a vida acabou, daí eu acho que não tem sentido né.
> (Eliseu, atleta BC4)

> Nunca deixei os outros né falar que eu não faço isso. Eu consigo né! Aí que eu queria provar que eu conseguia fazer!
> (Rosangela, atleta BC4)

Os relatos indicam que atitudes de acolhimento por parte da família e amigos influenciam a autoconfiança e a superação de dificuldades pelos atletas. Em contraste, a falta de acolhimento e o preconceito podem gerar barreiras adicionais, afetando negativamente o desenvolvimento pessoal e esportivo dos envolvidos, demandando necessariamente o desenvolvimento de resiliência.

5.5.2 2) Suporte Emocional x Falta de Suporte Emocional

Sete participantes falaram sobre a importância do suporte emocional oferecido por familiares e amigos em momentos de dificuldade, estresse, ou para promover seu bem-estar emocional. Isso inclui demonstrações de empatia, compreensão, encorajamento, e ações que visam fortalecer o vínculo emocional e proporcionar conforto emocional.

Manifestações de confiança nos potenciais dos atletas e incentivos por parte da família e dos amigos lhes transmitem confiança em suas potencialidades e os motiva para continuarem no esporte:

> Toda a família perguntando: "Tá jogando? Treinando bastante? Como foi o jogo, o campeonato?". Eles torcem bastante e falam: “Continua! Força! Não

> desiste nunca! Você tem que continuar insistindo". Da família, todos apoiam!"
> (Neuseli, calheira e mãe de Andressa, BC3)

> Me ajudam para caramba. Eu acho que é o amor da família porque eles querem que eu vá para o campeonato. E acho assim que eles tem orgulho de mim, do que eu sou, o que eu faço né?
> (Rosangela, atleta BC4)

Conforme afirmou uma das atletas, os incentivos familiares interferem inclusive com os seus resultados esportivos.

> E toda vez que eu vou jogar de competição grande, eu digo para ela: "Tia, tô indo.". Daí ela: "Vai com calma, calma e tranquilidade e confia no seu trabalho!". E depois desse incentivo que ela dá para mim, eu não sei mais o que é [ficar] sem medalhas.
> (Bianca, atleta BC2)

Ainda de acordo com uma das participantes, o suporte emocional por parte da família é também fundamental nos momentos de derrota.

> O incentivo né? [...] Porque geralmente, o atleta só quer ganhar e ganhar, e quando perde... E aí vem a família, ne: "Não, se a gente... se você não ganhou, vamos ganhar a próxima! Você é a nossa campeã! Você é isso, você é aquilo, não baixa a cabeça e tal, bora lá!".
> (Luciana, apoio e mãe de Bianca, BC2)

Entretanto, nem todos os atletas recebem apoio emocional e encorajamento por parte de todos os membros da família. Entre os nove atletas participantes, cinco apresentaram relatos de falta de apoio na família. Isto pode interferir negativamente com o seu estado emocional e engajamento no esporte. Vide por exemplo a citação abaixo em que um atleta não possui apoio do pai.

> O pai dele é para baixo de tudo. "Ah, para quê? Vai na bocha hoje de novo?". Digo: "Vamos!", "Mas para que ir até dia de sábado?". [...] A credibilidade dele nas coisas assim é muito pouca. Então assim: "Nossa! Mas vai hoje de novo para treinar? Para que isso?". Muito negativa, meu Deus! Já machucou. Não machuca mais. Até porque, se machucasse, o próprio pai do Anderson: "Ah, mas vocês vão de novo agora no sábado?". Hã! Se ele tá sabendo desde quando que a gente vem na segunda, na quarta, na sexta, no sábado. [...] Você vê. Aí eu vou dizer: "Ai Jairo, será? Você acha que eu não vou? Melhor não ir". Não! "Tô indo, tchau!".
> (Iraci, calheira e mãe de Anderson; e Anderson, atleta BC3)

Depoimentos tais como os que citamos acima revelam que o suporte emocional por parte da família e amigos está associado à maior confiança e

persistência dos atletas no esporte. Embora cinco atletas tenham relatos de falta de apoio por parte de membros da família, o amparo das mães foi fundamental para a sua participação no esporte.

5.5.3 3) Suporte Prático x Falta de Suporte Prático

Nove participantes enfatizaram a importância de incentivos e suporte prático por parte da família e amigos para a participação na bocha. Vide por exemplo o relato abaixo onde um dos entrevistados falou sobre como um amigo o motivou para a prática do esporte:

> Eu fui conhecer com um amigo. Ele marcou de ir [...]. Aí ele foi lá em casa, chegou de moto. Eu subi na moto tudo e vi que eu podia ir. [...] Igual eu falei para ele: "cara você não errou, a minha vida andou super bem". Ele fez de tudo para mim ir, no começo eu estava meio relutante, mas depois eu aceitei e fui. Daí eu até brinco com ele hoje: "ó aí ó, a minha vida andou muito, olha aí onde eu tô! Você tem parte nisso". [...] Quase dezoito anos de bocha. E por um amigo que me levou conhecer a ADFP!
> (Eliseu, atleta BC4)

Conforme o relato de seis entrevistados, a família é também fundamental para o transporte dos atletas. Sem ela, a maior parte deles dificilmente conseguiria comparecer aos treinos e campeonatos considerando as suas dificuldades motoras.

> A família é tudo, tudo que um atleta é de bom. [...] Sem eles [a família] eu não conseguia chegar, não conseguia jogar, não conseguia fazer o que eu faço hoje que é treinar, e jogar, é ser feliz. [...] Sem apoio da família, nada disso... nada disso você consegue.
> (Felipe, atleta BC2)

> A dificuldade da pessoa chegar no local de treino. Se o local não é acessível, se o local é difícil de chegar, se a pessoa mora muito longe é complicado. [...] A família que às vezes não entende [e não ajuda com o transporte]. Pode ser o melhor atleta do mundo, mas se a família não compra a ideia o atleta não rende.
> (Darlan, educador físico, técnico e treinador de bocha)

Sete participantes ressaltaram a importância do suporte financeiro por parte da família para que possam treinar, comprar equipamentos esportivos e participar em competições.

> Ela ficou assim: "Dona Iraci, mas a senhora vai pagar dois mil e pouco numas bolinha?" Quer dizer, não valoriza porque acha: "nossa, porque esse dinheiro todo numas bolinha?". Sem saber a importância que essas bolinha tem. [...] E o filho da minha vizinha falou "nossa, mas todo esse dinheiro para comprar umas bolinha?". Porque a qualidade né, é registrada, é tem lá

> os carimbos necessários que precisa. [...] Então eles não sabem nada disso né.
> (Iraci, calheira e mãe de Anderson; e Anderson, atleta BC3)

> Então a família ajuda bastante porque ano passado eu precisava comprar as passagens para ir para o Brasileiro em Uberlândia e a família fez uma vaquinha nas redes sociais, cada um pediu para quem conhecia para divulgar. Conseguiram o valor das passagens minha e da minha tia.
> (Rosangela, atleta BC4)

A ajuda da família foi destacada também em pequenas coisas, como lhes passar as muletas ou pegar e lhes entregar as bolinhas durante o jogo.

> As minhas sobrinhas que eram tudo novinhas no tempo que eu comecei, tinham sete para oito anos me ajudavam, ficavam pegando bolinha para mim.
> (Eliseu, atleta BC4)

Uma das atletas falou ainda sobre outro papel de sua família, mais especificamente de sua mãe que cuida de suas crianças para que ela possa se dedicar às atividades esportivas.

> A minha mãe me apoia em cuidar das minhas crianças e eu viajo tranquila.
> (Rosangela, atleta BC4)

Quatro entrevistados falaram sobre o papel de algumas mães que, para apoiar seus filhos na prática da bocha, precisam enfrentar a resistência de pessoas próximas, pois acreditam nos benefícios do esporte.

> Ela [amiga próxima da família] ia pensar "isso aí vai dar dinheiro?", "Olha, se você tiver certeza que você ganha, investe. Agora se não tiver, deixa quieto, guarda o dinheiro". Porque tem a pessoa dinheirista que ele não vê, principalmente se for do outro, possibilidades né? E uma coisa também é a pessoa que conhece já, sabe que é pobre, sabe que é humilde, e pensa dessa forma já imagina "ah, não ganha salário, só gasta, para quê?". Mas não sabe a importância que tem da saúde, do bem estar, do prazer sabe, de jogar uma bolinha de fazer aquele ponto sabe "nossa, aquele ponto fechou, ganhei o campeonato com aquele ponto".
> (Iraci, calheira e mãe de Anderson; e Anderson, atleta BC3)

Em alguns casos, as mães apoiam sozinhas o envolvimento de seus filhos no esporte.

> Ah da minha família, nem apoia nem facilita. É eu, eu, mais eu, mais eu, mais eu, é eu e ela [Cristiane] só. Olha, eu porque eu não sei. Ninguém me ajuda eu com ela em nada. [...] Olha eles falam que eles não conseguem lidar com ela né. Que é eu que sei né. Medo nada. É preguiça mesmo.

(Nadir, apoio e mãe de Cristiane, BC2)

O suporte da família é essencial em vários sentidos. Também existem casos em que mães abandonam a sua carreira profissional e projetos pessoais em prol da participação de seus filhos na bocha.

> As próprias famílias aqui né, a Lu, a Celina, a dona Neusa, a dona Iraci que deixam a vida delas para que os filhos aí possam tá seguindo a carreira na modalidade, é uma abdicação tremenda.
> (Darlan, educador físico, técnico e treinador de bocha)

Se por um lado alguns atletas possuem o apoio de um ou mais membros da família, outros não têm apoio de ninguém, o que pode levar à desistência da prática esportiva.

> É então, isso daí atrapalha muito, porque se nem a própria família tá junto, igual eu falei, a bocha é um esporte mais familiar. Os calheiros ali a maioria das vezes é irmão, é primo, é mãe né, é mulher. Eu já escutei histórias de a própria família não tá junto, da própria família não acreditar né. Da própria família não querer que a pessoa esteja ali, de querer que a pessoa fique mais isolada.
> (Eliseu, atleta BC4)

Conforme o técnico da equipe, a ausência do envolvimento da família na atividade esportiva pode prejudicar o desenvolvimento e a motivação dos atletas.

> A gente já teve né pessoas que deixavam os filhos lá treinando com a gente e "que horas que termina?" né. Não se envolvia, não queria se envolver. A gente chegou a ter atletas que tinham um ótimo desempenho, mas quando a gente chamava para ir numa competição, a família não se interessava em levar e acabou que esse atleta né desistiu de jogar.
> (Darlan, educador físico, técnico e treinador de bocha)

Os relatos acima evidenciam a importância do suporte prático da família e amigos para atletas com deficiência da bocha e destacam que a ausência desse suporte pode impactar negativamente o desempenho e continuidade deles no esporte.

5.6 DISCUSSÃO

As evidências destacaram o papel da família e amigos oferecendo suporte prático, financeiro e emocional aos atletas. A família foi sublinhada ainda como loco

de atitudes positivas de apoio, mas também como foco de preconceito e discriminação.

Os resultados acerca das atitudes de suporte foram semelhantes com os de pesquisas que envolveram atletas de modalidades convencionais nas quais eles falaram sobre a importância do suporte emocional (FERREIRA; MORAES 2012, MASSA et al 2014, SCHIAVON; SOARES 2016, FERREIRA JUNIOR 2021) e financeiro por parte da família (FERREIRA; MORAES 2012; MASSA et al 2014; SCHIAVON; SOARES 2016; VARGAS; CAPRARO 2020; ROCHA 2021). Comparativamente, o suporte prático possui maior envolvimento dos pais do que das mães nos esportes convencionais, apresentando maior evidência através do aconselhamento tático, assim como o acompanhamento nos jogos e treinos dos filhos (CLARKE; HARWOOD; CUSHION 2016; KOZAK; GASPAROTTO, 2018; NAKASHIMA et al. 2018; REIS; FERREIRA; MORAES 2018; ALVES; BECKER 2021). No contexto dos atletas da bocha que fizeram parte deste estudo, o apoio prático é desempenhado pelas mães com pouco ou nenhum envolvimento dos pais. No universo da bocha, o apoio prático aparentemente está associado ao papel de cuidador desempenhado predominantemente por mulheres da família como mães e esposas.

Os dados revelaram a importância da participação direta da família nos treinos, partidas e competições em funções como apoio e calheiras, imprescindíveis para responder às demandas das atividades esportivas de atletas com maior limitação motora e dependência funcional. Estes dados são consistentes com os achados de Fermino (2019) que também apontaram a importância da participação da família diretamente nas atividades esportivas de atletas da bocha. Outros estudos com diversas modalidades paradesportivas também apontaram a importância e o impacto da família no contexto do paradesporto através do suporte prático (VARGAS, 2017; CAVEDINI; BISNETO, 2020; SOUSA et al., 2021; VIEIRA; COLERE; SOUZA, 2021; FEITEN et al., 2023; SANCHOTENE, 2023), financeiro (CAVEDINI BISNETO, 2020; LIMA, 2021; SILVA, 2022; VIEIRA; COLERE; SOUZA, 2021) e emocional (SANTOS, 2016; VARGAS, 2017; LIMA, 2021; SOUSA et al., 2021; CARDOSO; BASTILHA; NICOLETTI, 2022; ARAÚJO et al., 2023). Este tipo de suporte é fundamental para a participação e permanência de atletas no esporte. Comumente a bocha demanda maior envolvimento familiar com apoio prático no

contexto esportivo em comparação a outras modalidades paradesportivas, uma vez que ela acolhe atletas com maior nível de dependência funcional.

Alguns atletas e familiares podem considerar inicialmente a deficiência como um impedimento para a prática de um esporte. Essa perspectiva pode estar associada a uma percepção de que as PcD são incapazes de praticar esportes (LOPES, 2022). Percepções como estas são semelhantes em contextos esportivos considerados hegemonicamente masculinos como o futebol (FREITAS; BAZHUNI; LIMA, 2023) e o skate (SILVA; CASTRO, 2023). De acordo com os participantes, a aproximação do esporte através de amigos e o apoio familiar gradualmente construído foram fundamentais para o aproveitamento de oportunidades de iniciação e permanência no esporte.

A participação dos atletas da bocha nas atividades esportivas se faz 'com' e 'através' da família seja com a logística envolvida na atividade ou diretamente na prática da bocha (FERMINO, 2020; CIESIELSKI JUNIOR, 2021). A excelência no paradesporto pode estar intimamente relacionado com o apoio social da família pois compartilham os sonhos dos atletas, as alegrias e as tristezas de cada momento. Essa realidade pode se tornar mais frequente em contextos de maior dependência funcional, pois PcD com maior comprometimento da independência na vida diária podem necessitar de maior apoio prático com transporte, alimentação, higiene pessoal e atividades esportivas, dentre outras (LIMA et al, 2021).

Vários participantes falaram sobre a importância do suporte emocional da família sob a forma de incentivos, encorajamento, tranquilização e demonstrações de cuidados. Estas manifestações de apoio refletem o fortalecimento de vínculos familiares e o desenvolvimento de autoconfiança, segurança, motivação, concentração e bem estar dos atletas. A convivência entre os familiares e atletas no ambiente esportivo também pode indicar uma alternativa para a lacuna social deixada por uma pobre rede social, potencializando o suporte emocional e afetivo entre familiares e atletas.

O suporte emocional familiar pode ser estruturante da saúde mental através da troca de valores mútuos, impactando a redução dos níveis de estresse e auxiliando na organização de manifestações comportamentais, cognitivas e afetivas (AIZAVA, 2011). De acordo com Rees e Freeman (2010) e Aizava (2011), o apoio emocional da família pode contribuir com uma variação de até 24% sobre a performance esportiva diminuindo os efeitos do estresse. No contexto esportivo, as

pessoas são movidas por valores que se formam constantemente durante as relações. É a partir do relacionamento que a organização dos indivíduos acontece, quando há outras pessoas disponíveis para conversar, escutar, inspirar confiança e expressar preocupação e simpatia (AIZAVA, 2011).

Os dados revelam duas realidades comuns em relação ao suporte prático. A primeira aborda a abdicação de carreira profissional e projetos pessoais das cuidadoras principais de alguns atletas para dedicarem-se aos seus filhos. Essa realidade possivelmente acontece em contextos em que outro membro da família supre o suporte financeiro ou situações em que a família subsiste a partir de benefícios e complementações informais de renda que, em vários casos, provêm do atleta. A segunda refere-se à mobilização familiar para providenciar parcialmente ou totalmente os custos implicados na participação do atleta no esporte. Para tanto, é crucial a valorização e reconhecimento do esporte como um contexto de vida legítimo e necessário. Um atleta da equipe recebe bolsa atleta e, com uma possível complementação de renda com outros benefícios, pode ter a renda principal para a sua família.

A família se destaca no contexto do paradesporto como importante fonte de suporte financeiro (VIEIRA; COLERE; SOUZA, 2021; CAVEDINI BISNETO, 2020) para suprir necessidades de alimentação, moradia e alojamento, transporte e equipamentos esportivos. A escassez de financiamento, materiais e profissionais favorece o potencial do esporte em promover a união entre as pessoas, fortalecer relações sociais e propiciar auxílio e a cooperação mútua mesmo em contextos competitivos (CAVEDINI BISNETO, 2020). Para Lima (2021) a falta de apoio familiar e os desafios com suporte financeiros podem ser obstáculos na trajetória esportiva do atleta e, quando superados, “fazem o bronze ter sabor de ouro” em uma referência a uma grande gratificação com um bom resultado.

Os participantes relataram atitudes positivas em relação à família no contexto de vida geral como fontes do sentimento de pertencimento e acolhimento. Houve dois relatos de atletas sobre a importância de seus papéis parentais que lhes proporciona um senso de pertencimento e de responsabilidade que culminaram em mudanças profundas de autopercepção em relação à própria deficiência e limitações. A experiência da paternidade e da maternidade trouxeram também novos propósitos de vida que demandaram determinação e resiliência, sendo papéis transformadores da própria noção de lugar no mundo.

A autoestima, imagem corporal, auto percepções positivas, ocupação de lugares na sociedade são potencializadas e desenvolvidas a partir da convivência com outras pessoas. PcD com vida social ativa podem se apresentar mais confiantes, com bom relacionamento interpessoal, papéis estruturados no trabalho e estudo, atitudes positivas e autônomas no âmbito da família e amigos, prevenindo privações em relações sociais (DOESCHER; NUNES, 2019).

Os participantes com maior comprometimento funcional relataram também focos de atitudes negativas no contexto familiar baseados em preconceitos, distanciamentos e falta de interação familiar possivelmente em razão da deficiência. Estas atitudes foram apontadas pelos participantes como associadas ao sentimento de rejeição e fontes de desconforto.

Quanto maior o comprometimento da deficiência da pessoa, maior pode ser a dificuldade da família em estabelecer vínculos afetivos com ela. Ao mesmo tempo, pode incidir a culpa dos pais sobre o contexto de vida dos filhos com deficiência que no anseio de protegê-los de atitudes desagradáveis e discriminatórias tendem a limitar o convívio social e familiar de seus filhos (OLIVEIRA; GALVÃO; CAIRES, 2020). A interação entre os ajustes dos papéis familiares necessários para garantir diferentes formas de cuidado, a experiência de barreiras físicas e atitudinais vivenciadas no cotidiano, a coesão familiar e espiritualidade são elementos essenciais para o enfrentamento de adversidades comuns como o preconceito e outros eventos estressores. A aceitação da deficiência dos filhos pelos pais também pode influenciar fortemente a percepção positiva por parte de outros familiares e da própria pessoa com deficiência, reforçando a necessidade de um suporte emocional parental na vida cotidiana (AGUIAR; MORAIS, 2022). Estas questões revelam a complexidade relacionada às atitudes de familiares em relação às PcD. Quanto maior a dependência funcional para as atividades de vida diária, maior a dependência do atleta do suporte familiar para acessar e permanecer no esporte.

5.7 CONCLUSÃO

Este estudo revela que a acessibilidade atitudinal para os participantes está relacionada com acolhimento, suporte emocional e suporte prático, que por sua vez, impactam a participação, desempenho e permanência dos atletas com deficiência no esporte. Verificamos que o envolvimento familiar gera impactos na saúde mental,

desenvolvimento pessoal e desempenho esportivo dos atletas. O suporte prático fornecido pelas famílias, como transporte, compra de equipamentos e suporte logístico durante treinos e competições é fundamental. Para muitos atletas, a permanência no esporte depende diretamente desse suporte, particularmente em função de suas limitações físicas.

Verificamos que a família não apenas fornece suporte material e logístico, mas através de suas atitudes também desempenha um papel fundamental interferindo no fortalecimento dos vínculos dos atletas no meio social, na promoção da autoconfiança e na superação de desafios relacionados à deficiência. O envolvimento familiar, particularmente de mães e cuidadores diretos, ajuda a criar um ambiente inclusivo e de incentivo, sendo um fator motivador central para a participação contínua dos atletas no esporte.

Embora a maioria dos atletas tenha relatado atitudes de acolhimento, alguns experimentaram preconceito e exclusão por parte de familiares. Essas atitudes impactaram negativamente o engajamento social e esportivo. O suporte emocional consistente de familiares e amigos foi associado a melhores desempenhos nas competições e à resiliência em momentos de derrota. Incentivos frequentes fortaleceram a autoconfiança e a determinação dos atletas. O suporte prático e emocional era predominantemente oferecido por mães, com uma ausência de pais no processo de apoio esportivo.

Esta pesquisa se limitou a investigar a percepção de um grupo de praticantes de bocha. Os seus resultados, portanto, não podem ser generalizados. Ela também não oferece longitudinalidade, portanto não nos permite avaliar a evolução e as mudanças das atitudes e das percepções dos entrevistados em diferentes momentos da vida e da trajetória esportiva deles. Futuros estudos podem diversificar contextos e ampliar o número de participantes para observar possíveis variações contextuais em relação às atitudes, como também mudanças ao longo do tempo.

6 ARTIGO 3: ACESSIBILIDADE ATITUDINAL NO ESPORTE PARALÍMPICO: UM ESTUDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE INTEGRANTES DE UMA EQUIPE DE BOCHA

6.1 INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Brasil há pelo menos 18,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência (IBGE, 2023). A população com deficiência apresenta risco elevado de sedentarismo e desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (CORRÊA et al. 2021; LUNA et al., 2021). Frente a isso, processos de inclusão social e as barreiras e facilitadores de acesso para as pessoas com deficiência (PcD) têm sido estudados e discutidos por variados campos de conhecimento que indicam legislações, tratados e convenções para estabelecer a garantia de direitos à acessibilidade em diferentes áreas da vida (BARROZO et al., 2012; SANTOS; PEREIRA, 2023). Entre essas áreas está o esporte adaptado para PcD, também designado como paradesporto. Este, por sua vez, é constituído por modalidades esportivas adaptadas dos esportes convencionais (em suas regras, locais, quadras, materiais), como também de modalidades desportivas distintas, dedicadas especificamente para PcD (CORRÊA et al., 2021).

Os benefícios do esporte para as PcD são diversos. Entre os mais conhecidos estão: a prevenção do isolamento social e aproximação da vida comunitária; melhora do autoconceito e da autoeficácia; incentivo à empatia; melhora do humor; diminuição do estresse; ajudando no reconhecimento do próprio potencial e no senso de independência; e contribuindo para o desenvolvimento saudável da coordenação motora e dos sistemas musculoesquelético e cardiovascular; promovendo a inclusão e o sentimento de pertencimento, bem como a conquista de espaço na sociedade; desconstruindo estigmas sociais e reduzindo a discriminação (BARROZO et al., 2012; CORRÊA et al. 2021).

O contexto social é um meio central em que as pessoas adquirem e desenvolvem habilidades, atribuem significados, estruturam aprendizado. Mas, este contexto também é fonte de incapacidades pois nele há o reconhecimento de deficiências atribuídas aos indivíduos (BARROZO et al., 2012). Portanto, a acessibilidade figura como aspecto imprescindível para assegurar a participação e

acesso às oportunidades de desenvolvimento da pessoa com deficiência, tanto no esporte como em outras áreas da vida.

A acessibilidade atitudinal refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e valores que constituem a percepção e o tratamento das PcD, impactando diretamente sua inclusão social (PIVIK; MCCOMAS; LAFLAMME, 2002; BARROZO et al., 2012; SILVA; HOWE, 2018; SASSAKI, 2019; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020). Este conceito abrange as barreiras e facilitadores sociais e culturais (PIVIK; MCCOMAS; LAFLAMME, 2002; ARCÊNCIO et al., 2011; PEREIRA et al., 2011; SASSAKI, 2019; MASTROGIUSEPPE; SPAN; BORTOLOTTI, 2021), é integrado por componentes afetivos, cognitivos e comportamentais (FREIRE; NASCIMENTO; ROAZZI, 2019; LEAL; EUSÉBIO; ROSA, 2020), e caracterizado por aspectos sociais, culturais e comunitários (PIVIK; MCCOMAS; LAFLAMME, 2002; MASTROGIUSEPPE; SPAN; BORTOLOTTI, 2021; HASHEMI et al., 2022). A acessibilidade atitudinal é discutida através do binômio barreira-facilitador (PIVIK; MCCOMAS; LAFLAMME, 2002; ARCÊNCIO et al., 2011; PEREIRA et al., 2011; ARAÚJO et al., 2018; MASTROGIUSEPPE; SPAN; BORTOLOTTI, 2021), expresso tanto através de atitudes relacionadas ao ambiente social circundante (ROSE JUNIOR, 2002; PIVIK; MCCOMAS; LAFLAMME, 2002; ARCÊNCIO et al., 2011; PEREIRA et al., 2011; ARAÚJO et al., 2018) quanto por meio de atitudes intrapessoais (ROSE JUNIOR, 2002; DURSO; LARTNER, 2008; AUJLA; REDDING, 2013; WATSON; THARP, 2014; FREIRE; NASCIMENTO; ROAZZI, 2019; HASHEMI et al., 2022; LEAHY; FERRI, 2022), que embora se refiram também à atitudes positivas (ARAÚJO et al., 2018), quando negativas também são designadas como atitudes de automarginalização (HASHEMI et al., 2022) ou opressões internalizadas (CAMPBELL, 2009; DURSO; LARTNER, 2008; LEAHY; FERRI, 2022).

Embora a acessibilidade atitudinal seja um tema discutido com frequência na área da educação para investigação sobretudo da inclusão social (PONTE; SILVA, 2015), há uma lacuna na literatura no que diz respeito à acessibilidade de PcD no paradesporto (QUEIROZ, 2022) e outras áreas como saúde (CRUZ et al., 2020) e sociologia (SILVA, 2022). As barreiras atitudinais não são visíveis como as físicas. Elas são comumente inconscientes, portanto dificilmente reconhecidas por quem as pratica e o desconhecimento a seu respeito é fundamental para sua estruturação (PONTE; SILVA, 2015; CRUZ et al., 2020).

O objetivo deste estudo é investigar a percepção de integrantes de uma equipe de bocha adaptada a respeito de questões relativas à acessibilidade atitudinal no ambiente da prática deste esporte. A relevância deste estudo reside na possibilidade de proporcionar subsídios para uma maior compreensão, atenção e assertividade nas atitudes e intervenções "no" e "através" do esporte para PcD, além de contribuir para um tópico de literatura importante e escasso.

6.2 SOBRE A BOCHA

A bocha para pessoas com deficiência é um esporte que demanda estratégia e precisão, sendo jogado principalmente por atletas com deficiências motoras causadas por diversas condições, como paralisia cerebral, distrofia muscular progressiva, acidente vascular encefálico, entre outras. O campo de jogo mede 6 metros de largura por 12,5 metros de comprimento, e o objetivo é lançar bolas coloridas (azuis ou vermelhas) para que fiquem o mais próximo possível de uma bola branca. As competições podem ser realizadas de forma individual, em dupla ou em equipe (AMÂNCIO, 2019).

No contexto dos esportes paralímpicos, é utilizado um sistema de classificação funcional para avaliar e categorizar os atletas de acordo com suas habilidades e desempenho nas atividades esportivas, visando garantir maior justiça nas competições. Na bocha, essa classificação é dividida em quatro categorias: BC1 (para atletas com paralisia cerebral que lançam as bolas com mãos ou pés e podem contar ou não com auxílio para se posicionarem), BC2 (para atletas com quadriplegia espástica ou com atetose/ataxia, que lançam bolas com as mãos sem assistência), BC3 (para atletas com disfunções motoras graves nas extremidades dos quatro membros e amplitude de movimento insuficiente para participação independente, que utilizam equipamentos específicos e requerem maior suporte de assistentes para lançar as bolas) e BC4 (para atletas com condições não cerebrais de disfunção motora grave sem espasticidade, ataxia e atetose, que apresentam destreza suficiente para lançar bolas sem auxílio de assistente) (AMÂNCIO, 2019; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES, 2024). Os atletas da classe BC1 podem receber ajuda de assistentes, geralmente familiares. Já os atletas da classe BC3 são auxiliados por calheiros, que ajustam as tecnologias

assistivas conforme a orientação do atleta. As classes BC2 e BC4 não são elegíveis para receberem auxílio durante as partidas.

6.3 METODOLOGIA

A pesquisa foi de natureza qualitativa e exploratória, sendo realizada por meio de entrevistas entre maio e junho de 2023, nas instalações de treinamento de uma equipe de bocha em uma cidade no sul do Brasil. Selecionamos para o estudo nove atletas de uma equipe de bocha com pelo menos cinco anos de experiência em competições de bocha em níveis regional, estadual, nacional ou internacional. Com base nesse critério, selecionamos nove atletas com diferentes deficiências físicas: um da categoria BC1, quatro da BC2, dois da BC3 e dois da BC4. Além dos atletas, participaram do estudo cinco mães/apoios, duas calheiras (auxiliares dos atletas que utilizam tecnologias assistivas como calhas e capacetes com hastes para lançar a bola na quadra) que também são mães, e um profissional de educação física (ver tabela 1). Em relação aos apoios e calheiras, selecionamos aqueles que davam suporte aos atletas participantes da pesquisa e que tinham experiência em competições oficiais com os atletas.

As entrevistas foram semiestruturadas e realizadas presencialmente. As registramos em áudio e vídeo, e depois as transcrevemos na íntegra. Cada entrevista teve uma duração variada, entre trinta minutos e três horas e trinta minutos. Entre os atletas participantes, três apresentaram disartria, um anartria e dois tinham déficits intelectuais, sendo todos usuários de cadeira de rodas.

Dada a diversidade nas habilidades de comunicação dos participantes (ver TABELA 1), ajustamos os procedimentos de coleta de dados. Nas entrevistas, a atleta Andressa, que tem disartria (dificuldade em articular palavras com precisão), foi auxiliada por sua mãe e calheira, Neuseli, para facilitar a comunicação. De modo semelhante, Pablo contou com a presença de Solange, sua mãe e apoio, devido à mesma dificuldade. Anderson, que tem anartria (incapacidade completa de articular palavras) e utiliza uma prancha de comunicação, foi assistido por Iraci, sua mãe e calheira, para relatar os eventos. Durante as entrevistas, Anderson e Iraci, Andressa e Neuseli, Solange e Pablo colaboraram na construção das narrativas devido às limitações de comunicação dos atletas. Os demais participantes foram entrevistados individualmente.

QUADRO 1. Características dos participantes.

Nome	Idade	Papel	Deficiência	Classe	Tempo de Prática
Anderson	34 anos	Atleta	Paralisia cerebral: Anartria, atetose, déficit motor global	BC3	12 anos
Andressa	39 anos	Atleta	Paralisia Cerebral: déficits motores globais e disartria	BC3	12 anos
Bianca	29 anos	Atleta	Paralisia cerebral: déficits motores e déficit intelectual	BC2	13 anos
Celina	69 anos	Mãe, apoio	Deficiência auditiva	-	14 anos
Cristiane	45 anos	Atleta	Paralisia Cerebral: Déficit motor, deficiência visual	BC2	12 anos
Darlan	44 anos	Técnico Profissional da Educação Física	N/A	-	21 anos
Eliseu	46 anos	Atleta	Distrofia Muscular de Becker: comprometimento motor progressivo	BC4	18 anos
Felipe	25 anos	Atleta	Paralisia Cerebral: déficit motor, disartria, hemiparesia E	BC2	11 anos
Iraci	63 anos	Calheira	N/A	-	12 anos
Laila	36 anos	Atleta	Paralisia cerebral: disbasia, comprometimento psicomotor, déficit intelectual	BC2	14 anos
Luciana	50 anos	Mãe, apoio	N/A	-	13 anos
Nadir	68 anos	Mãe, apoio	N/A	-	12 anos
Neuseli	69 anos	Calheira	N/A	-	12 anos
Noeli	51 anos	Mãe, apoio	N/A	-	11 anos
Pablo	29 anos	Atleta	Paralisia Cerebral: déficits motores, disartria, espasticidade, dificuldade de controle do tronco	BC1	13 anos
Rosangela	53 anos	Atleta	Comprometimento de MMSS e MMII por poliomielite	BC4	11 anos
Solange	Não informado	Mãe, apoio	N/A	-	13 anos

Transcrevemos as entrevistas na íntegra e realizamos uma análise temática e indutiva dos dados, identificando os principais temas abordados e os codificamos (BRAUN; CLARKE, 2006). Posteriormente, revisamos, definimos e nomeamos os temas, os quais foram agrupados em categorias. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e autorizaram o uso de seus nomes reais. Este estudo faz parte de um projeto maior aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná, sob o parecer nº 6.007.205.

6.4 RESULTADOS

Os relatos foram organizados em quatro temas: “Atitudes do técnico/treinador”; “Atitudes da Equipe: colegas atletas, apoios e calheiras”; “Atitudes de agentes do campo da Educação Física e do Esporte”; “Atitudes intrapessoais do atleta”.

6.4.1 1) Atitudes do técnico/treinador

Nove participantes relataram o apoio e dedicação do técnico/treinador da equipe para sua permanência no esporte.

> O professor Darlan [...] tem um conhecimento das condições da gente. E ele sempre apoiou dando um jeito para ajudar, procurando formas para ajudar dentro daquilo que ele podia.
> (Iraci, mãe e calheira de Anderson; e Anderson, BC3)

> Nós temos um professor também que é muito dedicado né. Porque além dele ser professor de coisa, ele tem amor a nossa categoria. [...] E ele se dedica... eu às vezes até acho que ele... coitado. Faz mais do que ele podia. [...] E ele se preocupa em ajudar, em montar aqui, em montar lá, ele vai atrás, ele procura e pesquisa e ainda por cima, ele vai fazendo pós-graduação em cima disso né. Cada vez ele se aperfeiçoa mais!
> (Celina, mãe e apoio de Laila, BC2)

Os atletas ressaltaram o quanto os incentivos do técnico/treinador são importantes para a sua permanência no esporte.

> O professor Darlan é um cara que ele sempre incentivou positivamente. Teve vezes de eu não ter condições de ir para o treino, eu ia até a associação de ônibus, de lá eu ia com ele de carro para o treino, depois ele me deixava em casa né.
> (Eliseu, atleta BC4)

> O professor me ajudou bastante nessa parte. Sem o professor Darlan eu não ia conseguir ser esse atleta que eu sou hoje. De autoconhecimento de conseguir muito o meu objetivo. A minha mãe e o professor Darlan. Ele dá o treino, ele dá força. Ah ele, tipo assim, motiva a gente a ganhar todo dia.
> (Felipe, atleta BC2)

As falas do técnico/treinador demonstram o quanto ele é cuidadoso no trato com os atletas.

> E aí que vem a questão da capacitação técnica né que é você interpretar essa situação ali com o atleta e qual é a melhor maneira de você comunicar com o atleta e dele estar vivo nas outras parciais né. Então errou, errou.

> Ninguém quer errar. Né, só que você tem que saber de que forma você acorda o atleta para ele poder estar desenvolvendo.
> (Darlan, educador físico, técnico e treinador de bocha)

> Uma vez o Eliseu, semifinal, foi disputada entre ele e o Dirceu e ele tava perdendo a semifinal. E aquilo foi uma derrota gigantesca para ele né. No dia seguinte ele ia disputar o bronze e eu percebi que ele tava bem chateado. Eu fui lá e fiz a mesma jogada que ele precisava ter executado [...]. Na primeira bola ele foi lá e fez o que ele devia ter feito. Aí ele: "Putz!". Aí eu: "Tá vendo? [...] Você viu o que você consegue. Você vai jogar contra um inglês, vai tá o ginásio inteiro torcendo para ele, contra você, mas você vai dar o seu melhor. Bora lá, vamo junto aí". Aí ele conta que na primeira parcial ele ainda tava pensando na semifinal que ele podia ter feito. Mas daí ele lembrou: "não, essa medalha também é medalha, então vamo entrar no jogo aí e vamo ganhar essa medalha". E ele acabou ganhando a medalha.
> (Darlan, educador físico, técnico e treinador de bocha)

Mas conforme alguns relatos, nem todos os profissionais do esporte oferecem suporte emocional para os atletas, o que tende a gerar dificuldades.

> Em dois mil e onze eu fui para São Paulo com a Petra [...]. Quando foi numa sexta-feira, eu cheguei por último na largada de treinamento. Até um treinador disse para mim: "Você tem certeza que você vai aguentar chegar domingo? Porque você chegou tão cansada. Você tem certeza que você vai conseguir correr?". Eu falei para ele: "Vou! Vou conseguir correr". Cheguei no domingo, eu corri e eu ganhei o primeiro lugar lá na corrida. Aí ele olharam para mim "pois é, você é uma vitoriosa". E isso me marcou muito, porque eles chegaram para mim e disseram que eu não ia dar conta. [...] Aí eles até falam para mim: "a gente duvidou de você e você tem uma capacidade muito grande."
> (Bianca, atleta BC2)

Os depoimentos de vários entrevistados demonstraram que o apoio e a dedicação do técnico/treinador são fortemente associados com a motivação e a permanência dos atletas no esporte, destacando a importância de incentivos positivos e intervenções eficazes durante momentos críticos. No entanto, como alguns atletas disseram, a falta de suporte emocional adequado por parte de alguns técnicos/treinadores pode impactar negativamente a confiança e o desempenho dos atletas.

6.4.2 2) Atitudes da equipe: colegas atletas, apoios e calheiras

Sete participantes descreveram atitudes de colegas atletas, apoios e calheiras como fundamentais para o seu bem estar e permanência na prática

esportiva. A ajuda instrumental de outros atletas e apoios, também foi citada como uma atitude facilitadora para o desempenho de atividades de vida diária.

> Um ajuda o outro. Eles conversam né. Ai gente! Igual a Cris [atleta, BC2], os deficientes, quem fica de cadeira, a Cris já ajuda. Ela ajuda a empurrar né, a Andressa mesmo ela cansou de empurrar a Andressa, ajudar até a ir no banheiro. Que antes a Andressa andava de joelho, ela ia para o banheiro quase sozinha. A Cris ajudava ela. Agora já não ajuda mais porque a Andressa cresceu muito né e tá bem mais grande, mais pesada.
> (Nadir, mãe e apoio de Cristiane, BC2)

Alguns atletas dependem de apoio direto para que possam jogar:

> Ele falou que tem pessoas aqui que ajudam ele. A mãe dele né, aí tem a outra a dona Nadir que também ajuda para dar uma bola para lançar de vez em quando né. Então aqui uma ajuda o outro na verdade, então aqui a gente é tudo, amigo. Se eu não to aqui, se eu der uma fugidinha para ir no banheiro sempre tem um que auxilia ele, dá a bolinha dá né.
> (Solange, mãe e apoio de Pablo; e Pablo, atleta BC1)

Seis entrevistados relataram que o suporte social oferecido pela equipe é essencial para a construção de significado para a participação no esporte e ruptura do isolamento domiciliar.

> Assim, uma má experiência de um dizer para o outro assim: "Ah bobagem você ir lá! Você treina, treina, não ganha nada, não leva nada. Mas nem sempre o ganhar em dinheiro é o essencial para aquele deficiente que tá em casa. Às vezes a convivência, a sociabilidade muito mais que o dinheiro que o esporte em si ele não dá um retorno financeiro. Mas a sociabilização, aí sim. Esse é o retorno! É o retorno que talvez quem é... tipo, impossibilitou o outro de chegar, ele só pensava na parte financeira, e não na parte social né. Muitos ficam dentro de casa não querem mais viver. E aqui a gente vive.
> (Luciana, mãe e apoio de Bianca, BC2)

A fala abaixo de uma das entrevistadas revela o quanto as atitudes do grupo em reconhecer os seus potenciais e acolhê-la na equipe são fundamentais.

> É que a gente chega sem saber nada e fica separado ali para aprender né. Mas fiquei um mês só, daí depois já fui incluída. Faz parte da adaptação da equipe aqui no caso. Normal com todo mundo. Ah daí foi uma coisa muito boa que agora eu não quero nem sair. [...] Cheguei aqui e já foram acreditando que eu era capaz. Foi uma experiência muito boa de não duvidarem sabe.
> (Cristiane, atleta BC2)

Dois entrevistados relataram que houve situações em que membros da equipe inclusive ajudaram outros membros financeiramente para que estes pudessem participar de um campeonato.

> O Anderson precisava de um uniforme para ir para o campeonato né. E o Rogério comprou e pagou esse uniforme para o Anderson. [...] Ah, é assim igual o professor Darlan, podendo, não sabe ver a pessoa precisando que ele quer ajudar né. Ele quer fazer alguma coisa. O Rogério era assim também. Um coração gigante para querer ajudar.
> (Iraci, mãe e calheira de Anderson; e Anderson, BC3)

Os atletas se apoiam mutuamente por meio do compartilhamento de experiências e mentorias.

> Pra me ajudar eu tive uma pessoa com deficiência muito incrível que é campeão paralímpico, Eliseu dos Santos, um campeão paralímpico que agora esse ano foi para fora do país e trouxe para nós a medalha de prata. E ele me ajudou muito. Ele me ajuda até hoje. Ele me mostra até hoje como que eu vou aproximar a bola. Como que eu vou chegar até a bola branca para poder fechar ela, para não deixar ela aparecer. Para eu fechar ela com a minha bola. [...] Aí fecha ela inteira e ninguém consegue. Ele tem dias que ele treina eu.
> (Bianca, atleta BC2)

Alguns participantes também falaram sobre atitudes de apoio mútuo na equipe quando os atletas estão frustrados após uma derrota com um direcionamento positivo para a próxima competição.

> Essa equipe aqui. Todos estão sempre preparados para incentivar um ao outro. O professor coloca isso. Foi agora no Brasileiro que eu perdi a vaga e tava todo mundo... perdeu agora, mas vamos tentar para o ano que vem. É, esses aqui são muito companheiros.
> (Cristiane, atleta BC2)

Os relatos mostram que a equipe desempenha um papel importante no suporte emocional e prático, promovendo um ambiente de colaboração e inclusão que contribui para a superação de desafios diários e a construção de significado para as suas vidas e para a participação no esporte. A ajuda instrumental e material entre os membros da equipe reforça a coesão e um sentimento de comunidade entre os atletas.

6.4.3 3) Atitudes de agentes do campo da educação física e do esporte

Oito participantes relataram experiências de discriminação e desencorajamento por parte de profissionais de educação física.

> No colégio que eu estudava não deixavam eu treinar. A professora de educação física dizia que eu nunca ia conseguir. Por causa da falta de visão. Eu... ela falava tanto que eu chegava a acreditar. Daí eu cheguei a desanimar de tentar. Fiquei um tempo em casa sem fazer nada, sem querer tentar depois que saí da escola. Porque não tinha medo de chegar e acontecer aquilo de volta. Aquele preconceito de não me aceitar. É bocha só. O que eu me identificava mais era a bocha. Não era outro esporte. Porque outro eu não queria. O que eu queria era a bocha.
> (Cristiane, atleta BC2)

> Ela [Cristiane, atleta] já podia jogar bocha, e a professora de educação física falou que ela não ia ter condição nunca na vida de jogar bocha. Você vê, ela não tá jogando hoje? Você vê, desde quando ela o que, ela tinha uns sete, oito ano ela já estudava lá né. Ela não podia tá bem? E eles não deixavam ela jogar por causa da visão. Ela nunca pode treinar. Ela tentou. Ela queria. E a professora falava que ela nunca ia ter condição. Ela falou que ela nunca... nunca deixou ela nem tentar né.
> (Nadir, apoio e mãe de Cristiane, BC2)

> E um dia ela me pediu "ó... olha minha mãe, todos os meus... alguns né, vão e eu queria ir". Eu fui na escola perguntar e o professor na época falou "mãe, é porque ela não tem capacidade, então não adianta eu levar ela, porque ela vai por ir". Como eu não sabia o que era né, na época, não procurei me aprofundar assim. Contei para ela que não dava e tal. Depois eu fui ver o que que era. Era bocha. Tipo, ela não tem capacidade, mas eles nunca deram uma bolinha para ela. Então foi triste né. Quando ela teve a oportunidade né, hoje chegamos né aonde chegamos.
> (Luciana, apoio e mãe de Bianca, BC2)

Algumas atitudes consideradas prejudiciais pelos participantes foram descritas como negativas, mas comuns no contexto do esporte competitivo.

> A única coisa que me prejudica é a fofoquinha. [...] A pessoa comenta a dificuldade da pessoa, comenta com o outro, ah se você quer ganhar da Rosangela, você joga no fundo que ela não chega no fundo. E assim, todo mundo conversa e fala das fraquezas do adversário, porque geralmente os meus adversários só iam no fundo. É, que cada um quer descobrir a fraqueza do outro. O seu adversário você quer descobrir a fraqueza para você poder ganhar e conquistar né.
> (Rosangela, atleta BC4)

> Jogo é jogo. Dentro da quadra, todo mundo é adversário né? Às vezes tem um jeito de dar uma prejudicada, de botar a cadeira num lugar, a gente percebe. Mas é entre eles né. [...] Mas daí passa o jogo tá todo mundo... ninguém fica de rusga. Acabou. Dentro de quadra é dentro de quadra. São adversários. Fora de quadra não.
> (Celina, apoio e mãe de Laila, BC2)

> Num treino, num jogo, cada um tem que fazer para si. Se saiu dali do treino, vamo tomar café junto, vamo né... mas como jogo também. Agora se for esperar assim que a pessoa "ah eu não vou ganhar do Anderson porque coitadinho, eu quero muito bem ele, eu gosto demais dele", quer dizer, daí tá fazendo pior né. Porque daí não tá tendo respeito do Anderson como atleta [...] porque é um desrespeito com aquele esforço que a pessoa ou a família tá tendo para que aquele atleta se realize.
> (Iraci, calheira e mãe de Anderson, e Anderson, atleta BC3)

Dois participantes relataram a atitude de um árbitro com aplicação supostamente ambivalente, parcial e desigual das regras que prejudicou a participação plena e igualitária deles em um campeonato. A atitude do árbitro representou um prejuízo para o atleta supostamente injustiçado, que apesar de não ser incomum no contexto do esporte, repercutiu negativamente sobre o desempenho do atleta em questão.

> Só quem atrapalhou ele foi o árbitro chefe. Porque todos eles têm uma dificuldade e ele usa essa talinha [órtese] na verdade para não sentir dor no final dos jogos né. Aí ele teve que ir num campeonato, tirar, e ao mesmo tempo que ele tirou, o outro menino acho que tava com duas [órteses] nas duas mãos jogando. E ele ficou.
> (Solange, apoio e mãe de Pablo, BC1)

> Então essa é a parte que ele mais se irritou, que atrapalhou ele psicologicamente. Injustiça! Esse campeonato foi injusto que nós ficamos assim arrasados.
> (Solange, apoio e mãe de Pablo, BC1)

Atitudes de favoritismo em relação a um atleta por parte da equipe que assistia uma competição foram descritas como negativas e impactantes sobre o desempenho de outro atleta da mesma equipe. A atitude diferenciada da equipe dirigida aos dois atletas indica uma desigualdade de tratamento, prejuízo ao fair play e um potencial prejuízo da coesão da equipe.

> No campeonato em que ele perdeu e ele chorou muito.[...] E daí quando ele tava saindo que ela [irmã de outra atleta] viu que ele tava chorando ela foi lá, tipo esperou ele na saída, conversou bastante com ele. Explicou para ele né que existia a vitória, existia a derrota então... para mim aquilo foi o que marcou. [...] Foi triste porque ele jogou com uma da equipe, entende? E na hora que essa da equipe fazia o ponto, eles vibravam! E ele, se ele pontuasse e fizesse as coisas, ninguém... ninguém... não falavam, não batiam palma, não faziam nada. Então isso acho que abalou ele na hora do jogo e ele saiu com isso [chorando]. Então... e essa situação não aconteceu só comigo. Aconteceu quando o pai viajava junto e também nos campeonato fizeram isso, torcer para um e para ele não.
> (Noeli, apoio e mãe de Felipe, BC2)

Quatro participantes relataram outras situações onde não se exerceu o fair play, como por exemplo o sumiço de equipamentos e ou parte de equipamentos esportivos.

> Várias vezes nós não percebia a sabotagem porque nós não tava, assim, direto aqui na bocha. Então nós não percebia. Só que no dia do campeonato, sumia um pedaço da calha. No outro dia a calha tava torta e ninguém tinha acesso, a não ser as mães e esposa na salinha. [...] Eles iam disputar o ouro [...]. Eles quebraram aquilo [a ponteira fixada em um capacete] para não ter chance de ganhar. Então nós, na época, não tava sabendo o que estava acontecendo. Depois a gente começou a perceber que foi eles.
> (nome não revelado para preservar a identidade do/a entrevistado/a)

Há ainda relatos de atitudes prejudiciais no ambiente esportivo como a humilhação de outros atletas.

> Sabe quando aquele um não classifica? "Ótimo, e eu ainda vou tirar uma casca em cima dele. Vou ainda jogar na cara dele". Recentemente. Já aconteceu. Isso recente. Porque é orientada a fazer isso. Já tem aquele sangue, daí se acha superior, e é orientada "ó, agora é a tua vez, vai e derruba o que já tá caído, não tem mais o que derrubar, pisa". É porque assim "eu classifiquei, e você não. eu vou para o campeonato, você não". Se consegue assim ficar perto do Anderson, coisa que eu não esteja por perto, para falar alguma coisa que venha ofender ele, que daí o Anderson ele não fala né. Como ele não fala as coisas, aí não tem perigo de contar para mim, aí o Anderson dá uns pulo. E eu já sei o que que é.
> (Iraci, calheira e mãe de Anderson, e Anderson, atleta BC3)

> É porque essa pessoa ela tirou sarro de mim [do meu desempenho]. Só que, essa pessoa ela foi em um campeonato e não conseguiu ganhar. Só que ela joga na minha cara que... fica dando risada de mim quando ta jogando comigo. Eu não gosto de pessoa assim.
> (Felipe, atleta BC2)

As atitudes de discriminação e desencorajamento por parte de profissionais de educação física e do campo esportivo relatadas pelos participantes afetaram negativamente a autoestima e o desenvolvimento esportivo dos atletas.

6.4.4 4) Atitudes intrapessoais do atleta

Houve relatos de atitudes dos atletas dirigidas a si mesmos. Vários entrevistados falaram da dedicação integral dos atletas à bocha. Quatro entrevistados falaram sobre a renúncia dos atletas à escola para poderem treinar com mais afinco:

> Eu ia para escola e aí eu chegava muito cansado aqui no treino. Aí o treino não rendia. Entendeu? Eu não conseguia ter muito desempenho, igual eu tenho agora. Eu não ganhava competição. Antes era mais difícil porque eu tinha pouco tempo antes.
> (Felipe, atleta BC2)

> E ele pôs na cabeça que ele queria, que ele ia sair da escola, que ele ia treinar bastante, que ele ia conseguir resultado e é o que ele conseguiu. Ele pega com um caninho. Ele vai lá ele treina a manhã inteira. Ele junta a bolinha com o caninho, coloca na cestinha. Então esse esforço para conseguir o resultado que ele teve agora é só dele né. Ele que correu atrás, ele que quis, que viu que a escola prejudicava, que deixava ele cansado, que chegava aqui não rendia. Ele que teve essa atitude. Ele treina toda manhã. E é todo dia! O horário dele levantar, ele vai para lá, ele fica lá sozinho.
> (Noeli, mãe e apoio de Felipe, BC2)

> O horário aqui ficava muito difícil dele vim para cá nos treinos nos dias de semana que é que tem aula né. [...] Tanto é que o Anderson preferiu sair da escola que ele gostava demais da conta, para se dedicar só à bocha já que o transporte do CICs dificultava ele tá aqui para treinar, para ir para campeonatos, se classificar e assim por diante. Então virou paixão e eu concordo com as paixão dele para ajudar para auxiliar ele em tudo aquilo que eu puder.
> (Iraci, calheira e mãe de Anderson, e Anderson, atleta BC3)

A dedicação dos atletas à bocha está aparentemente relacionada com o fato de que ela lhes complementa a vida e os ajuda a realizar sonhos:

> Meu sonho quando eu era criança um jogador profissional [de futebol] né. E aí quando a distrofia atacou e eu parei de jogar né que fui perdendo força e tal, e aí quando eu conheci a bocha ela foi devolvendo esses sonhos para mim. [...] Aí eu soube que tinha Copa América, Parapan, Mundial, Paraolimpíada, aí eu falei "não, eu vou me preparar que eu quero né, chegar e ir longe". Ela completou a minha vida de um jeito que eu nunca ia imaginar porque ela devolveu o meu sonho de estar numa seleção né.
> (Eliseu, atleta BC4)

Nove participantes relataram o nervosismo como um fator atitudinal impactante nas oportunidades de participação esportiva. Dentre eles, quatro relataram atitudes em quadra influenciadas por pressão e cobrança por resultados.

> Sabe o que que é? Eu só quero ganhar! Um dia eu vou perder, um dia eu vou ganhar. É que eu não consigo entender essa parte. A cobrança é só minha só. A mãe, o pai e o professor não. É eu que coloco. Eu sinto uma pressão terrível que eu coloco. Me faz não ver a bola, me faz não ganhar a partida, me faz não entender o jogo.
> (Felipe, atleta BC2)

> Ah bom tem profissional que acha que se você perder uma medalha você perde a vida, perde a carreira lá e tal. Então algumas atitudes dos profissionais de cobrança excessiva do atleta, isso prejudica os atletas sim né. Ah um técnico uma vez que o atleta foi lá e errou uma jogada lá e tal e daí no tempo ali o técnico foi lá e descascou atleta e daí o atleta não rendeu o resto do jogo inteiro. Então existe essa dificuldade aí.
> (Darlan, educador físico, técnico e treinador de bocha)

Duas participantes falaram sobre o impacto do nervosismo decorrente de penalidades durante os jogos repercutindo sobre o desempenho e o estado mental de uma atleta, afetando sua própria atitude durante o jogo.

> Ela teve penalidade nos jogos né, por culpa dela mesma. Porque é eles que tem que saber o que a gente tem que fazer. E ela acabou se prejudicando no jogo por causa da penalidade. E eles sabem que isso deixa eles para baixo, deixa com um astral muito baixo né. Porque qualquer erro deles, isso implica na finalização do jogo.
> (Neuseli, calheira e mãe de Andressa; e Andressa, atleta BC3)

Seis participantes afirmaram que o nervosismo durante a prática esportiva induz a exacerbação das limitações físicas, como dificuldades de controle motor.

> Eu fico muito nervoso na hora do jogo. O meu braço começa a travar.
> (Pablo, atleta BC1)

> Ele não consegue controlar o braço e ele faz tanto pêndulo que ele faz... travar! [...] Dá espasticidade, trava, a bola muitas vezes cai próximo ao pé. Não consegue deslanchar."
> (Solange, apoio e mãe de Pablo, BC1)

> Eu não consegui mais soltar o braço direito. Porque o braço ficou assim porque fiquei nervoso. Eu não sou mais a pessoa que eu era antes [quando fico nervoso].
> (Felipe, atleta BC2)

Duas participantes também reforçaram que a pressão durante a partida gera um mal estar psicológico e físico.

> Ela é muito... vai jogar, ela passa até mal de nervosa que ela fica. Ela tinha tudo para ganhar esse Regional aí, no fim escorreu pela [pelas mãos]... de nervoso ela chegou até a vomitar dentro da quadra. De nervosa! [...] Ela vai, joga aqui ela treina aqui é maravilhosamente bem. Vai nos campeonatos... não consegue. Pior que sinto né. Daí a gente passa para ela pior ainda. A gente passa o nosso nervosismo para eles né. Eles vêem pelo rosto da gente né, pela fisionomia da gente né. Eu vejo a dela, ela vê a minha. Afeta.
> (Nadir, apoio e mãe de Cristiane, BC2)

> Teve uma vez que eu passei mal na quadra [devido ao nervosismo]. Eu passei mal na quadra e o cara falou que ou eu entregava o jogo ou eu ia vomitando mesmo que eu tava vomitando. Não quis entregar o jogo. [...] Porque se a gente não entra na quadra, a gente perde por W.O. e dá os pontos para o adversário.
> (Cristiane, atleta BC2)

A falta de autoconfiança associada ao nervosismo também foi indicada como um possível fator que impacta a atitude dos atletas em quadra.

> Na vida do esporte até hoje é uma luta contra mim mesma porquê eu sou uma pessoa que não tenho muita confiança em mim, eu não acredito muito em mim que eu vou ganhar, que eu vou... Então é sempre uma luta né, fora o nervosismo na hora do jogo, atrapalha muito e a gente sempre tem que manter a calma. E tentar fazer isso é sempre uma luta né, é bem complicado sabe. [...] Às vezes as parciais do jogo tá para mim pontuar e [...] você perde para você mesmo.
> (Rosangela, atleta BC4)

O temperamento explosivo associado ao nervosismo foi também relacionado com a presença de atitudes hostis que demandam contenção verbal para evitar conflitos e agressão.

> Teve uma época aqui que ele ficou bravo por ter perdido e quase que ele derrubou como um ali. Eu conversei bastante com ele, digo não pode. Tem coisa que você tem que guardar, tem que segurar. Então é uma coisa que acaba prejudicando ele né. Então às vezes uma palavra, às vezes eu tenho que conter um pouquinho se não ele vai e fala. Explosiva! [...] Não lembro o que que o adversário falou para ele, era um jogo treino aqui. [...] Ele é bravo é bravo mesmo!
> (Noeli, apoio e mãe de Felipe, BC2)

Sete participantes disseram que se utilizam de algumas estratégias para lidar com o nervosismo, como por exemplo, ouvir música e ou utilização de abordagens cognitivas:

> No esporte ele [Pablo, atleta] usa muito música [nos treinos]. E a música acalma ele. É proibido [nas competições]. Ele tem que imaginar a música, como diz o professor né.
> (Solange, apoio e mãe de Pablo, BC1)

> [Para reduzir o nervosismo] agora to pensando que eu não quero mais o título, eu quero tá competindo. Não importa se eu vou ter o título ou não. Eu tô tentando. É, daí pensar que você veio aqui né, você treinou, que você enfrentou dia de frio para o treino, dia de chuva né, você... que nem eu penso assim "ah eu mereço tá aqui né, tenho que fazer esse...". Então é isso.
> (Rosangela, atleta BC4)

Outra estratégia citada para gerenciar o nervosismo é o uso de anotações para auto-organização e meditação.

> Uma atitude minha que me ajudou foi que... é que eu sou muito certinha. No meu celular eu tenho uma lista de anotações. Tudo que você imaginar que tem no esporte, eu tenho anotado. Porque vai ficar mais fácil para eu me organizar. Ajuda o psicológico que aí não fica abalado, entendeu? Não fica se perguntando o que que tem que fazer hoje. Aí eu pego a minha lista de anotações e aí já "puum!", acontece. Depois disso minha ansiedade diminuiu bastante, meu sistema nervoso diminuiu bastante. Eu também faço meditação, onde trabalha a minha mente duas vezes na semana. Meditação e inteligência emocional para poder colocar a cabeça no lugar.
> (Bianca, atleta BC2)

Dois atletas revelaram que a sua fé e espiritualidade os ajuda no controle do nervosismo e desempenho esportivo.

> Era na final do Regional Sul. Eu senti uma coisa dentro de mim que foi bonito! Uma luz em cima de mim e eu jogando a bola. Isso era numa... na semifinal e na final também eu senti a mesma coisa, sabe. Uma luz em cima de mim, e Deus só falava para mim assim "Bianca vai com calma, vai com calma, vai com tranquilidade, ponha a bola na frente da bola branca porque para abrir, precisa ter uma precisão e uma força muito grande, e você tem a oportunidade de ter uma força e uma precisão boa. Então joga devagar, com precisão, não joga muito forte, joga com precisão e joga com jeito". Aí eu olhei para ele e disse: "Deus você tá me mostrando o caminho que eu nunca fiz na minha vida!". Ele olhou para mim e disse: "Vai! Vai buscar o seu tri... o seu tri campeonato". E a minha adversária não conseguiu tirar.
> (Bianca, atleta BC2)

As atitudes intrapessoais dos atletas denotaram um comprometimento significativo com a prática do esporte. Eles, cada um de sua forma, buscam estratégias para poder se dedicar ao esporte e lidar com a pressão e o nervosismo que tendem a afetar o seu desempenho.

6.5 DISCUSSÃO

As atitudes de apoio oferecidas pelo técnico/treinador e membros da equipe (colegas atletas, apoios e calheiras) desempenham um papel crucial no desenvolvimento dos atletas participantes da pesquisa. A dedicação do técnico/treinador, em particular, foi um aspecto recorrente nos relatos dos entrevistados. Vários deles destacaram tanto a forma com que ele motiva e oferece assistência prática aos atletas como essenciais para a permanência deles no esporte. O técnico/treinador foi elogiado por seu comprometimento e esforço que

vão além de suas responsabilidades profissionais e que demonstram uma dedicação pessoal ao desenvolvimento dos atletas.

Os técnicos/treinadores exercem forte influência sobre as atitudes dos atletas em relação ao esporte. Os incentivos do técnico/treinador podem ser associados diretamente à iniciação e permanência no esporte dos atletas, sendo também reconhecido por seu papel de liderança no contexto esportivo (SILVA, 2015). O papel do treinador é decisivo para o rendimento do atleta. O rendimento esportivo pode ser influenciado primariamente por fatores genéticos, de treino e psicológicos, que afetam diretamente a performance dos atletas. Mas os fatores secundários, como a família, a cultura e o técnico/treinador, inferem sobre os primários de maneira direta (BAKER; HORTON, 2004; SILVA; TEIXEIRA, 2022). Em um estudo sobre os fatores críticos para o rendimento de atletas no paradesporto, os treinadores participantes apontaram que a estabilidade do técnico/treinador, o clima pacífico entre o treinador e dirigentes e atletas, a autonomia do treinador e o planejamento da equipe como aspectos que precisam ser articulados entre si para reduzir os impactos das equipes nas competições (SILVA; TEIXEIRA, 2022).

A equipe, incluindo apoios e calheiras dos atletas, também foram citados como fontes importantes de apoio. De acordo com os entrevistados, a equipe proporcionou um ambiente predominantemente solidário, ajudando os atletas a superarem frustrações pós-derrota e incentivando a continuidade na prática esportiva visando a próxima competição. Essa atitude coletiva foi central para a percepção dos atletas de reconhecimento das próprias potencialidades, para a sua auto-realização e desempenho. Um ambiente de equipe coeso e apoiador foi apontado como importante para o desempenho individual, com fortalecimento da resiliência e a capacidade de enfrentamento dos atletas diante dos desafios.

De acordo com Fermino (2020), que fez uma etnografia com uma equipe de bocha para PcD, pertencer e participar de uma equipe desta modalidade esportiva possibilita viajar, conhecer novos lugares e pessoas do círculo esportivo. Entre os principais benefícios está a contribuição da socialização para o desenvolvimento de laços sociais, autopercepção positiva em relação aos seus corpos e capacidades, e atitude emancipatória no esporte e em outras instâncias da vida. O autor ainda destaca que, embora as relações entre os membros da equipe possam ser por vezes conflituosas em face da sobreposição de interesses individuais sobre os coletivos, tais situações geram crescimento para os envolvidos.

Outros estudos também apontam uma posição de destaque da família, amigos e colegas de equipe para o incentivo e apoio à prática do esporte (WILSON; KHOO, 2013; SILVA, 2015). Um estudo sobre as oportunidades de acesso de atletas com deficiência da Malásia identificou a família e colegas de equipe com papel central. Os amigos e colegas de equipe, foram indicados como fundamentais para a iniciação esportiva, pois os atletas foram apresentados ao paradesporto principalmente através deles. Além disso, alguns participantes do estudo malaio indicaram que um dos incentivos para a prática do esporte era fazer novas amizades (WILSON; KHOO, 2013). Para Silva e Teixeira (2022), apoios e calheiros podem compor a comissão técnica de equipes de paradesporto, que no caso da bocha, Fermino (2020), afirma serem papéis desempenhados geralmente por familiares. Nossos entrevistados apresentaram uma realidade similar, onde a família foi intrinsecamente relacionada à oportunidade de participação na bocha. Isso corrobora também com os achados de Martin (2010) que, em uma revisão de literatura, encontrou evidências da relação entre a participação no paradesporto e o desenvolvimento de amizades.

Os entrevistados também indicaram um conjunto de atitudes que prejudicam a participação dos atletas no esporte. Atitudes de discriminação e desencorajamento à participação por parte de profissionais de educação física foram mencionados como marcantes para os atletas.

Um estudo que investigou as atitudes e o preparo de educadores físicos na atuação com alunos com deficiência identificou limitações e contradições conceituais decorrentes da formação acadêmica de alguns profissionais de educação física que também podem prejudicar o acesso ao esporte e à atividade física para PcD. Outros fatores que podem estar relacionados às atitudes dos professores de educação física nocivas ao acesso das PcD ao esporte são falta de conhecimento, estrutura insuficiente, frustração com alunos com deficiência, motivação profissional e preconceito (MARTINS ET AL., 2019).

Embora não seja possível, com base apenas nos relatos dos participantes, afirmarmos com certeza quais os fatores causais para as atitudes prejudiciais dos educadores físicos mencionados, é possível inferir que o preconceito seja um deles. Em uma pesquisa que investigou o sentido que professores de educação física atribuem aos seus alunos com deficiência no processo de escolarização, os participantes revelaram contradições atravessadas por uma baixa expectativa sobre

alunos com deficiência, definindo-os como sem possibilidades de desenvolvimento (BARBUIO, 2023). Predisposições atitudinais como essas podem estar associadas às fragilidades na formação profissional de educação física voltada ao trabalho com esse público (PENA; BORGMANN; ALMEIDA, 2017), além de fatores pessoais e macrossociais (SASSAKI, 2019).

Preconceito é um fenômeno social de manifestação do estigma constituído por ideias negativas construídas a respeito de uma pessoa ou grupo. O preconceito pode ser compreendido em cinco fases. A primeira fase é a antilocução, que consiste em conversa hostil e difamação verbal dirigida à pessoa ou grupo alvo. A segunda fase, aviltamento, é a segregação da pessoa ou grupo alvo do convívio em sociedade. A terceira fase do preconceito é a discriminação, compreendida como a exclusão dirigida às pessoas, impondo barreiras ou impossibilitando o seu convívio em sociedade. A agressão física é a quarta fase, a violência contra integridade praticada por pessoas, grupos ou organizações. A última fase do preconceito é o extermínio (MENDES; COSTA; DENARI, 2022). Portanto, o preconceito pode ser expressado através de atitudes em diferentes graus e potenciais nocivos, desde condutas sutis até ações mais incisivas.

Atitudes hostis no meio esportivo foram apontadas como eventualmente prejudiciais. Sobre isso, Pinto (2023) afirma que a superioridade técnica de alguns atletas pode ensejar atitudes desiguais em relação a outros membros da equipe, prejudicando a coesão e o desempenho, tornando-a disfuncional. Para combater atitudes prejudiciais desta natureza, orientações táticas e apelos aos atletas de destaque para uma busca por entrosamento e compartilhamento de experiência podem promover atitudes facilitadoras dirigidas aos atletas com maior dificuldade. Alguns participantes revelaram que este tipo de manejo é presente na equipe em ocorrências como essas.

Contudo, nem todas as atitudes prejudiciais por parte da equipe e no âmbito esportivo em geral foram consideradas reprováveis. Algumas foram naturalizadas pois são pertinentes ao contexto do esporte de alto rendimento. Competir, em algumas modalidades esportivas, pode implicar o bloqueio das ações de um oponente buscando a vitória ou o alcance de metas. Neste cenário, os comportamentos de confronto e agressão são comuns e podem ser ampliados sob influência de fatores como torcida, mídia e histórico de derrotas ou vitórias dos atletas. A regência das regras éticas da modalidade estabelece, em uma primeira

análise, quais atitudes competitivas são aceitáveis ou não em dado contexto esportivo (CAMPOS; GOUVEIA JUNIOR, 2020). Em geral, os participantes da pesquisa compreendem a natureza da competitividade inerente ao paradesporto. Apesar de entenderem que algumas atitudes competitivas são prejudiciais, em seus relatos consideram que não são necessariamente ilegítimas ou reprováveis.

O preconceito contra a PcD é uma atitude internalizada pelas pessoas, muitas vezes insultuosa, que se expressa concretamente de forma intencional ou não através do uso de termos pejorativos, olhares ofensivos e afastamento corporal, ou de formas sutis como hipervalorização de conquistas ou comportamentos superprotetores (CAMPBELL, 2009; HASHEMI et al., 2022; LAGE; LUNARDELLI; KAWAKAMI, 2023).

Viajar está entre as atividades que influenciam positivamente a forma das pessoas verem o mundo, estreitando a distância física e cultural, compreendendo o próprio lugar que o indivíduo ocupa no mundo, suas responsabilidades sociais e conexões que podem existir entre indivíduos diferentes. Entretanto, assim como uma ida a um restaurante, ao parque, um passeio no shopping ou uma estadia em um hotel, a PcD geralmente se defronta com ambientes físicos e sociais que não favorecem a sua participação. Com isso, a adaptação física e atitudinal é uma mudança de paradigma ambiental e intrapessoal experimentada de maneira lenta e gradual pelas PcD ao longo do tempo (QUEIROZ; SANTANA, 2023).

As atitudes afetadas pelo nervosismo também foram destacadas pelos participantes, assim como estratégias de enfrentamento. A gestão do nervosismo é um aspecto crítico para o desempenho esportivo. Conforme Temudo (2012), o desenvolvimento das atitudes na participação desportiva é influenciado positivamente ou negativamente por aspectos intrapessoais e de ordem ambiental, determinando o grau de controle que uma pessoa possui em meio às situações.

O principal fator desencadeante de nervosismo relatado pelos participantes e que afetaram as atitudes dos atletas da equipe de bocha durante as competições foi a pressão. Pressão decorrente de autocobrança por resultados e falta de autoconfiança desestabiliza os atletas, e consequências como mal estar físico e exacerbação de deficiências físicas neuromotoras como a espasticidade foram associadas ao nervosismo pelos participantes.

Rose Junior (2002) afirma que a competição sugere uma série de atitudes que podem ser associadas ao nervosismo: disputa física e psicológica, superação

de marcas, medição de forças, seleção entre indivíduos e grupos, confronto, luta, antagonismo entre dois ou mais competidores, avaliação de rendimento, comparação de resultado e desempenho, corresponder a regras definidas, busca pela vitória, pressão, frustração, decepção, vitória a qualquer custo.

As competições esportivas de alto rendimento são naturalmente promotoras de pressão relacionada a aspectos como a sua periodicidade das disputas, ansiedade pela vitória, preocupação com a possível decepção da derrota, sobrecarga por competir em diferentes categorias, tempo de permanência em uma disputa, a vontade de competir, mudanças de lugar e pares para prática do esporte (AIRES, 2015). A maior parte destes elementos foram descritos também pelos participantes que relataram a influência do nervosismo sobre suas atitudes em quadra, tanto nos treinos quanto principalmente nas competições.

A bocha demanda funcionamento cognitivo, coordenação motora, controle motor, consciência corporal, calibração de força e precisão para o arremesso da bola (PENA; BORGMANN; ALMEIDA, 2017). O nervosismo citado pelos atletas foi também indicado como obstáculo para o recrutamento e desempenho dessas habilidades.

As experiências dos atletas no esporte desenvolvem suas atitudes, sejam elas positivas ou negativas, em resposta à adversidades, pressões e desafios em busca de um objetivo (TEMUDO, 2012). As atitudes são positivas quando o atleta assume uma abordagem otimista frente às adversidades, considerando-as superáveis (TALBOT-HONECK; ORLICK, 1998; TEMUDO, 2012). Atitudes hostis e agressivas durante as partidas também foram relacionadas ao nervosismo. Frente a atitudes indesejáveis no contexto do paradesporto, as pessoas envolvidas podem estruturar conflitos.

Para gerenciar o nervosismo os atletas buscaram gerenciar seus níveis de estresse e ansiedade por meio da música, anotações para auto-organização, estratégias cognitivas comportamentais e a espiritualidade durante as partidas como estratégias próprias efetivas para reduzir o nervosismo. O auxílio e a modulação da atitude do técnico/treinador da equipe foram indicadas como necessárias para manejar e prevenir o nervosismo sobre a equipe e os atletas individualmente. Estratégias de mediação preventiva, promoção do engajamento na organização das atividades, transferência de responsabilidades simples podem ser efetivas para dirimir conflitos em equipes paradesportivas (LUCIANO, 2021).

6.6 CONCLUSÃO

Este estudo explorou a dimensão atitudinal de uma equipe de alto rendimento de bocha, focando nas atitudes dos atletas e das pessoas ao seu redor no contexto do esporte. A investigação revelou que a acessibilidade atitudinal é influenciada por uma série de fatores, incluindo o apoio familiar, trabalho técnico, a coesão da equipe e as estratégias pessoais para lidar com o nervosismo e a pressão.

O técnico/treinador da equipe de bocha, Darlan, foi mencionado como um ponto central para a motivação e permanência dos atletas no esporte. Sua dedicação, conhecimento técnico e suporte emocional foram considerados fundamentais para o desenvolvimento pessoal e esportivo dos participantes, indicando que a atuação positiva deste tipo de profissional no paradesporto tem um impacto direto na autoconfiança e desempenho dos atletas. Os colegas de equipe, apoios e calheiras também desempenharam um papel fundamental para o bem-estar emocional e continuidade no esporte. A colaboração mútua e o suporte emocional, prático e financeiro entre os membros da equipe contribuíram significativamente para a criação de um ambiente inclusivo e solidário, o que foi indicado como importante para a superação do isolamento social.

O nervosismo, exacerbado pela pressão por resultados, foi apontado como um dos maiores desafios atitudinais enfrentados pelos atletas durante as competições. Esse fator impacta diretamente o controle motor e a precisão, essenciais para a prática da bocha, e contribui para o agravamento das limitações físicas, afetando negativamente a atitude e o desempenho dos participantes. Para lidar com o nervosismo e a pressão, os atletas desenvolveram diferentes estratégias, como o uso de música, anotações para auto-organização e técnicas de meditação. A espiritualidade também foi mencionada como um recurso importante para manter uma atitude focada e calma durante as competições. Os atletas relataram também que o apoio de familiares e de colegas da equipe, bem como a competência e a dedicação do técnico/treinador é um diferencial importante em sua capacidade de enfrentamento diante de desafios vividos no âmbito do esporte.

Atitudes prejudiciais, como a discriminação e o desencorajamento por parte de profissionais de educação física e de outros agentes do campo esportivo foram identificadas como obstáculos significativos para a participação dos atletas na

prática do esporte e no contexto esportivo em geral. Alguns atletas descreveram experiências em que suas capacidades foram subestimadas, resultando em exclusão e falta de incentivo. Essas atitudes eram mitigadas através de uma abordagem da liderança do técnico/treinador, que por sua vez tinha um estilo de comunicação eficaz, ofertava apoio emocional e promovia um ambiente inclusivo e motivador.

O fato de alguns atletas precisarem da ajuda de suas mães para responder às nossas questões durante as entrevistas pode ter interferido com as respostas deles. Futuras pesquisas podem buscar alternativas metodológicas para entrevistar pessoas com deficiências da fala. Outros estudos também são necessários para aprofundar a compreensão sobre os temas levantados pelos participantes e para esclarecer aspectos pertinentes ao âmbito atitudinal do acesso ao esporte.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das atitudes e percepções relacionadas à acessibilidade atitudinal no contexto social, familiar e esportivo dos atletas participantes da pesquisa revela um panorama complexo e multifacetado, onde diferentes formas de apoio emocional e prático desempenham papel central no bem-estar e desempenho deles.

Os participantes destacaram atitudes de estranhamento e preconceito em relação às PcD. O estranhamento reflete reações como curiosidade e medo, enquanto o preconceito manifesta-se de forma mais sólida, levando à discriminação, isolamento e infantilização. A autoaceitação e a resiliência foram apontadas como fundamentais para que eles mantivessem a sua participação social, sendo que o ambiente esportivo possivelmente contribuiu para o desenvolvimento da sua autoestima e a valorização de suas capacidades.

Os dados também demonstram que a importância do acolhimento e do suporte emocional e prático por parte da família e amigos para a participação e desempenho dos atletas no esporte. A família, especialmente mães e cuidadores diretos, tiveram um papel fundamental na formação de um ambiente inclusivo, na promoção da autoconfiança e no fortalecimento dos vínculos entre os atletas e a equipe de bocha. As atitudes positivas dos amigos e da família foram basilares para a construção de um senso de pertencimento, motivação, resultados esportivos e permanência dos atletas no esporte.

A acessibilidade atitudinal no âmbito esportivo também depende da coesão da equipe e estratégias pessoais para lidar com nervosismo e pressão. O nervosismo, intensificado pela busca por resultados, impacta negativamente o controle motor, crucial para a bocha. Para enfrentá-lo, os atletas utilizam recursos como música, meditação e espiritualidade. O técnico/treinador Darlan foi destacado como uma figura central no apoio emocional e técnico, assim como os colegas de equipe, que contribuem para um ambiente solidário.

Este trabalho reforça a importância de uma abordagem integrada e colaborativa para a promoção da acessibilidade atitudinal, onde o apoio emocional, prático e institucional deve ser continuamente fortalecido. A inclusão plena dos atletas com deficiência no esporte e na sociedade depende de uma atitude que reconheça e valorize a diversidade como um aspecto fundamental da experiência humana.

Este estudo limitou-se a explorar, a partir de uma perspectiva qualitativa de pesquisa, a percepção de membros de uma equipe de bocha sobre acessibilidade atitudinal. Novos estudos que incluam outras equipes de bocha, outras modalidades paradesportivas, e outras metodologias de pesquisa podem ajudar a explorar diferentes aspectos da acessibilidade atitudinal. Futuros estudos que utilizem análises comparativas envolvendo diferentes contextos e levando em conta mudanças de percepção ao longo do tempo também podem ampliar a compreensão sobre a temática.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; FRENKEL-BRUNSWIK, E.; LEVINSON, D. J.; SANFORD, R. N. **The Authoritarian Personality.** Nova York: Harper and Row, 1950.

ADORNO, T. W.; HOIKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

AIZAVA, P. V. S. **Autoeficácia, qualidade de vida e suporte social relacionados ao esporte de rendimento.** Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011. 117 f.

ALBRECHT, G. L. **Encyclopedia of Disability.** Newbury Park: Sage Publisher, 2006. v. 3.

ALLPORT, G. W. Attitudes. In: MURCHISON, C. (Org.). **Handbook of Social Psychology.** Worcester, MA: Clark University Press, 1935. p. 798-844.

ALLPORT, G. W.; KRAMER, B. M. Some roots of prejudice. **The Journal of General Psychology**, [*S.l.*], v. 22, p. 9–39, 1946.

ALLPORT, G. W. **The nature of prejudice**. New York: Perseu Book Publishing, 1954.

ALVES, Y. C.; BECKER, A. P. S. Prática esportiva e relacionamento familiar: uma revisão da literatura. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 31-47, dez. 2021

AMÂNCIO, D. S. A bocha adaptada: fazendo a diferença por meio da inclusão no esporte. **Arquivos de Ciências do Esporte**, [*S.l.*], v. 7, n. 2, p. 57-61, 2019.

AMARAL, L. A. **Sobre crocodilos e avestruzes**: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. Tradução. São Paulo: Summus, 1998.

ARAÚJO, J. G. M. et al. Tênis de mesa paralímpico: trajetória de um campeão mundial. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, Marília, v. 24, n. 1, p. 73-88, jan./jun. 2023.

ARAÚJO, L. M. de et al. Pessoas com deficiências e tipos de barreiras de acessibilidade aos serviços de saúde - revisão integrativa. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 549–557, 2018.

ARCÊNCIO, R. A. et al.. Barreiras econômicas na acessibilidade ao tratamento da tuberculose em Ribeirão Preto - São Paulo. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, [*S.l.*], v. 45, n. 5, p. 1121–1127, out. 2011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES. **Manual de classificação funcional bocha paralímpica ANDE – 2024.** 4. ed. Rio de Janeiro: ANDE, 2024. 78 p.

AUJLA, I. J.; REDDING, E. Barriers to dance training for young people with disabilities. **British Journal of Special Education**, [*S.l.*], v. 40, n. 2, p. 80-85, 2013.

BAKER, J.; HORTON, S. A review of primary and secondary influences on sport expertise. **High Ability Studies**, [*S.l.*], v. 15, n. 2, p. 211-228, 2004.

BARBANTI, V. O QUE É ESPORTE?. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, [*S.l.*], v. 11, n. 1, p. 54–58, 2012.

BARBOSA-FOHRMANN, A. P. Os modelos médico e social de deficiência a partir dos significados de segregação e inclusão nos discursos de Michel Foucault e de Martha Nussbaum. **REI - Revista Estudos Institucionais**, [*S.l.*], v. 2, n. 2, p. 736–755, 2017.

BARBUIO, R. Narrativas de professores de educação física e o aluno em condição de deficiência na escola regular. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 13, n. 37, p. 215–229, 2023.

BARROZO, A. F. et al. Acessibilidade ao esporte, cultura e lazer para pessoas com deficiência. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 16-28, 2012.

BELTRÃO, A. M. de F.; ALVES, R. P.; MARTINS, L. B. Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. **Seven Editora**, [*S.l.*], p. 874–884, 2023.

BERNARDO, C. M. C. B. **Do estranhamento do corpo**: Um estudo sobre identidade, corpo e deficiência na escola. 2010. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação; Fortaleza, 2010.

BERTOLDI, P. H. dos S. **Lugar de onde se vê**: A acessibilidade estética aplicada às artes cênicas como ferramenta de inclusão de pessoas com deficiência. 2021. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Teatro - Habilitação em Interpretação Teatral) - Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

BOSSA, D.; NEVES, A. O Unheimlich na adoção da criança com deficiência. **Cadernos de Psicanálise | CPRJ**, [*S.l.*], v. 40, n. 38 jan/jun, p. 97-109, 23 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União.**

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES).** 2013.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, [*S.l.*], v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006.

CAMPBELL, F. K. **Contours of Ableism:** The Production of Disability and Abledness. London: Palgrave Macmillan, 2009.

CARDOSO, V. D.; BASTILHA, R. R.; NICOLETTI, L. P. Imigrantes venezuelanos com deficiência: o Festival Paralímpico como facilitador no acesso à saúde. **Revista Saúde e Desenvolvimento Humano**, Canoas, v. 10, n. 2, p. 01-10, 2022.

CARVALHO-FREITAS, M. N. et al. Características psicossociais do contato inicial com alunos com deficiência. **Psicologia & Sociedade**, [*S.l.*], v. 27, n. 1, p. 211–220, jan. 2015.

CAVEDINI BISNETO, A. **A percepção dos treinadores de atletismo paralímpico no Rio Grande do Sul sobre o desenvolvimento da modalidade.** 2020. 76 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

CHÚFALO FILHO, A. **Direitos humanos das pessoas com deficiência: acessibilidade atitudinal como normativa em geral.** 2020. 72 f. Dissertação (Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, Palmas, 2020.

CIESIELSKI JUNIOR, D. F. **O uso da visão computacional na comunicação de atletas de bocha paralímpica com paralisia cerebral.** 2021. Dissertação (Mestrado em Engenharia Biomédica) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

CLARKE, N. J.; HARWOOD, C. G.; CUSHION, C. J. A phenomenological interpretation of the parent-child relationship in elite youth football. **Sport, Exercise, and Performance Psychology**, [*S.l.*], v. 5, n. 2, p. 125–143, 2016.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (CPB). **Brasil conquista quatro medalhas em etapa da Copa do Mundo de bocha em Portugal.** 2023. 1 fotografia. Disponível em: https://cpb.org.br/noticias/brasil-conquista-quatro-medalhas-em-etapa-da-copa-do-mundo-de-bocha-em-portugal/. Acesso em: 21 jan. 2024.

CORRÊA, M. A. et al. A prática do psicólogo no esporte adaptado: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, Brasília, v. 11, n. 1, nov. 2021.

CROCHÍK, J. L. Preconceito, indivíduo e sociedade. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 47-70, dez. 1996.

CRUZ, V. V. et al. Accessibility barriers for people with disabilities or reduced mobility: an integrative review. **Research, Society and Development**, [*S.l.*], v. 9, n. 4, p. e168943053, 2020.

DE LÉSÉLEUC, E.; PAPPOUS, A.; MARCELLINI, A. The media coverage of female athletes with disability: Analysis of the daily press of four European counties during the 2000 Sidney Paralympic Games. **European Journal for Sport and Society**, [*S.l.*], v. 7, n. 3-4, p. 283–296, 2010.

DEAL, M. Disabled people's attitudes toward other impairment groups: a hierarchy of impairments. **Disability & Society**, [*S.l.*], v. 18, n. 7, p. 897–910, 2003.

DIAS, A. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social. In: I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPcD/Diversitas/USP Legal, 2013, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. dos .. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, [*S.l.*], v. 6, n. 11, p. 64–77, dez. 2009.

DOESCHER, V. M. S.; NUNES, R. L. A influência da natação na percepção da imagem corporal de pessoas com deficiências físicas e sensoriais. **Revista Saber Acadêmico**, Presidente Prudente, n. 28, p. 123-145, jul./dez. 2019.

DUNCAN, M. C. Gender Warriors in Sport: Women and the Media. In: RANEY, A. A.; BRYANT, J. (Eds.). **Handbook of Sports and Media**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2006. p. 247–269.

DURSO, L. E.; LATNER, J. D. Understanding Self-directed Stigma: Development of the Weight Bias Internalization Scale. **Obesity**, [*S.l.*], v. 16, p. S80-S86, 2008.

FAGUNDES, I.; EDUARDO, M. F. Estudo exploratório das territorialidades baseadas nas transformações da agricultura familiar sobre a Linha Alda – Viadutos/RS. **Revista Grifos – Unochapecó**, [*S.l.*], v. 30, n. 53, p. 135-153, 2021.

FAZIO, R. H.; OLSON, M. A. Attitudes: foundations, functions, and consequences. In: HOGG, M. A.; COOPER, J. (Eds.). **The sage handbook of Social Psychology.** 2nd ed. London: Sage Publications, 2003. p. 139-160.

FEITEN, G.; SCHAAB, D. M.; MEZZAROBA, C.; SANFELICE, G. R. Ingresso e permanência dos atletas com deficiência no esporte Paralímpico Brasileiro. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 16, n. 1, p. 218-237, 2023.

FELICIANO, J. D. et al. Acessibilidade nas corridas de rua: barreiras percebidas pelas pessoas com deficiência visual. **Movimento**, Porto Alegre, v. 25, p. e25096, 2019.

FERMINO, A. L. **Os benefícios e os significados da participação em um grupo de bocha paralímpica no município de Curitiba-PR.** 2020. 171 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

FERREIRA, D. A.; SILVA, M. E. H. da; CASTRO, E. S. Vamos dar um rolê: skate como prática libertadora. **Revista Ponto de Vista**, [*S.l.*], v. 12, n. 3, p. 01–17, 2023.

FERREIRA, G. C. L. et al. Implicações da relação entre estigma internalizado e suporte social para a saúde: uma revisão sistemática da literatura. **Estudos de Psicologia**, [*S.l.*], v. 19, n. 1, p. 77-86, 2014.

FERREIRA JUNIOR, N. "Eu fiquei na história. Eu também competi. Não é que me deixaram": aspectos da inserção da mulher negra no esporte olímpico. In: RUBIO, K. (org.). **Mulheres e esporte no Brasil**: muitos papéis, uma única luta. São Paulo, SP: Laços, 2021.

FERREIRA, R. M.; MORAES, L. C. Influência da família na primeira fase de desenvolvimento da carreira de nadadores medalhistas olímpicos brasileiros. **Motricidade**, [*S.l.*], v. 8, n. 2, pp. 42-51, 2012.

FRANÇA, G. S.; MARTINS, F. B. G. Pessoas com deficiência: definição, tipos, e trajetória histórica. In: Encontro Toledo de Iniciação Científica Prof. Dr. Sebastião Jorge Chammé, 2019, Presidente Prudente. **Anais** [...]. ETIC - Encontro de Iniciação Científica, Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente, v. 15, n. 15, 2019

FREIRE, M. R. L.; NASCIMENTO, A. M.; ROAZZI, A. Autogratidão e autoconsciência: Notas introdutórias ao estudo do conceito de gratidão autodirigida. **Alter**, [*S.l.*], v. 23, n. 1, p. 289-306, 2019.

FREITAS, T. A. de. **Representações sociais de pessoas com deficiência em notícias do portal G1.** 2021. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2021.

FREITAS, V. S.BAZHUNI, R. F. LIMA, J. C. P. Resistências e desafios na prática do futebol feminino. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 14, n. 1, p. 26-36, jan./abr. 2023.

GABEL, S. L.; PETERS, S. **Presage of a paradigm shift?** Beyond the social model of disability toward resistance theories of disability. Disability & Society, [*S.l.*], v. 19, n. 6, p. 585–600, 2004.

GEURS, K. T.; WEE, B. van. Accessibility evaluation of land-use and transport strategies: review and research directions. **Journal of Transport Geography**, [*S.l.*], v. 12, p. 127–140, 2004.

GIRARDI, V. L.; RECHIA, S. A.; TSCHOKE, A. Acessibilidade formacional: a percepção profissional na inclusão da pessoa com deficiência intelectual no lazer. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 5, n. 13, p. 95-112, jan./abr. 2020.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOODLEY, D. **Dis/Ability Studies:** theorising disablism and ableism. Abingdon: Routledge, 2014.

GUIMARÃES, L. R. **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o conceito de capacidade legal:** uma comparação entre os sistemas jurídicos do Brasil e de Portugal. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

HANDY, S. L.; NIEMEIER, D. A. Measuring Accessibility: An Exploration of Issues and Alternatives. Environment and Planning A: **Economy and Space**, [*S.l.*], v. 29, n. 7, p. 1175–119, 1997.

HASHEMI, G. et al. Barriers to accessing primary healthcare services for people with disabilities in low and middle-income countries, a Meta-synthesis of qualitative studies. **Disability and Rehabilitation**, Ipswich, v. 44, n. 8, p. 1207-1220, 2022.

HUNT, P. "A Critical condition." In: HUNT, P. (Ed). **Stigma**: The experience of disability. London: Geoffrey Chapman, 1966. Quite simply; a classic disability studies piece.

HUTZLER, Y.; BERGMAN, U. Facilitators and barriers to participation while pursuing an athletic career: Retrospective Accounts of Swimmers with Disabilities. **Therapeutic Recreation Journal**, [*S.l.*], v. 45, n. 1, p. 1-16, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua)**: Pessoas com Deficiência 2022. IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Pessoas com deficiência 2022**. Rio de Janeiro, 2023. 16 p. Folheto.

IWARSSON, S.; STÅHL, A. Accessibility, usability and universal design: positioning and definition of concepts describing person-environment relationships. **Disability and Rehabilitation**, Ipswich, v. 25, n. 2, p. 57-66, 2003.

KONRAD, A. M. Access fatigue: The rhetorical work of disability in everyday life. **College English**, [*S.l.*], v. 83, n. 3, p. 179–199, 2021.

KOZAK, J. C. P.; GASPAROTTO, G. S. Análise motivacional da prática de futsal em crianças de 3 a 7 anos de idade e das expectativas dos pais. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, Edição Especial: Pedagogia do Esporte, São Paulo, v. 10, n. 39, p. 421-427, jan./dez. 2018.

KUSTER, S. O jogo de bocha como possibilidade pedagógica na Educação Física escolar. **Conexão Com Ciência**, [*S.l.*], v. 1, n. 4, 2024.

LAGE, S. R. M.; ALVARES LUNARDELLI, R. S.; KAWAKAMI, T. T. O capacitismo e suas formas de opressão nas ações do dia a dia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [*S.l.*], v. 28, p. 1-20, 2023.

LEAHY, A.; FERRI, D. Barriers and Facilitators to Cultural Participation by People with Disabilities: A Narrative Literature Review. **Scandinavian Journal of Disability Research**, Stockholm, v. 24, n. 1, p. 68–81, 2022.

LEAL, N.; EUSÉBIO, C.; ROSA, M. J. Atitudes em Relação às Pessoas com Deficiência: uma Revisão Sistemática da Literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 4, p. 689-710, out./dez. 2020.

LEVINE, J. A century of evolution of the accessibility concept. **Transportation Research Part D: Transport and Environment**, [*S.l.*], v. 83, 102309, 2020.

LIMA, E. J. et al . A excelência no desporto paralímpico brasileiro: um estudo de caso. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Várzea Paulista, v. 20, n. 01, p. 7-14, 2021.

LIRA, A. K. M. de; FROTA, A. M. M. C. Ciclo de debates na UFC: acessibilidade atitudinal? In: LIRA, A. K. M. de; FROTA, A. M. M. C. (orgs.). **Inclusão de alunos com deficiência na Universidade Federal do Ceará: o Projeto UFC Inclui em debate.** Fortaleza: Edições UFC, 2014. p. 79-89.

LOPES, A. S. **Deficientes visuais e prática de atletismo paralímpico: uma análise bioecológica desta relação.** Monografia (Graduação em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

LOPES, L. V. C. de F. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, seu Protocolo Facultativo e a Acessibilidade.** 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

LUCIANO, F. da S. **Programa Segundo Tempo Paradesporto: desafios e possibilidades na mediação de conflitos sob a perspectiva da monitora extensionista: um estudo qualitativo.** 2021. Monografia (Licenciatura em Educação Física) — Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021. 47 f.

LUNA, I. D. O. et al. Accesibilidad al entorno físico en instalaciones de acondicionamiento para personas con discapacidad física: una revisión integradora. **Revista Ciencia & Salud**, Bogotá, v. 19, n. 1, p. 53-73, abr. 2021.

MARIN, E. C. et al. Jogos tradicionais no Estado do Rio Grande do Sul: manifestação pulsante e silenciada. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 73-94, jul./set. 2012.

MARIN, E. C.; RIBAS, J. F. M.; PARLEBAS, P.; STEIN, F.; CRESTANI, A. de V. Jogos tradicionais no estado do Rio Grande do Sul: manifestação pulsante e silenciada. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 73–94, 2012.

MARTIN, J. J. The psychosocial dynamics of youth disability sport. **Sport Science Review**, [*S.l.*], v. 19, n. 5–6, p. 49–69, 2010.

MARTINS, L. T. et al. Inclusão de pessoas com deficiência na educação física escolar: um desafio possível ou utopia? **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 17, n. 2, p. 185-192, 2019.

MARTINS, R. J. R. **O lazer de atletas com deficiência física**: "da casa para a rua". Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 2022. Belo Horizonte, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG, 2022.

MARTINS, S. P. M.; NEVES, S. S. **Contribuições do paradesporto para a saúde mental de atletas com deficiência.** Belo Horizonte, 2022. Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia. Centro Universitário Una.

MASSA, M. et al. Iniciação esportiva, tempo de prática e desenvolvimento de judocas olímpicos brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, [*S.l.*], v. 36, n. 2, p. 383–395, abr. 2014.

MASTROGIUSEPPE, A.; SPAN, S.; BORTOLOTTI, E. Improving accessibility to cultural heritage for people with Intellectual Disabilities: A tool for observing the obstacles and facilitators for the access to knowledge. **Alter**, [*S.l.*], v. 15, n. 2, p. 113-123, 2021.

MELNYK, A. **Representações sociais do rugby aos atletas da cidade de Ponta Grossa no Paraná.** 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

MELLO, A. G. de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, [*S.l.*], v. 21, n. 10, p. 3265–3276, out. 2016.

MENDES, M. J. G.; COSTA, M. da P. R. da; DENARI, F. E. Preconceito, discriminação e estigma contra pessoas com deficiência: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Eletrônica de Educação**, [*S.l.*], v. 16, p. e4825027, 2022.

MIKIHITO, M. **Quatro brasileiros disputam etapa da Copa do Mundo de bocha paralímpica no Canadá.** 2023. COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (CPB). 1 fotografia. Disponível em: https://cpb.org.br/noticias/quatro-brasileiros-disputam-etapa-da-copa-do-mundo-de-bocha-paralimpica-no-canada/. Acesso em: 21 jan. 2024.

NAKASHIMA, F. S. et al. Envolvimento parental no processo de desenvolvimento da carreira esportiva de atletas da seleção brasileira de ginástica rítmica: Construção de um modelo explicativo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, [*S.l.*], v. 40, n. 2, p. 184-196, 2018.

NASCIMENTO, L. A. do; LEÃO, A.. Estigma social e estigma internalizado: a voz das pessoas com transtorno mental e os enfrentamentos necessários. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 103–121, jan. 2019.

NEWTON, P. C. D. C.; ARAÚJO, L. A. D. Vulnerabilidade e espaço urbano: medidas para a desconstituição dos obstáculos urbanos no cerne da lei n.13.146, de 6 de julho de 2015, de inclusão da pessoa com deficiência. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 137 - 157, 2016.

NÓBREGA, A. N. A.; GRIFFO, M. R. de A. Avaliações sobre experiências de acessibilidade na deficiência visual. **Veredas – Revista de Estudos Linguísticos**, [*S.l.*], v. 26, n. 2, 2022.

NUNES, A. R. S. F. **Análise das políticas públicas de incentivo ao lazer para pessoas com deficiência na cidade de Vitória, ES**. 2021. Monografia (Graduação em Educação Física) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

OLIVEIRA, A. L. B. L.; GALVÃO, B. L. S.; CAIRES, C. A. P. A chegada de um filho com deficiência no contexto familiar. **SYNTHESIS: Revista Digital FAPAM**, [*S.l.*], v. 10, n. 1, p. 1-13, jul./dez. 2020.

OLIVEIRA, E. **Futebol amador:** uma etnografia da cultura futebolística e o processo de estruturação do habitus dos jogadores do Mirante Esporte Clube em Ponta Grossa – Paraná (2013-2021). 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2022.

OLIVEIRA, M. S.; PIECZKOWSKI, T. M. Z. Exercício profissional de docentes com deficiência visual: tensionando a acessibilidade. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 39, p. 1-19, 2023.

OLIVEIRA, M. S.; SILVA, M. do C. L. da. O aprofundamento do capacitismo na pandemia: velhas facetas do capital. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, [*S.l.*], v. 6, ed. 10, p. 259-272, 30 jun. 2021.

OLIVEIRA, S. B. de; OLIVEIRA, V. M. de. Espaços de isolamento e produção de identidades: desafios cotidianos de pessoas com deficiência na universidade. **Psicologia em Ênfase**, [*S.l.*], v. 3, p. 88-105, setembro/2022.

OPPENHEIM, A. N. **Questionnaire Design, Interviewing and Attitude Measurement**: new edition. London: Pinter Publishers, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. **Social Barriers to the Integration of Disabled Persons Into Community Life: Report of an Expert Group Meeting.** Nova York: Organização das Nações Unidas, 1977. iii, 33 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Assembleia Geral**. Resolução nº 48/96, de 20 de dezembro de 1993. Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência. Nova York, 1993.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Assembleia Geral**.Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York, 13 de dezembro de 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.** Lisboa: DGS, 2004.

PÁEZ, A.; SCOTT, D. M.; MORENCY, C. Measuring accessibility: positive and normative implementations of various accessibility indicators. **Journal of Transport Geography**, [*S.l.*], v. 25, p. 141–153, 2012.

PENA, L. G. de S.; BORGMANN, T.; ALMEIDA, J. J. G. de. A extensão universitária em modalidades paradesportivas auxiliando na formação do profissional de educação física: o caso da Universidade Estadual de Campinas. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, Marília, v. 18, n. 1, p. 65-76, jan./jun. 2017.

PARADIS, K. F. et al. Examining the impact of integrated and non-integrated parasport events on volunteer attitudes towards disability. **Sport in Society**, Abingdon, v. 20, n. 11, p. 1724-1744, 2017.

PEREIRA, A. M. B. A. **Viagem ao interior da sombra**: deficiência, doença crônica e invisibilidade numa sociedade capacitista. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

PEREIRA, L. M. F. et al.. Acessibilidade e crianças com paralisia cerebral: a visão do cuidador primário. **Fisioterapia em Movimento**, [*S.l.*], v. 24, n. 2, p. 299–306, abr. 2011.

PEREIRA, T. T. S. O.; BARROS, M. N. dos S.; AUGUSTO, M. C. N. de A. Cuidado em Saúde: o Paradigma Biopsicossocial e a Subjetividade em Foco. **Mental**, Barbacena, v. 9, n. 17, p. 523-536, Jul./Dez. 2011.

PETASIS, A. Discrepancies of the Medical, Social and Biopsychosocial Models of Disability; A Comprehensive Theoretical Framework. **The International Journal of Business Management and Technology**, [*S.l.*], v. 3, n. 4, p. 42-54, Jul./Aug. 2019.

PINHEIRO, S. B. Atenção em saúde: Modelo biomédico e biopsicossocial, uma breve trajetória. **Rev. Longeviver**, São Paulo, v. 3, n. 9, São Paulo, Jan/Fev/Mar. 2021.

PINTO, B. **A resiliência necessária para ser um professor promotor de um ensino de qualidade em educação física: ponto de vista de um professor estagiário.** 2023. Relatório de Estágio Profissional (Mestrado em Ensino da Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário) — Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, Porto, 2023.

PIVIK, J.; McCOMAS, J.; LAFLAMME, M. Barriers and facilitators to inclusive education. **Exceptional Children**, [*S.l.*], v. 69, n. 1, p. 97-107, 2002.

PRADO, N.C. et al. Condições de acessibilidade em escolas municipais para crianças com deficiência: ir, estar e voltar. **Direito UNIFACS – Debate Virtual**, [*S.l.*], n. 281, 2023.

PRATES, D. **Acessibilidade Atitudinal.** 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2015.

POFFO, B. N. et al. Mídia e Jogos Paralímpicos no Brasil: investigando estigmas na cobertura jornalística da Folha de S. Paulo. **Movimento**, [*S.l.*], v. 23, n. 4, p. 1353–1366, 2017.

PONTE, A. S.; SILVA, L. C. da. A acessibilidade atitudinal e a percepção das pessoas com e sem deficiência/Attitudinal accessibility and the perception of people with and without disabilities. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [*S.l.*], v. 23, n. 2, p. 261–271, 2015.

QUEIROZ, A. R. S. de. **Inclusão social através do esporte: vivências de adultos com deficiência física adquirida.** 2022. 116 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

QUEIROZ, A. R. S. de. et al. Adaptação paradesportiva, satisfação pessoal e respostas ocupacionais do militar com deficiência. In: IV Fórum Científico da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), 4., 2017. Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Revista de Educação Física/Journal of Physical Education, Rio de Janeiro, v. 86, n. 2, p. 108-110, 2017.

QUEIROZ, J. F. A. de; SANTANA, T. M. F. **Turismo Acessível: Criação de Selos para Identificação e Classificação dos Hotéis que Garantem Acessibilidade Física na Cidade do Recife.** Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo) – Instituto Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

RAMOS, L. V. P. **A disciplina jurídica da manifestação de vontade da pessoa com deficiência no ordenamento jurídico brasileiro.** 2019. Monografia (Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Civil) - Faculdade Baiana de Direito e Gestão, Salvador, 2019.

RANGEL, G. de O.; OLIVEIRA, A. J. de; MORGADO, F. F. da R. Adaptação paradesportiva, satisfação pessoal e respostas ocupacionais do militar com deficiência. In: IV Fórum Científico da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), 4., 2017, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Revista de Educação Física/Journal of Physical Education, Rio de Janeiro, v. 86, n. 2, p. 97-98, 2017.

REES, T.; FREEMAN, P. Social Support and Performance in a Golf-Putting Experiment. **The Sport Psychologist**, Champain, v. 18, p. 333-348, 2010.

REIS, C. P.; FERREIRA, M. C. C.; MORAES, L. C. C. de A. O apoio dos pais ao desenvolvimento da carreira de atletas masculinos de basquetebol. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, [*S.l.*], v. 38, n. 2, p. 149-155, 2016.

REMBIS, M. Disability Studies. **The Year's Work in Critical and Cultural Theory**, Oxônia, v. 24, n. 1, p. 174-197, 2016.

ROCHA, E. F. et al. Os sentidos atribuídos à deficiência pelos profissionais de saúde e o acesso das pessoas com deficiência aos serviços de saúde. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, [*S.l.*], v. 32, n. 1-3, p. e205240, 2022.

ROCHA, F. S. D. **Influência familiar e perfil socioeconômico nas práticas esportivas: uma análise a partir do time municipal de futebol masculino de jovens atletas na cidade de Aguiarnopolís – TO.** Tocantinópolis - TO, 2021. Monografia (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Tocantinópolis, 2021.

ROSE JUNIOR, D. de. Competição como fonte de estresse no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 4, p. 19-26, 2002.

ROSHINI, R.; RAJASEKARAN, V.; MANI, M. A Review on Disability Studies from 2000 To 2020. **Language in India**, [*S.l.*], v. 21, n. 1, Jan. 2021.

RULLI NETO, A. **Direitos do portador de necessidades especiais: guia para o portador de deficiência e para o profissional do Direito.** 2. ed. São Paulo: Fiúsa, 2002.

SAMPAIO, C. T.; SAMPAIO, S. M. R. Convivendo com a diversidade: a inclusão escolar da criança com deficiência intelectual. In: DÍAZ, F., et al., orgs. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 71-78

SANCHOTENE, V. C. **Atuação de mulheres treinadoras no esporte paralímpico do Brasil.** 2023. 115 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SANTOS, C. M. R. dos. **Desafios da prática educativa no ensino de artes visuais para os estudantes com deficiência visual.** 2019. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Artes e Tecnologia) – Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

SANTOS, I. S.; PESSOA, A. S. G. Fatores que Dificultam a Permanência de Estudantes com Deficiência no Ensino Superior. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [*S.l.*], v. 20, n. 4, p. 430–439, 2019.

SANTOS, J. C.; CARVALHO-FREITAS, M. N. de. Processos Psicossociais da Aquisição de uma Deficiência. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [*S.l.*], v. 39, p. e175434, 2019.

SANTOS, M. A. G. N. dos; PEREIRA, M. Esporte e Inclusão: Um Estudo sobre Acessibilidade. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 176-206, 2023.

SANTOS, M. S. **Narrativa de um atleta de bocha paralímpica: ouvindo os que não falam.** 2016. 84 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Psicologia.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SASSAKI, R. K. **As sete dimensões da acessibilidade.** Coleção Singularidades. São Paulo: Larvatus Prodeo Editora, 2019.

SCHIAVON, L. M.; SOARES, D. B.. Parental support in sports development of Brazilian gymnasts participants in the Olympic Games (1980-2004). **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, [*S.l.*], v. 30, n. 1, p. 109–118, jan. 2016.

SERON, B. B.; ARRUDA, G. A. de; GREGUOL, M. Facilitadores e barreiras percebidas para a prática de atividade física por pessoas com deficiência motora. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, [*S.l.*], v. 37, n. 3, p. 214-221, 2015.

SERON, B. B. et al. O esporte para pessoas com deficiência e a luta anticapacitista – Dos estereótipos sobre a deficiência à valorização da diversidade. **Movimento**, [*S.l.*], v. 27, p. e27048, 2021.

SHAKESPEARE, T. **Disability: the basics.** Abington/New York: Routledge, 2018.

SILVA, C. F.; HOWE, P. D. The Social Empowerment of Difference: The Potential Influence of Parasport. **Physical Medicine and Rehabilitation Clinics**, Los Angeles, v. 29, n. 2, p. 397–408, 2018.

SILVA, D. A. da. **Avaliação cinemática do arremesso de um jogador de bocha paradesportiva classe BC2.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão, Vitória de Santo Antão.

SILVA, D. C. Da. et al.. Conhecimentos declarados por treinadores de bocha paralímpica para a intervenção profissional. **Journal of Physical Education**, [*S.l.*], v. 30, p. e3042, 2019.

SILVA, D.; PEREIRA, É. L. Pandora e o cinema para produção do conhecimento científico sobre pessoas com deficiência: histórias de vida, saudades e esperanças durante a pandemia da COVID-19 no Brasil. **Revista Mundaú**, [*S.l.*], n. 13, p. 47–62, 2023.

SILVA, J. C. Da S. **Entrevista concedida por Josoaldo Coelho Da Silva ao Projeto Garimpando Memórias.** Entrevistadores: Christiane Garcia Macedo e Pedro Pereira dos Santos Neto. UNIVASF, Petrolina (PE), 10 ago. 2022. 19 p.

SILVA, H. I. P. B. **Andebol para atletas com deficiência intelectual: a perspectiva de atletas, treinadores e psicólogos sobre o processo de classificação desportiva.** Dissertação (Mestrado em Atividade Física Adaptada) - Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, Porto, 2015. 235 f.

SILVA, L. M. da. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista Brasileira de Educação,** [*S.l.*], v. 11, n. 33, p. 424–434, set. 2006.

SILVA, L. de O.; TEIXEIRA, D. M. D. Análise de fatores críticos de sucesso no paradesporto por meio da percepção de treinadores(as) de equipes paradesportivas. **Revista Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, Marília, v. 23, n. 2, p. 243-260, jul./dez. 2022.

SILVA, M. L. C. da .; SILVA, C. S. Promoção da acessibilidade atitudinal a cegos no ensino médio integrado. **Caminhos da educação – diálogos culturas e diversidades**, [*S.l.*], v. 4, n. 2, p. 01-14, 2023.

SILVA, V. C. C. C. da. **Acessibilidade atitudinal: um guia para a museologia.** 2022. 40 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia e Museologia, Recife, 2022.

SILVA, W. R. C.; MARQUES, B. C. D. **Estudo da acessibilidade em um hospital veterinária público segundo a perspectiva do usuário e a norma NBR 9050.** 2018. 12 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciência e Tecnologia) - Centro de Engenharias, Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2018.

SILVEIRA, A. A. T. da. **Estratégias pedagógicas inclusivas no ensino da educação física escolar.** 254f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

SOARES, R. G. et al. A mensuração do estigma internalizado: revisão sistemática da literatura. **Psicologia em Estudo**, [*S.l.*], v.16, n.4, p.635-645, 2011.

SOLERA, B. et al. Percepções de atletas paralímpicos sobre a inclusão social por meio do esporte. **Retos**, [*S.l.*], n. 42, p. 655-661, 4º trimestre de 2021.

SOUSA, A. C. S. et al. Identificação de papéis ocupacionais em atletas do esporte adaptado. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 29, e2131, 2021.

SOUZA, D. L.; CIDADE, R. E. A. Explorando diferentes faces do capacitismo e da luta anticapacitista: considerações sobre alguns discursos midiáticos relacionados com os jogos paralímpicos. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, Marília, v.24, n.1, p. 143-164, Jan./Jun. 2023.

STEIN, F.; MARIN, E. C. A. A Sociedade Agrícola Cultural e Esportiva de Vale Venetors como Espaço e Tempo para os Jogos Tradicionais. In: SEMINÁRIO "O lazer em Debate", 14., 2013, Campinas, SP. **Anais...** Campinas, SP: FEF/UNICAMP, 2013.

STEIN, F.; MARIN, E. C. A. Juego de Bocha en Río Grande do Sul/Brasil: un estudio desde la lógica externa. **Acción Motriz**, [*S.l.*], v. 25, n. 1, p. 123–129, 2022.

STEIN, F; MARIN, E. C. O jogo tradicional no contexto atual da quarta colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul. **Rev. Motriviv.**, Florianópolis, v. 31, n. 58, e56575, abr. 2019.

TALARICO NETO, T.; FERNANDES, L.; TEIXEIRA-ARROYO, C.; DE OLIVEIRA, E. Autopercepção da qualidade de vida em lesionados medulares: uma comparação entre praticantes e não praticantes de paradesporto. **Revista da Sobama**, Marília, [*S.l.*], v. 20, n. 1, p. 29-38, jan. - jun., 2019.

TALBOT-HONECK, C.; ORLICK, T. The Essence of Excellence: Mental Skills of Top Classical Musicians. **Journal of Excellence**, Issue No. 1, Zone of Excellence, 1998.

TANGARIFE, T. M. **A acessibilidade nos websites governamentais**: um estudo de caso no site da Eletrobrás. Dissertação (Mestrado em Design) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2007.

TEIXEIRA, A. M. **Vida Revirada**: o acontecer humano diante da deficiência adquirida na fase adulta. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006.

TEMUDO, L. R. C. **Competências psicológicas associadas ao talento desportivo.** Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desporto) - Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana, Lisboa, 2012. 95 f.

TITCHKOSKY, T. Disability Studies: The Old and the New. **The Canadian Journal of Sociology/Cahiers canadiens de sociologie**, Edmonton, v. 25, n. 2, n. 197-224, 2000.

TONON, L. M. M. O Neonato Movimento Paralímpico. In: RUBIO, K. (Org.). **Do Pós ao Neo Olimpismo:** Esporte e Movimento Olímpico no século XXI. 1ed. São Paulo: Laços, 2019. p. 211-229.

TØSSEBRO, J. Understanding disability: introduction to the special issue of SJDR. **Scandinavian Journal of Disability Research**, [*S.l.*], v. 6, n. 1, p. 3–7, 2004.

VAN DER PLOEG, H. P.; VAN DER BEEK, A. J.; VAN DER WOUDE, L. H.; VAN MECHELEN, W. Physical activity for people with a disability: a conceptual model. **Sports Medicine**, [*S.l.*], v. 34, n. 10, p. 639-649, 2004.

VARGAS, E. de A. **Corpo, emoções e sociabilidade: uma análise antropológica do jogo de bocha na Andef.** 2017. 73 f. Monografia (Graduação em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de Antropologia, 2017.

VARGAS, P. I.; CAPRARO, A. M. Financial support in the sports trajectory of athletes of the brazilian selection of artistic gymnastics. **Research, Society and Development**, [*S.l.*], v. 9, n. 10, p. e6969109089, 2020.

VIEIRA, V.; COLERE, J.; SOUZA, D. L. de. Facilitadores e barreiras para a prática esportiva por parte de atletas com comprometimentos no Brasil. **Retos**, [*S.l.*], v.3, n. 41, p. 812-822, 2021.

VIGO, G. P. et al. **Capacitismo, influências ambientais e inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social e com deficiência no contexto do SUAS.** Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos - UNIFEOB. São João da Boa Vista, 2021.

VON der WEID, O. Entre o cuidado e a autonomia: Deficiência visual e relações de ajuda. **Revista Anthropológicas**, [*S.l.*], v. 29, n. 2, p. 49–82, 2018.

WATSON, D. L.; THARP, R. G. **Self-Directed Behavior: Self-Modification for Personal Adjustment**. 10. ed. Belmont, CA: Wadsworth, 2014. 434 p.

WILLIAMS, T. L.; LOZANO-SUFRATEGUI, L.; TOMASONE, J. R. Stories of physical activity and disability: exploring sport and exercise students' narrative imagination through story completion. **Qualitative Research in Sport, Exercise and Health**, [*S.l.*], v. 14, n. 5, p. 687-705, 2022.

WILSON, N. C.; KHOO, S. Benefits and barriers to sports participation for athletes with disabilities: the case of Malaysia. **Disability & Society**, [*S.l.*], v. 28, n. 8, p. 1132-1145, 2013.

WOLBRING, G. The politics of ableism. **Development**, Rome, v. 51, p. 252-258, 2008.

WOLBRING, G. Expanding Ableism: Taking down the Ghettoization of Impact of Disability Studies Scholars. **Societies**, Basel, v. 2, p. 75-83, 2012.

WUO, A. S.; LEAL, D. Pela voz do outro: a construção social da deficiência na escola. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 51, p. 51-62, 2020.

YOUNG, S. **I'm not your inspiration, thank you very much.** Palestra proferida no TED Talks, Sydney, Austrália, abril de 2014. Disponível em: https://www.ted.com/talks/stella_young_i_m_not_your_inspiration_thank_you_very_much. Acesso em: 25 nov. 2023.

APÊNDICE 1

As questões foram distribuídas entre 5 blocos:

1 QUESTÕES INICIAIS

1.1 Nome?

1.2 Idade?

1.3 Escolaridade?

1.4 Cor?

1.5 Religião?

1.6 Classe esportiva?

1.7 Tipo de deficiência, comprometimentos associados e grau de dependência no esporte?

1.8 Há quanto tempo você pratica a bocha?

1.9 Já participou de alguma competição? Quais?

1.10 Como iniciou a prática? Já praticou outros esportes?

1.11 O que a prática desse esporte significa para você?

1.12 Quem e o que te motiva a praticar o esporte?

2 DEFICIÊNCIA E ESPORTE

2.1 Sobre hierarquia e status da PcD no esporte

2.1.1 Por parte das pessoas na sociedade em geral

2.1.2 Por parte da mídia

2.1.3 Por parte das organizações e instituições

2.1.4 Exemplos de atitudes

2.2 Hierarquia entre os esportes

2.2.1 As pessoas são valorizadas de formas diferentes no esporte?

2.2.2 Dependendo do esporte?

2.2.3 Dependendo da classe esportiva?

2.2.4 Dependendo da deficiência?

2.3 Hierarquia entre os atletas de diferentes esportes. Exemplos

2.4 Hierarquia entre os atletas dentro do mesmo esporte. Exemplos

2.5 Em alguns casos a deficiência te pareceu mais importante do que a pessoa? Para mídia, para outras pessoas ou outros?

2.6 Essas diferenças influenciam a visibilidade do esporte ou do atleta? Como?

3) SOBRE AS BARREIRAS E FACILITADORES ATITUDINAIS

3.1 Você já se sentiu segregado e/ou excluído em função de sua deficiência?

3.2 Hoje você ainda se sente segregado e/ou excluído em função de sua deficiência?

3.2.1 Em que tipo de situações?

3.2.2 Você poderia citar alguns exemplos?

3.3 O fato de você praticar esporte interferiu ou interfere na sua sensação de sentir-se separada ou excluída pela sua deficiência?

3.4 Seus profissionais e técnicos já tiveram alguma atitude positiva que interferiu na forma como você se desenvolveu como pessoa e como atleta?

3.4.1 E atitude negativa?

3.4.2 Como isso interferiu no seu desenvolvimento no esporte?

3.5 Seus familiares e amigos já tiveram alguma atitude positiva que interferiu na forma como você se desenvolveu como pessoa e como atleta?

3.5.1 E atitude negativa?

3.5.2 Como isso interferiu no seu desenvolvimento no esporte?

3.6 Outras pessoas com deficiência já tiveram alguma atitude positiva que interferiu na forma como você se desenvolveu como pessoa e como atleta?

3.6.1 E atitude negativa?

3.6.2 Como isso interferiu no seu desenvolvimento no esporte?

3.7 Você mesma(o) já teve alguma atitude positiva que interferiu na forma como você se desenvolveu como pessoa e como atleta?

3.7.1 Exemplos?

3.7.2 E atitude negativa?

3.7.3 Como isso interferiu no seu desenvolvimento no esporte?

3.8 Quais as principais atitudes negativas você destaca como as que mais afetam ou afetaram a sua participação e desempenho no esporte?

3.8.1 E as principais atitudes positivas?

3.9 Você acredita que existem atitudes que sejam barreiras disfarçadas e ou escondidas e barreiras mais aparentes?

3.9.1 E facilitadores?

3.9.2 Você pode falar sobre isso?

3.10 Você já percebeu alguma pessoa ou grupo que dizia uma coisa, mas nas atitudes agiam de outra forma em relação às pessoas com deficiência?
3.10.1 Se positivo, você pode falar mais sobre isso e citar alguns exemplos?

4 ACERCA DAS INTERSECCIONALIDADES
4.1 Você acredita que a PcD pode ter outras características além da deficiência que podem afetar as atitudes das pessoas em relação a ela?
4.2 Se positivo, quais seriam elas?
4.3 Qual tende a predominar, a deficiência ou esta(s) outra(s) característica(s)?
*Se a pessoa tiver dificuldade, exemplifique: classe social, raça, escolaridade, religião, naturalidade, orientação sexual, por exemplo.

5 FEEDFORWARD
5.1 Você sente que as atitudes das pessoas em relação às PcD mudaram nos últimos anos? O que você acredita que influenciou isso? (a ideia é explorar a percepção do entrevistado sobre as possibilidades de mudança de atitudes, positiva e negativamente, e os fatores que podem influenciar essas mudanças)
5.2 Quais as principais mudanças que você acredita que poderiam melhorar as atitudes das pessoas em relação às PcD no esporte e fora dele?

APÊNDICE 2 - CRONOGRAMA

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividades	2022						2023					
	1º Semestre						2º Semestre					
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Orientações	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Orientações para delineamento do projeto de pesquisa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Pesquisa Bibliográfica e documental		X	X	X	X	X	X	X				
Escrita do projeto de pesquisa		X	X	X								
Submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa					X	X						
Divulgação da pesquisa e recrutamento de participantes										X	X	X
Entrevistas com participantes											X	X
Pré-análise dos dados												X
Escrita da Dissertação						X	X	X	X	X	X	X

Atividades	2023						2024					
	3º Semestre						4º Semestre					
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Orientação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Análise final dos dados	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Escrita e finalização da dissertação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração e finalização de artigos científicos			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Defesa final												X
Submissão de artigo científico												X

*As disciplinas necessárias para cumprimento do regulamento já foram cursadas;

**Os créditos obrigatórios e optativos a serem cursados já foram cumpridos;

***Outras atividades podem ser encaixadas conforme a necessidade no cronograma.

ANEXO 1 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SCS/UFPR

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Titulo da Pesquisa: A atividade fisica e o esporte adaptados para pessoas com deficiência em foco: explorando projetos, beneficios, significados, facilitadores e barreiras.

Pesquisador: Doralice Lange de Souza

Área Temática:

Versão: 7

CAAE: 40675620.6.0000.0102

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Educação Física

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.007.205

Apresentação do Projeto:

Protocolo oriundo do Programa de Pós-Graduação em Educaçao Física, sob a responsabilidade da Profa.Dra. Doralice Lange de Souza, tendo como colaboradoras as acadêmicas Yasmin Vicente Vieira; Jackeline Colere; Ianamary Monteiro. Trata-se de um projeto de pesquisa do tipo "guarda-chuva", que envolverá diferentes procedimentos metodológicos de acordo com cada um dos objetivos a serem alcançados. Consta que poderá também ser realizada no gabinete da professora responsável, no Departamento de Educação Física da Universidade

Federal do Paraná, Campus Jardim Botânico. O tempo de duração da pesquisa é de cinco anos, com inicio previsto para 01/05/2021 e o término em 30/04/2026.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral: Mapear a oferta e o perfil de projetos que oferecem o esporte adaptado para pessoas com deficiência e explorar os beneficios, significados, facilitadores e barreiras relacionados com a prática atividades fisica e/ou esportivas adaptadas.

(1) Descrever o estado da arte da produção cientifica sobre a temática.

(2) Mapear e descrever o perfil de projetos de esporte adaptado no Paraná (projeto piloto) e no Brasil.

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar
Bairro: Alto da Glória **CEP:** 80.060-240
UF: PR **Municipio:** CURITIBA
Telefone: (41)3360-7259 **E-mail:** cometica.saude@ufpr.br

(3) Levantar os possíveis benefícios e significados do envolvimento com a atividade física e/ou esportiva adaptada.
(4) Investigar os facilitadores e barreiras para a adesão e aderência à atividade física e/ou esportiva adaptada.
(5) Construir e disponibilizar para o público uma base de dados com informações sobre os projetos de esporte adaptado levantados pela pesquisa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:
Descreve sobre riscos da pesquisa ao abordar o nível de desconforto e constrangimento de participantes ao participar dos procedimentos de pesquisa e direciona procedimentos para minimizar possíveis desconfortos ao comentar sobre questões que possa expor a situações difíceis e constrangedoras normalmente enfrentadas por eles e/ou por outras PCD.
A pesquisadora descreve que os participantes não terão nenhum benefício direto e imediato com a sua participação no entanto, sinaliza que possíveis benefícios sociais decorrentes da pesquisa na produção de conhecimentos para novas pesquisas sobre a temática e para um maior nível de acesso e participação de pessoas com deficiência em atividades físicas e esportivas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:
Trata-se de projeto amplo, cuja execução era prevista para iniciar em 01/05/2021 e o término em 30/04/2026.
Pesquisadora apresentou emenda justificando a inclusão de novos membros à equipe, a solicitação de dilatação do prazo do estudo e ajuste do orçamento.
NA proposta de emenda, surgiram pendências às quais a pesquisadora responde.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
Todos os termos foram originalmente anexados

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:
Todas as pendências apontadas foram atendidas

Considerações Finais a critério do CEP:
Solicitamos que sejam apresentados a este CEP, relatórios semestrais e final, a cada seis meses da primeira aprovação de seu protocolo, sobre o andamento da pesquisa, bem como informações relativas às modificações do protocolo, cancelamento, encerramento e destino dos conhecimentos obtidos, através da Plataforma Brasil - no modo: NOTIFICAÇÃO.

Demais alterações e prorrogação de prazo devem ser enviadas no modo EMENDA. Lembrando que

o cronograma de execução da pesquisa deve ser atualizado no sistema Plataforma Brasil antes de enviar solicitação de prorrogação de prazo. Emenda – ver modelo de carta em nossa página: www.cometica.ufpr.br (obrigatório envio)

Importante: (Caso se aplique): Pendências de Coparticipante devem ser respondidas no CAAE deste coparticipante, pelo acesso do Pesquisador principal. Para projetos com coparticipante que também solicitam relatórios semestrais, estes relatórios devem ser enviados por Notificação, pelo login e senha do pesquisador principal no CAAE correspondente a este coparticipante, após o envio do relatório à instituição proponente.

Favor inserir em seu TCLE e TALE o número do CAAE e o número deste Parecer de aprovação, para que possa aplicar aos participantes de sua pesquisa, conforme decisão da Coordenação do CEP/SD de 13 de julho de 2020.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2103897_E1.pdf	06/04/2023 08:25:21		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_2_abril2023.docx	06/04/2023 08:22:58	Doralice Lange de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2_FINAL_2023_abril2023.docx	03/04/2023 20:15:50	Doralice Lange de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_pais_ou_responsavel_legal_abril2023.docx	03/04/2023 20:15:24	Doralice Lange de Souza	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_AF_adaptada_emenda_novos_participantes_e_cronograma_abril2023.docx	03/04/2023 20:13:44	Doralice Lange de Souza	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.docx	03/04/2023 20:07:49	Doralice Lange de Souza	Aceito
Outros	Declaracao_compromisso_da_equipe_projetos.pdf	17/03/2023 08:25:29	Doralice Lange de Souza	Aceito

Continuação do Parecer: 6.007.205

Outros	CARTA_PARA_APRESENTACAO_E_JUSTIFICATIVA_PARA_EMENDA_AO_PROJETO_AFEA_word.docx	17/03/2023 08:23:29	Doralice Lange de Souza	Aceito
Outros	CARTA_PARA_APRESENTACAO_E_JUSTIFICATIVA_PARA_EMENDA_AO_PROJETO_AFEA_assinado.pdf	16/03/2023 15:19:32	Doralice Lange de Souza	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_AF_adaptada_emenda_novos_participantes_e_cronograma.docx	16/03/2023 15:07:44	Doralice Lange de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2_FINAL_2023.docx	16/03/2023 15:03:44	Doralice Lange de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_pais_ou_responsavel_legal_2023.docx	16/03/2023 14:52:49	Doralice Lange de Souza	Aceito
Outros	carta_resposta_projetobeneficios_depois_segundo_parecer.docx	30/03/2021 10:29:20	Doralice Lange de Souza	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_FINAL_depois_segundo_parecer.docx	30/03/2021 10:26:22	Doralice Lange de Souza	Aceito
Outros	carta_resposta_projetobeneficios.docx	11/03/2021 10:45:27	Doralice Lange de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_menores_de_doze_anos_FINAL.docx	11/03/2021 10:18:45	Doralice Lange de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_maiores_de_12_e_menores_que_18_FINAL.docx	11/03/2021 10:18:26	Doralice Lange de Souza	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Analise_merito_cientifico_pesquisador_principal.pdf	01/12/2020 15:21:31	Doralice Lange de Souza	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Checklist_documental.pdf	24/11/2020 18:31:56	Doralice Lange de Souza	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	Carta_encaminhamento.pdf	24/11/2020 17:37:30	Doralice Lange de Souza	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_compromisso_de_equipe.pdf	24/11/2020 17:35:52	Doralice Lange de Souza	Aceito
Outros	concordancia_servicos_envolvidos_AF.pdf	17/11/2020 08:42:17	Doralice Lange de Souza	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_atividade_fisica.pdf	17/11/2020 08:40:49	Doralice Lange de Souza	Aceito

UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SCS/UFPR

Continuação do Parecer: 6.007.205

Outros	Extrato_da_ata.pdf	16/11/2020 16:52:29	Doralice Lange de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_autorizacao_voz_e_imagem_responsaveis.docx	16/11/2020 16:47:12	Doralice Lange de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_solicitacao_de_uso_de_voz_e_imagem.docx	16/11/2020 16:47:00	Doralice Lange de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Assentimento_voz_e_imagem.docx	16/11/2020 16:46:08	Doralice Lange de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_maiores_de_12_e_menores_que_18.docx	16/11/2020 16:43:29	Doralice Lange de Souza	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

CURITIBA, 17 de Abril de 2023

Assinado por:
IDA CRISTINA GUBERT
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar
Bairro: Alto da Glória **CEP:** 80.060-240
UF: PR **Município:** CURITIBA
Telefone: (41)3360-7259 **E-mail:** cometica.saude@ufpr.br

ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Doralice Lange de Souza, professora do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, e o aluno sob minha responsabilidade/orientação Felipe Roberto Ribeiro Sampaio, vimos por meio desta convidá-lo(la) para participar de um estudo intitulado "A atividade física e o esporte adaptados para pessoas com deficiência em foco: explorando projetos, benefícios, significados, facilitadores e barreiras".

a) O objetivo geral desta pesquisa é o de explorar os benefícios e significados da participação de pessoas com deficiência (PcD) em projetos de atividade física e adaptada. Ela visa também explorar os facilitadores e as barreiras para a participação destas pessoas nesses projetos. Esta pesquisa gerará conhecimentos que poderão qualificar o trabalho de gestores e profissionais da área de forma a melhor atender as necessidades e demandas de pessoas com deficiência. Ela também subsidiará o desenvolvimento de políticas públicas e outras ações para otimizar facilitadores e minimizar barreiras para o engajamento delas nestes tipos de projetos.

b) Caso concorde em participar da pesquisa, será necessário que você preencha e assine este termo e participe de uma entrevista via internet (aplicativos Zoom, WhatsApp, Google Meet ou Skpe) ou presencialmente, em local de sua preferência. Caso queira, podemos também realizar a entrevista nas dependências do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, Campus Jardim Botânico. A entrevista levará em torno de uma hora a uma hora e meia, e caso concorde, ela será gravada em forma de vídeo para a produção de um documentário sobre a pesquisa. Caso não queira que filmemos a entrevista, não tem problema. Você pode participar sem a filmagem.

c) É possível que você sinta algum constrangimento ao tentar responder as questões que lhe faremos. Caso isto aconteça, você não precisa respondê-las. Você pode se retirar da pesquisa a qualquer momento.

d)Você não será beneficiado diretamente com a pesquisa. Mas estará contribuindo para a construção de conhecimentos que beneficiarão pessoas com deficiência.

e) Eu, Doralice Lange de Souza, posso ser encontrada no Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná. O aluno Felipe Roberto Ribeiro Sampaio pode ser contatado no telefone/WhatsApp e e-mail.

f) A sua participação é voluntária e se não quiser mais fazer parte da pesquisa, você poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvamos este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

g) As gravações e transcrições das entrevistas serão utilizadas exclusivamente para fins da pesquisa. Pretendemos fazer um documentário com um dos resultados do estudo. Mas a sua imagem só será gravada e divulgada caso concorde. Os dados relativos à sua entrevista serão destruídos ao término do estudo, no prazo de cinco anos. Preservaremos, no entanto, as imagens presentes no documentário, caso autorize.

h) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas pela professora coordenadora do estudo, sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade, a menos que você prefira que a sua identidade seja revelada.

i) Os resultados desta pesquisa serão publicados em forma de artigos científicos e apresentados em congressos e em forma de documentário. Quando eles forem publicados e apresentados, utilizaremos um pseudônimo para você, a não ser que prefira que utilizemos o seu nome real.

j) Você não terá nenhuma despesa para participar do estudo. Caso prefira que a entrevista seja feita presencialmente em algum local que exija o seu deslocamento, pagaremos pelo seu transporte caso necessário, no dia da entrevista. Você também não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

k) Caso tenha dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências

da Saúde da Universidade Federal do Paraná. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil. Ele foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

Eu,_____
li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e o objetivo do estudo do qual aceitei participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.
Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo e ressalto que:
( ) Permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados e apresentados da pesquisa.
( ) Não permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados e apresentados da pesquisa.
( ) Permito que a entrevista seja filmada e que vocês utilizem as imagens gravadas na produção de um documentário.
( ) Permito que a entrevista seja filmada contanto que na divulgação das imagens, vocês utilizem uma tarja ou desfoquem o meu rosto.
( ) Não permito que a entrevista seja filmada. Não gostaria que vocês utilizassem as imagens das gravações na produção de um documentário.
[Curitibal, ___ de _____ de 2023.]

_____

[Assinatura do Participante de Pesquisa]

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

_____

[Assinatura do Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE]

[Curitibal, ___ de _____ de 2023.]

_____